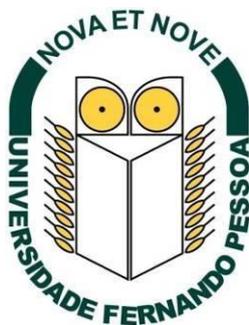


Giane Silva Santos Souza

O discurso da imprensa portuguesa e brasileira sobre a violência contra as mulheres: um estudo dos diários *Público* (Portugal) e *Folha de São Paulo* (Brasil) no final de 2021



Universidade Fernando Pessoa

Porto

2023



Giane Silva Santos Souza

O discurso da imprensa portuguesa e brasileira sobre a violência contra as mulheres: um estudo dos diários *Público* (Portugal) e *Folha de São Paulo* (Brasil) no final de 2021

Universidade Fernando Pessoa

Porto

2023



© 2023  
GIANE SILVA SANTOS SOUZA  
“TODOS OS DIREITOS RESERVADOS”



Giane Silva Santos Souza

---

Tese apresentada à Universidade Fernando  
Pessoa como parte dos requisitos para  
obtenção do grau de Doutor em Ciências da  
Informação, especialidade de Jornalismo e  
Estudos Mediáticos, sob orientação do Prof  
Dr. Jorge Pedro Sousa. Coorientação: Profa.  
Dra. Flávia Cristina Silveira Lemos.



## RESUMO

GIANE SILVA SANTOS SOUZA: O discurso da imprensa portuguesa e brasileira sobre a violência contra as mulheres: um estudo dos diários *Público* (Portugal) e *Folha de São Paulo* (Brasil) no final de 2021

Sob a orientação do prof. Dr. Jorge Pedro Sousa

Esta tese tem como objeto de estudo a violência contra as mulheres sob o viés do discurso jornalístico impresso no Brasil e em Portugal. Nesse sentido, visa compreender os discursos sobre a violência contra as mulheres a partir dos jornais *Folha de São Paulo* (do Brasil) e *Público* (de Portugal). A metodologia escolhida para a pesquisa foi baseada na análise do discurso de Mikhail Bakhtin e Michel Foucault. Ambas proporcionaram uma análise qualitativa dos discursos que permeiam as matérias dos jornais impressos. Para tanto, realizou-se a coleta de dados através de leituras diárias de 92 edições nos Jornais no período de 01.10.2021 a 31.12.2021. Neste período foram catalogados 37 reportagens relacionadas a violência, sendo selecionada 17 para análise, por contemplar o foco do estudo em questão. O problema de pesquisa se constituiu em: como os jornais impressos produzem discursos e os difundem reiterando ou não a banalização da violência contra mulheres e em que aspecto produzem resistências a esta banalização? O objetivo geral foi analisar e descrever os discursos nos jornais *Folha de São Paulo* (Brasil) e o jornal *Público* (Portugal), no período de outubro a dezembro de 2021. Os objetivos específicos foram: a) Interrogar quais são as formas banalizadoras da violência contra mulheres, emanadas no discurso dos jornais impressos *Folha de São Paulo* e *Público*, no período citado, explicitando proximidades e diferenças entre eles no modo de trabalhar o tema da violência contra as mulheres; b) Problematizar as práticas sugeridas no campo das políticas públicas mencionadas nas matérias publicadas e a multiplicidade de vozes que as compõem em intertextualidade bem como na dialogia polissêmica; c) Investigar se ocorre a culpabilização das vítimas nas matérias dos jornais citados. Assim, a justificativa foi construída a partir da divulgação dos resultados do Anuário Nacional de Segurança Pública de 2021 que publicou estatísticas preocupantes a respeito da violência contra as mulheres no Brasil, apontando que 17 milhões de mulheres brasileiras sofreram algum tipo de violência. Os resultados da pesquisa permitiram inferir que há divergências entre as formas de abordagem dos dois jornais, pois no *Público* há um cuidado maior em trabalhar os diferentes aspectos da violência contra as mulheres trazendo diversos olhares e perspectivas da problemática; enquanto, o jornal *Folha* traz matérias mais descritivas e informativas, mais reduzidas, pouco elucidativas do fenômeno da violência contra a mulher. Os jornais (re)produzem relações sociais, disseminam e disputam valores, alimentam afetos específicos, produzem subjetividades e reproduzem sentidos. Portanto, é possível afirmar na tese de que a abordagem da violência contra as mulheres no jornal *Folha de São Paulo* difere do jornal *Público*. Na *Folha*, o discurso é permeado por uma descrição dos fatos com o objetivo de informar o leitor sobre o fato em si. No jornal *Público*, a abordagem da violência é detalhada, problematizadora e mais complexa do que a realizada na *Folha*.

**Palavras Chave:** violência contra a mulher, gênero, jornalismo, mídia impressa.

## ABSTRACT

GIANE SILVA SANTOS SOUZA: The discourse of the Portuguese and Brazilian press on violence against women: a study of the newspapers *Público* (Portugal) and *Folha de São Paulo* (Brazil) in late 2021

(Under the guidance of Professor Jorge Pedro Sousa)

This thesis has as object of study the violence against women under the bias of the journalistic discourse printed in Brazil and Portugal. In this sense, it aims to understand the discourses on violence against women from the newspapers *Folha de São Paulo* (from Brazil) and *Público* (from Portugal). The methodology chosen for the research was based on the discourse analysis of Mikhail Bakhtin and Michel Foucault. Both provided a qualitative analysis of the discourses that permeate the articles in the printed newspapers. For this purpose, data were collected through daily readings of 92 editions in the Newspapers in the period from 10.01.2021 to 12.31.2021. During this period, 37 reports related to violence were catalogued, 17 of which were selected for analysis, as they contemplated the focus of the study in question. The research problem was: how do printed newspapers produce speeches and disseminate them, reiterating or not the trivialization of violence against women and in what aspect do they produce resistance to this trivialization? The general objective was to analyze and describe the speeches in the newspapers *Folha de São Paulo* (Brazil) and the newspaper *Público* (Portugal), from October to December 2021. The specific objectives were: a) To question what are the trivializing forms of violence against women, emanated in the discourse of the printed newspapers *Folha de São Paulo* and *Público*, in the mentioned period, explaining proximities and differences between them in the way of working the theme of violence against women; b) To problematize the practices suggested in the field of public policies mentioned in the published articles and the multiplicity of voices that compose it in intertextuality as well as in the polysemic dialogue; c) Investigate whether victims are blamed in the articles in the cited newspapers. Thus, the justification was built from the dissemination of the results of the 2021 National Yearbook of Public Security, which published worrying statistics regarding violence against women in Brazil, pointing out that 17 million Brazilian women suffered some type of violence. The results of the research allowed us to infer that there are divergences between the ways of approaching the two newspapers, as in *Público* there is greater care in working on the different aspects of violence against women, bringing different views and perspectives of the problem; while the *Folha* newspaper brings more descriptive and informative articles, which are shorter and do not elucidate the phenomenon of violence against women. Newspapers (re)produce social relations, disseminate and dispute values, feed specific affections, produce subjectivities and reproduce meanings. Therefore, it is possible to state in the thesis that the approach to violence against women in the newspaper *Folha de São Paulo* differs from the newspaper *Público*. In *Folha*, the speech is permeated by a description of the facts with the objective of informing the reader about the fact itself. In the newspaper *Público*, the approach to violence is detailed, problematizing and more complex than that carried out in *Folha*.

**Keywords:** violence against women, gender, journalism, print media

## RÉSUMÉ

GIANE SILVA SANTOS SOUZA : Le discours de la presse portugaise et brésilienne sur les violences faites aux femmes : une étude des journaux *Público* (Portugal) et *Folha de São Paulo* (Brésil) fin 2021

(Sous la direction du professeur Jorge Pedro Sousa)

Cette thèse a pour objet d'étude la violence contre les femmes sous le biais du discours journalistique imprimé au Brésil et au Portugal. En ce sens, il vise à comprendre les discours sur la violence contre les femmes des journaux *Folha de São Paulo* (du Brésil) et *Público* (du Portugal). La méthodologie choisie pour la recherche était basée sur l'analyse du discours de Mikhail Bakhtin et Michel Foucault. Les deux ont fourni une analyse qualitative des discours qui imprègnent les articles dans les journaux imprimés. À cette fin, des données ont été collectées à travers des lectures quotidiennes de 92 éditions dans les journaux dans la période du 01.10.2021 au 31.12.2021. Au cours de cette période, 37 rapports liés à la violence ont été répertoriés, dont 17 ont été sélectionnés pour analyse, car ils envisageaient l'objet de l'étude en question. La problématique de recherche était : comment les journaux imprimés produisent-ils des discours et les diffusent-ils, réitérant ou non la banalisation des violences faites aux femmes et en quoi produisent-ils des résistances à cette banalisation ? L'objectif général était d'analyser et de décrire les discours dans les journaux *Folha de São Paulo* (Brésil) et le journal *Público* (Portugal), d'octobre à décembre 2021. Les objectifs spécifiques étaient : a) Interroger quelles sont les formes banalisantes de la violence contre les femmes, émané dans le discours des journaux imprimés *Folha de São Paulo* et *Público*, dans la période mentionnée, expliquant les proximités et les différences entre eux dans la manière de travailler le thème de la violence contre les femmes ; b) Problématiser les pratiques proposées dans le champ des politiques publiques évoquées dans les articles publiés et la multiplicité des voix qui la composent dans l'intertextualité ainsi que dans le dialogue polysémique ; c) Rechercher si les victimes sont blâmées dans les articles des journaux cités. Ainsi, la justification a été construite à partir de la diffusion des résultats de l'Annuaire national de la sécurité publique 2021, qui a publié des statistiques inquiétantes sur la violence à l'égard des femmes au Brésil, soulignant que 17 millions de femmes brésiliennes ont subi un type de violence. Les résultats de la recherche nous ont permis de déduire qu'il existe des divergences entre les manières d'aborder les deux journaux, car dans *Público*, il est plus important de travailler sur les différents aspects de la violence à l'égard des femmes, en apportant des points de vue et des perspectives différents sur le problème ; tandis que le journal *Folha* apporte des articles plus descriptifs et informatifs, qui sont plus courts et n'élucident pas le phénomène de la violence contre les femmes. Les journaux (re)produisent des relations sociales, diffusent et contestent des valeurs, nourrissent des affections spécifiques, produisent des subjectivités et reproduisent des significations. Par conséquent, il est possible d'affirmer dans la thèse que l'approche de la violence contre les femmes dans le journal *Folha de São Paulo* diffère de celle du journal *Público*. Dans *Folha*, le discours est imprégné d'une description des faits dans le but d'informer le lecteur sur le fait lui-même. Dans le journal *Público*, l'approche de la violence est détaillée, problématisante et plus complexe que celle menée à *Folha*.

**Mots clés** : violence contre les femmes, genre, journalisme, presse écrite.

## RESUMEN

GIANE SILVA SANTOS SOUZA: El discurso de la prensa portuguesa y brasileña sobre la violencia contra la mujer: un estudio de los diarios *Público* (Portugal) y *Folha de São Paulo* (Brasil) a finales de 2021

(Bajo la dirección del profesor Jorge Pedro Sousa)

Esta tesis tiene como objeto de estudio la violencia contra la mujer bajo el sesgo del discurso periodístico impreso en Brasil y Portugal. En ese sentido, tiene como objetivo comprender los discursos sobre la violencia contra las mujeres de los periódicos *Folha de São Paulo* (de Brasil) y *Público* (de Portugal). La metodología elegida para la investigación se basó en el análisis del discurso de Mikhail Bakhtin y Michel Foucault. Ambos proporcionaron un análisis cualitativo de los discursos que permean los artículos de los diarios impresos, para lo cual se recolectaron datos a través de lecturas diarias de 92 ediciones en los Diarios en el período del 01.10.2021 al 31.12.2021. Durante este período, se catalogaron 37 informes relacionados con la violencia, de los cuales 17 fueron seleccionados para el análisis, ya que contemplaban el enfoque del estudio en cuestión. El problema de investigación fue: ¿cómo los periódicos impresos producen discursos y los difunden, reiterando o no la banalización de la violencia contra las mujeres y en qué aspecto producen resistencias a esa banalización? El objetivo general fue analizar y describir los discursos en los diarios *Folha de São Paulo* (Brasil) y el diario *Público* (Portugal), de octubre a diciembre de 2021. Los objetivos específicos fueron: a) Cuestionar cuáles son las formas de violencia banalizadoras contra la mujer, emanado en el discurso de los diarios impresos *Folha de São Paulo* y *Público*, en el período mencionado, explicando proximidades y diferencias entre ellos en la forma de trabajar el tema de la violencia contra la mujer; b) Problematizar las prácticas sugeridas en el campo de las políticas públicas mencionadas en los artículos publicados y la multiplicidad de voces que la componen tanto en la intertextualidad como en el diálogo polisémico; c) Investigar si en los artículos de los diarios citados se culpabiliza a las víctimas. Así, la justificación se construyó a partir de la difusión de los resultados del Anuario Nacional de Seguridad Pública 2021, que publicó estadísticas preocupantes sobre la violencia contra la mujer en Brasil, señalando que 17 millones de brasileñas sufrieron algún tipo de violencia. Los resultados de la investigación permitieron inferir que existen divergencias entre las formas de abordar los dos diarios, ya que en *Público* existe un mayor cuidado en trabajar los diferentes aspectos de la violencia contra la mujer, trayendo diferentes visiones y perspectivas del problema; mientras que el diario *Folha* trae artículos más descriptivos e informativos, que son más breves y no aclaran el fenómeno de la violencia contra la mujer. Los periódicos (re)producen relaciones sociales, difunden y disputan valores, alimentan afectos específicos, producen subjetividades y reproducen significados. Por lo tanto, es posible afirmar en la tesis que el abordaje de la violencia contra la mujer en el diario *Folha de São Paulo* difiere del diario *Público*. En *Folha*, el discurso está impregnado de una descripción de los hechos con el objetivo de informar al lector sobre el hecho mismo. En el diario *Público*, el abordaje de la violencia es detallado, problematizador y más complejo que el realizado en *Folha*.

**Palabras clave:** violencia contra la mujer, género, periodismo, medios impresos

## DEDICATÓRIA

Ando devagar porque já tive pressa  
E levo esse sorriso  
Porque já chorei demais  
Hoje me sinto mais forte  
Mais feliz, quem sabe  
Só levo a certeza  
De que muito pouco sei  
Ou nada sei  
Conhecer as manhas e as manhãs  
O sabor das massas e das maçãs  
É preciso amor pra poder pulsar  
É preciso paz pra poder sorrir  
É preciso a chuva para florir  
Penso que cumprir a vida  
Seja simplesmente  
Compreender a marcha  
E ir tocando em frente  
Como um velho boiadeiro  
Levando a boiada  
Eu vou tocando os dias  
Pela longa estrada, eu vou  
Estrada eu sou  
Almir Sater / Renato Teixeira

Aos meus pais *in memórian*



## **AGRADECIMENTOS**

Ao ingressar na Universidade Fernando Pessoa em 2017, foi uma felicidade imensa que tomou conta de mim, nem imaginava os desafios que enfrentaria ao longo de todo o processo do doutoramento, não apenas pela distância entre o Brasil e Portugal, mas por tudo que passamos no país ao longo desses anos, seja por retrocessos tanto nas esferas social como política, atrelada a uma pandemia que deixou milhares de mortes, ceifando a vida de tantos colegas de trabalho e amigos queridos. Diante de todos esses cenários quero agradecer a Deus pela minha saúde e de toda a minha família, nosso bem mais precioso.

Agradecer também ao meu orientador professor Dr. Jorge Pedro Sousa que me acolheu em meio a tempestade, dando suporte em suas orientações e transmitindo confiança no meu trabalho.

Agradecer a minha co-orientadora Dra. Flávia Cristina Silveira Lemos, que com afetos e conhecimentos sempre acreditou no meu potencial e se tornou uma amiga querida.

Agradeço o carinho da minha família, Pedro meu companheiro de 39 anos, aos meus filhos Gabriela, Camila e Lucas pela compreensão e apoio, aos meus netos Sofia e Diogo, que mesmo longe alegram a minha vida. Ao meu genro Alan que sempre me acolheu com carinho em sua casa em Braga e ao meu genro Leonardo que sempre esteve disponível para me dar suportes tecnológicos.

Agradeço a minha irmã Silvana, que me deu suporte para essa jornada, a Neide, Maria Lúcia, Areolino e Vitória que de forma transversal contribuíram para a finalização dessa tese.

Agradeço aos meus amigos que me dão afeto e alegria para vencer as adversidades da vida.



## ÍNDICE

|   |            |
|---|------------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>23</b>  |
| <b>CAPÍTULO I - RELAÇÕES DE GÊNERO, CORPOS E FEMINISMOS.....</b>  | <b>29</b>  |
| <i>1.1 Violência sexual, estupro e sexualidade .....</i>  | <i>39</i>  |
| <b>CAPÍTULO II - MÍDIAS E VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NA<br/>CULTURA DO ESTUPRO.....</b>                   | <b>47</b>  |
| <i>2.1. Mídias, linguagens e comunicação social: culturas e sociedade.....</i>                              | <i>47</i>  |
| <i>2.2 Cultura do estupro, mídias e violência contra a mulher .....</i>                                     | <i>49</i>  |
| <b>CAPÍTULO III ANÁLISES DOS DISCURSOS E PERCURSOS<br/>METODOLÓGICOS .....</b>                              | <b>69</b>  |
| <i>3.1. Michel foucault e a análise do discurso.....</i>  | <i>70</i>  |
| <i>3.2. Mikhail bakhtin e a análise dos discursos midiáticos .....</i>                                      | <i>76</i>  |
| <i>3.3. O documento como fonte de análises.....</i>   | <i>80</i>  |
| <i>3.4 Jornais como documentos e a história dos jornais folha de são paulo e o jornal<br/>público .....</i> | <i>90</i>  |
| <i>3.4.1 -Folha de são paulo .....</i>  | <i>90</i>  |
| <i>3.4.2- Jornal público .....</i>  | <i>93</i>  |
| <i>3.5 Estado da arte da violência contra as mulheres .....</i>   | <i>96</i>  |
| <b>CAPÍTULO IV - ANÁLISE DOS JORNAIS FOLHA DE SÃO PAULO E<br/>PÚBLICO.....</b>                              | <b>107</b> |
| <i>4.1 A violência contra mulheres por dentro do discurso dos jornais folha de são paulo</i>                |            |

|  |            |
|--|------------|
| <i>e público</i> .....                 | 107        |
| <i>4.2 Público, edição porto</i> ..... | 136        |
| <b>CONCLUSÕES</b> .....                | <b>149</b> |
| <b>BIBLIOGRAFIA</b> .....              | <b>159</b> |

## ÍNDICE DE TABELAS

|  |            |
|--|------------|
| <b>Tabela 1 Publicações sobre violência nos Jornais <i>Folha de São Paulo</i> e o Jornal <i>Público</i> .....</b>                    | <b>96</b>  |
| <b>Tabela 2. Descritores para pesquisa sobre Violência contra Mulheres na base de dados CAPES em português.....</b>                  | <b>98</b>  |
| <b>Tabela 3. Descritores para pesquisa sobre Violência contra Mulheres na base de dados biblioteca on line (b-on) em inglês.....</b> | <b>99</b>  |
| <b>Tabela 4. Análise dos descritores: Violência e Mulher .....</b>   | <b>100</b> |
| <b>Tabela 5. Análise do Descritor: Violência e Mulher e Jornal.....</b>  | <b>103</b> |
| <b>Tabela 6. Análise do Descritor: News and woman (Notícia e Mulher).....</b>  | <b>104</b> |
| <b>Tabela 7. Análise do Descritor: Sexist violence (Violência machismo).....</b>   | <b>104</b> |

## ÍNDICE DE FIGURAS

|  |     |
|--|-----|
| Figura 1: Dados sobre a violência sexual no Brasil IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.....    | 38  |
| Figura 2: -Indicadores sobre estupro no Brasil 2010-2017 Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública..... | 40  |
| Figura 3: – Jornal Folha de São Paulo 01.10.2021 .....   | 108 |
| Figura 4: Jornal Folha de São Paulo,02.10.2021 .....   | 109 |
| Figura 5: – Jornal Folha de São Paulo,02.10.2021 .....   | 113 |
| Figura 6: Jornal Folha de São Paulo, 03.10.2021 .....  | 116 |
| Figura 7: Jornal Folha de São Paulo,05.10.2021 .....   | 118 |
| Figura 8: Jornal Folha de São Paulo,08.10.2021 .....   | 122 |
| Figura 9: Jornal Folha de São Paulo,08.10.2021 .....   | 123 |
| Figura 10: Jornal Folha de São Paulo,25.10.2021 .....  | 128 |
| Figura 11: Jornal Folha de São Paulo,26.10.2021 .....  | 130 |
| Figura 12: Jornal Folha de São Paulo,15.11.2021 .....  | 132 |
| Figura 13: Jornal Folha de São Paulo,10.12.2021 .....  | 134 |
| Figura 14: Jornal Público,30.10.2021 .....   | 137 |
| Figura 15: Jornal Público,01.11.2021.....  | 140 |
| Figura 16: Jornal Público,13.11.2021 .....   | 142 |
| Figura 17: Jornal Público, 20.11.2021.....   | 143 |
| Figura 18: Jornal Público, 03.12..2021.....  | 144 |
| Figura 19: Jornal Público,31.12.2021 .....   | 146 |

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública

FIFA – Federação Internacional de Futebol

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

ONU - Organização das Nações Unidas

UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita

USP - Universidade de São Paulo



## INTRODUÇÃO

A tese deste doutoramento compreende que as várias formas de violência têm preponderado, resultante de uma manifestação da possessividade e objetivação dos corpos de mulheres, disseminando e perpetuando dominações e opressões seculares que têm afetado a saúde física e mental de mulheres, sendo que estas práticas materializam dois aspectos paradoxais nos meios de comunicação, pois, ao mesmo tempo em que propõem prevenção e combate à violência também são um dispositivo de reprodução e difusão de preconceitos e discriminações contra as mulheres.

A tese afirma que o jornal *Público* aborda o fenômeno da violência contra a mulher com complexidade e a descreve em múltiplas dimensões, a partir dos lugares de fala de um conjunto diversos de atores sociais; enquanto, a *Folha* traz matérias mais informativas e descritivas com complexidade reduzida, se restringindo mais aos aspectos policiais e criminais a violência contra as mulheres. Portanto, os meios de comunicação estudados abordam de modos diferentes o fenômeno da violência contra as mulheres, dependendo da equipe editorial, do escopo do jornal e das forças políticas, econômicas, sociais e subjetivas que atuam na produção das notícias e da difusão das mesmas.

A presente tese apresenta duas hipóteses, que estão relacionadas abaixo:

Hipótese 1: Tratando-se a violência contra as mulheres um problema relevante no Brasil e em Portugal, o tema é abordado nos jornais de grande circulação de ambos os países, tal como sugerem estudos como os de Leandro (2020), Grillo (2006), Cerqueira (2012), Simões (2014), Nobre (2019), Leandro (2020) e Savietto (2015), pois estes procuram refletir as preocupações da sociedade.

Hipótese 2: O discurso dos jornais de qualidade apresenta as mulheres como vítimas e condena a violência de gênero e machista. Esta hipótese é também corroborada pelas seguintes pesquisas: Tomás (2021), Damasceno e Chiachiri (2021), Leandro (2020), Grillo (2006) e Simões (2014) que confirmam que tanto a Folha de São Paulo quanto o Público abordam a vitimização de mulheres e repudiam veementemente o machismo e a violência de gênero.

A proposta da análise da violência na perspectiva da análise do discurso possibilitou compreender o funcionamento do discurso a partir das várias vozes emanadas no processo de interação entre o texto e o(a) leitor(a). As narrativas são compostas por enunciados, argumentos, intertextualidades, diversidades e modos de fazer circular os discursos que operam relações sociais e formas de comunicação a partir de certos valores em disputa e práticas que produzem realidades e fabricam subjetividades. A violência como sociabilidade, assim como a conjugalidade estão em trocas simbólicas de textos e intertextos que fazem emergir modos de ser, de pensar, de agir, de viver, de se relacionar e de sentir. As mídias atravessam e constituem subjetividades são processos de comunicação, materializando maneiras de existir (Maingueneau, 1993).

A justificativa da produção da tese se deu a partir de dados publicados em: “O Anuário Nacional de Segurança Pública de 2021”, o qual demonstrou que 1 em cada 4 mulheres brasileiras (24,4%) acima de 16 anos afirmam ter sofrido algum tipo de violência ou agressão nos últimos 12 meses. Esses dados revelam que 17 milhões de mulheres sofreram algum tipo de violência no Brasil. Não podemos deixar de levar em conta que esses dados não compõem toda a realidade, já que uma grande quantidade de mulheres acaba não denunciando.

As inúmeras transformações nos diversos campos sociais, das ciências, tecnologias, relações humanas e políticas, promoveram inquietações significativas em

muitas concepções, antes tidas como verdadeiras e imutáveis. Dentro desse campo de mudanças ocorridas no seio social, um dos exemplos mais significativos é a alteração do papel tradicional da mulher que, se antes estava restrito ao âmbito doméstico, em decorrência das lutas políticas, tem se ampliado aos espaços públicos, os quais historicamente se configuravam como de privilégio do homem.

Portanto, esta tese se justifica e traz contribuições para a análise das práticas discursivas face à violência contra as mulheres. Estudar como as mídias representam a violência contra as mulheres foi e é algo muito importante, em especial, nas tensões e paradoxos deste veículo de comunicação na sociedade em que se materializa.

A comunicação é uma prática social de circulação discursiva que envolve dinâmicas culturais, políticas, econômicas e subjetivas (SODRÉ, 2014). Conforme Bakhtin (1979), toda sociedade tem suas contradições e paradoxos e elas se expressam e são fabricadas nos sistemas de comunicação social de uma determinada comunidade e por diversos grupos/segmentos. Analisar a relação entre o jornalismo e a violência contra as mulheres no Brasil e em Portugal constituiu a tônica desta pesquisa, tendo como foco as notícias sobre a violência contra as mulheres publicadas no período de outubro a dezembro de 2021 nos jornais *Folha de São Paulo* e o *Jornal português Público*.

O objetivo geral da tese foi analisar e descrever os discursos nos jornais *Folha de São Paulo* (Brasil) e o *jornal Público* (Portugal), no período de outubro a dezembro de 2021. Os objetivos específicos foram: a) Interrogar quais são as formas banalizadoras da violência contra mulheres, emanadas no discurso dos jornais impressos *Folha de São Paulo* (Brasil) e *Público* (Portugal), no período de outubro a dezembro de 2021, explicitando proximidades e diferenças entre eles no modo de trabalhar o tema da violência contra as mulheres; b) Problematizar as práticas sugeridas no campo das políticas públicas mencionadas nas matérias publicadas e a multiplicidade de vozes que

a compõem em intertextualidade bem como na dialogia polissêmica; c) Investigar se ocorre a culpabilização das vítimas nas matérias dos jornais citados.

O problema de pesquisa ganhou contornos com a preocupação e inquietação que vivenciamos na atualidade do país, quando forças fundamentalistas ocuparam postos importantes nos Poderes Executivo e Legislativo, implementando uma agenda conservadora nos costumes e aprovando recuos gravíssimos das políticas públicas de promoção, garantia e defesa dos direitos humanos, entre eles, da proteção social das mulheres. Pergunta-se: como os jornais impressos produzem discursos e as difundem reiterando ou não a banalização da violência contra mulheres e em que aspecto produzem resistências a esta banalização?

O primeiro capítulo aborda um panorama da discussão sobre gênero, sexualidade e feminismos, possibilita uma compreensão social, política, psicológica, jurídica e cultural da construção das relações de gênero, na interface com os movimentos sociais e as agências que opera com a produção da sexualidade em diversos contextos que configuram os modos de ser mulher e de performar o que se chama feminino na sociedade contemporânea.

O segundo capítulo apresenta um contexto das relações entre comunicação social, linguagens e violência de gênero. Esta discussão traz um panorama sobre as práticas de poder, saber e subjetivação na dinâmica da fabricação midiática e de como esta se constitui por verdades, mobiliza-se por lutas e meio às disputadas na sociedade e, por fim, forja estereótipos e preconceitos tanto quanto informa, dialoga e faz circular discursos com efeitos de poder.

O terceiro capítulo traz a perspectiva metodológica adotada nesta tese baseada na análise do discurso a partir de Foucault e Bakhtin bem como delinea os procedimentos metodológicos empregados dos jornais *Folha de São Paulo* e *Público*,

ano de 2021. Neste capítulo também delimita-se aspectos da pesquisa histórica e documental, tanto no plano da História Cultural quanto dos usos de arquivos como empiria e trabalho de campo. A metodologia com a análise do discurso é fundamental para explicitar dialogicidades, contradições, paradoxos, ideologias, relações de poder e usos das linguagens a partir de um giro linguístico no campo da comunicação social.

No quarto capítulo, visa-se explicitar a análise dos jornais escolhidos e das matérias selecionadas, considerando os critérios de inclusão e exclusão demarcados no terceiro capítulo como estratégia metodológica. O trabalho com os meios de comunicação se ancora na análise dos discursos em uma diversidade de práticas sociais, culturais, políticas da produção de subjetividades no contemporâneo. As matérias analisadas demonstraram que a *Folha de São Paulo* apresentou aspectos mais policiais, criminais e descritivos das situações de violências dos homens contra as mulheres. As notícias não trazem muitas dimensões do fenômeno, em geral, apesar de o fazerem em alguns momentos, mas de forma bem limitada. Fundamentalmente, traz realces morais, da denúncia e da tipificação criminal. Já, no jornal *Público*, aponta-se que há um conjunto de práticas complexas e um cuidado ético, estético e político importante na abordagem de cidadania e da atitude crítica face ao presente na elaboração da comunicação social das situações de violência dos homens contra as mulheres.

Por fim, apresentam-se as considerações finais com um balanço dos desafios, potencialidades e limites desta tese de doutorado. Busca-se delimitar quais eram as propostas iniciais deste trabalho, como ele foi sendo organizado e as escolhas que foram ganhando relevância diante das aprendizagens, leituras, apropriações metodológicas e temáticas realizadas.



## CAPÍTULO I – RELAÇÕES DE GÊNERO, CORPOS E FEMINISMOS

Neste capítulo, inicialmente, serão abordadas problemáticas: histórico-sociais, subjetivas, culturais e políticas referentes aos discursos sobre a violência contra a mulher no campo da literatura. Para tanto, faremos uma breve inserção no contexto histórico da construção dos movimentos feministas, sua difusão e diversidade de grupos no Brasil. Também são analisadas as relevantes contribuições dos movimentos feministas no país para os trabalhos de pesquisa que versam sobre a temática gênero e violência contra mulheres, tanto física quanto sexual. Também se busca conceituar o plano complexo das relações de gênero e suas ligações com a produção dos corpos e suas performances na atualidade, sobretudo, nos aspectos que incidem sobre as vidas de mulheres, especificamente, as que vêm sofrendo violência praticada por homens.

Segundo Bray (2019), o contexto cultural, histórico, subjetivo, político e econômico nas lutas sociais das mulheres, os movimentos feministas têm um papel importante, por se tornarem protagonistas na quebra de vários paradigmas impostos às mulheres durante séculos, questionando e interrogando processos de dominação, opressão, desigualdades, violências e inúmeros efeitos nefastos da sociedade patriarcal e machista. Assim, de forma sucinta trazemos um panorama histórico de como estes movimentos foram sendo impulsionados em diferentes épocas, demarcando-se as contribuições e avanços construídos.

Os feminismos na história são divididos em momentos importantes que vêm sendo designados como ondas e viradas articuladas e, ao mesmo tempo, tensionadas entre si em termos de jogos de forças e disputas de narrativas, apesar dos entrecruzamentos das mesmas. Os movimentos sociais têm histórias e memórias,

lugares de fala e entrecruzamentos de poder, saber e subjetivação. Demarcam-se estes movimentos com atenção e cuidado de delimitar aspectos diferenciais que implicam em modos diversos de apresentar demandas e analisar problemáticas no cotidiano das existências de mulheres.

O primeiro momento, compreende o final do século XIX com intensa atividade na Europa e nos Estados Unidos (Goellner, 2003). Para Biroli (2018), nesta primeira onda, os objetivos estavam mais direcionados em promover a igualdade dos direitos contratuais e de propriedade, no fim dos casamentos impostos e na busca das garantias de direitos políticos, como o direito ao voto. No Brasil do século XIX, o principal objetivo das mulheres era o direito à educação básica por meio do acesso à leitura e à escrita.

A segunda onda ocorreu entre as décadas de 1960 a 1980, possuindo grande influência da primeira onda, sua contribuição está em proporcionar intenso debate dentro da comunidade acadêmica, questionando as desigualdades entre os sexos, a opressão vivida pela mulher no sistema patriarcal e o fim da discriminação; também seu campo de análise passa pelos temas: família, sexualidade, corpo, trabalho e violência (DUARTE, 2019). Esta contribuição é extremamente importante, na medida em que delimita o quanto são complexas as relações familiares no campo da sociabilidade e da comunicação no que tange os dilemas e potencialidades da sexualidade na interface com o corpo, o trabalho e o Estado de Direito, sobretudo, quando envolve violências.

Em 1980, inicia-se um debate acadêmico para a substituição da categoria “mulher” pela categoria “gênero”, além de críticas à segunda onda. No bojo destas tensões e conflitualidades, emerge em 1990 a terceira onda, voltada para às lutas e estudos de classe, raça/etnia, sexualidade, etarismo, capacitismo e território/localidade

(BIROLI, 2018). Collins e Bilge (2021) descreveu e buscou analisar as práticas cotidianas interseccionais de gênero nas relações com os marcadores de raça/etnia, faixa etária, capacidades, territorialidades e classe social com a sexualidade e as produções de violências entre outras situações de violações de direitos e discriminações negativas vividas por mulheres, por exemplo.

Durante o século XVIII, os ideais Iluministas e da Revolução Francesa de igualdade e liberdade foram considerados fundamentais para o aparecimento das condições históricas e sociais da busca por direitos pelas mulheres. Com efeito, a Revolução Industrial, no século XIX, teve como foco a exploração da mão-de-obra de mulheres e de crianças, gerando uma onda de protesto das mulheres operárias, às quais passaram a atuar em diversas frentes em busca da conquista dos seus direitos, sejam eles trabalhistas, sociais, educacionais e assistenciais como, por exemplo, o direito à vaga para os filhos em creches e os benefícios especiais de proteção em níveis de seguridade social (Blay; Avelar, 2019).

Vale apontar que a tensão entre as ondas e representações de várias delas aumenta significativamente na medida em que há um deslocamento de saberes por meio das políticas afirmativas, questionando o feminismo branco ligado à modernidade

liberal e limitado aos direitos civis e políticos, sem questionar a modernidade como racionalidade que universalizava direitos do Ocidente e não criticava os privilégios de branquitude presentes nas políticas públicas focadas em princípios da modernidade. Este é um solo tenso e conflituoso, complexo e repleto de disputas de movimentos e comunidades acadêmicas, portanto, delicado de transitar, apesar de ser necessário a considerar para quem deseja enfrentar os debates e aprofundar as análises das desigualdades em termos do que vem sendo nomeado como estudos da interseccionalidades (Collins; Bilge, 2021).

Havia e ainda há uma forte dinâmica chamada por Biroli (2018) de desvantagem no campo do trabalho e do acesso à atuação política de mulheres. A autora salienta que as democracias são seletivas na promoção, garantia e defesa de direitos das mulheres e de outros segmentos considerados vulneráveis na sociedade contemporânea. “A política é atualizada como espaço masculino” (Biroli, 2018, p. 172). Esta realidade tem implicações para a vidas de mulheres, pois, a exclusão é grande limitação da presença das mesmas no espaço da política, trazendo inflexões patriarcais e sexistas, misóginas e de dominação masculina na economia, na cultura, na sociedade e na gestão da comunicação, em uma diversidade de mídias.

A conflitualidade na relação entre patriarcado e capitalismo é intensa e pouco marcada pela vertente das liberdades fundamentais na esfera da vida cotidiana das mulheres, em todos os aspectos e dimensões da economia política de mercado liberal e neoliberal, sobretudo, quando envolve linguagens polissêmicas, tais como: as midiáticas e os efeitos das mesmas em diferentes âmbitos da sociedade, especialmente, com a ampliação do alcance das novas tecnologias de comunicação (Sorj, 2019). Quando se observa o trabalho rural e indígena de mulheres, a situação é agravada pelo histórico brasileiro de exploração no campo e por uma tradição de poucos direitos na esfera trabalhista do contexto das ruralidades (Gonzalez, 2019). A dimensão da coisificação pela sexualidade tem sido usada historicamente como um vetor de exploração do trabalho sexual de mulheres, inclusive, nas áreas rurais, nos interiores, nas populações

ribeirinhas, em lugares de intensas obras de infraestrutura com alta concentração de homens em mobilidade pelas construtoras. Nestas realidades, a cultura do estupro é crescente e há pouca visibilidade das mídias locais destes atravessamentos e especificidades.

Algo a ser destacado na esfera de direitos é o voto feminino, que passou a ser válido em 1918, no Reino Unido, conquista do Movimento Sufragista que surgiu no século XIX. No Brasil, somente em 1932 que a mulher teve direito ao voto, mas somente no Código Civil de 1962 é que a mulher se tornaria independente do marido (Duarte, 2019). O Movimento da Contracultura na Europa influenciou o movimento de mulheres no Brasil, na busca da valorização e emancipação da sua singularidade (Blay; Avelar, 2019). O voto de mulheres tem feito a diferença nos últimos anos e os movimentos de mulheres estão crescendo na ocupação dos espaços políticos, apesar de ainda ser uma pequena representação, se for acompanhada em termos do tempo cronológico, se torna significativa comparativamente da atualidade com os períodos anteriores da História republicana de construção do Estado Moderno.

Assim, a história das mulheres demarca um tipo de luta específica das mulheres, no início do século XX que foi pelo voto ao voto, ou seja, o acesso ao direito político e à condição de cidadania, efetivamente, no plano de um Estado Democrático de Direito. O texto constitucional incorporou a licença maternidade, igualdade de direitos, normas em relação ao trabalho das mulheres e à aposentadoria diferenciada para elas (Avelar & Rangel, 2017).

Na primeira metade do século XIX, os ventos libertários, feministas sopravam concomitantemente em várias partes do mundo, onde mulheres e homens buscavam se livrar de uma economia de base colonial, conquistar o regime republicano e abolir a escravidão. (Blay; Avelar, 2019, p. 65).

Na década de setenta, mulheres brasileiras participaram das lutas contra a Ditadura Militar, no Brasil e integram as reivindicações pela anistia de presos(as) políticos(as). O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher surge 1985, embalado pela redemocratização do país e pela implantação da garantia de direitos Políticos para as mulheres, possibilitando a presença de 26 constituintes mulheres (Duarte, 2019). Este número foi emblemático e, apesar de pequeno face ao número de homens eleitos, foi capaz de fazer diferença em diversas pautas apresentadas e votadas, bem como as aprovadas.

Em 1985, foi criada a primeira delegacia em defesa da mulher, sendo que, atualmente, menos de 10% dos municípios brasileiros têm estas delegacias instaladas (Blay; Avelar, 2019). Este número de delegacias é pequeno e pouco significativo diante dos números alarmantes das cifras de violência contra a mulher. A partir do momento que a violência contra as mulheres se tornou endêmica, é fundamental ampliar e acompanhar as políticas públicas de cuidado integral às mulheres.

O quadro alarmante de aumento exponencial da violência contra a mulher, o estupro é uma das modalidades que se destaca entre outras formas de violência que já fixaram residência de longa data, como: o assédio moral, o assédio sexual, o espancamento, a mutilação e o feminicídio. No bojo desta realidade, busca-se criar formas de enfrentamento pelo ingresso do tema gênero e feminismos nas universidades brasileiras, gerando assim, debates em várias esferas contribuindo na produção de políticas públicas que visam a proteção das mulheres (Bandeira, 2014). Nos sistemas de comunicação tem crescido também a pauta dos direitos afirmativos, como os das mulheres, populações LGBTQIA+, do povo preto, de comunidades tradicionais, das crianças e adolescentes, de idosos e de outros(as) vítimas de violências e grupos sociais expostos a inúmeras vulnerabilidades.

Nos últimos 30 anos, busca-se conectar a relação de saber-poder sobre as pesquisas que envolvem os termos mulher, gênero e movimentos feministas ou de mulheres. Com a implantação da Década da Mulher pela Organização das Nações Unidas- ONU de 1975 a 1985 e os debates pela redemocratização do Brasil, proporcionaram reflexões sobre a condição feminina, no Brasil e na América Latina (Almeida, 1992, p.15). No período de 1980 a 1985, o Brasil passava por várias transformações políticas e sociais, é neste período que encontramos a primeira fase do movimento feminista brasileiro, momento importante para visibilizar o feminino enquanto elemento qualitativo e constitutivo da população e das instituições brasileiras, abrangendo tanto a esfera da Academia quanto dos movimentos, ou seja, uma visão Macro que engloba. 'Mulher: Participação e Representação Política' (Bandeira; Oliveira, 1990, p.5).

O debate sobre a violência exercida contra a mulher e o papel do Direito Penal tomou um impulso muito forte no Brasil, em especial a partir da década de 1980, com a criação da Delegacia da Mulher. Ainda nessa mesma década, a Constituição procurou garantir, por um lado, a igualdade entre homens e mulheres e, por outro lado, objetivou coibir a violência no âmbito das relações domésticas (Montenegro, 2015, p. 27).

Em 1985, em meio a democratização do país é implantada o *Conselho Nacional dos Direitos da Mulher* (CNDM). Surgindo assim, o segundo momento entre o conceito de Gênero, Movimentos Sociais e a Academia, passando do primeiro momento da visibilidade para um contexto que tem como bandeira o papel da mulher como sujeito dentro de um cotidiano político e social. A Lei Maria da Penha, criada em 2006 é um marco e o reflexo dos intensos debates dos movimentos sociais, e feministas na luta pela defesa das mulheres . Deste modo, um importante dispositivo jurídico é forjado para proteger as mulheres de toda sorte face às situações de violências sofridas. A Lei Maria da Penha é considerado mais punitiva e rígida para os

autores de agressão das mulheres e também articula os poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário com vista a promover a assistência, a defesa e o cuidado.

Em 1995, foram criados os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, que tinham como objetivo dar um maior acesso à Justiça a toda população. Os Juizados criminais receberam prioritariamente casos de violência doméstica contra a mulher, através dos crimes de lesão corporal e ameaça. A cada ano, na maioria dos Estados, os números oficiais de casos de agressão às mulheres aumentavam sensivelmente (Montenegro, 2015, p. 27-80).

Assim, ao longo da nossa trajetória nos identificamos dentro de uma construção identitária, caracterizada por um processo de naturalização produzido pela sociedade como masculino e feminino ou com ambos. É nesse cotidiano que são produzidas várias identidades de gênero. Louro (1997) enfatiza o conceito de identidade, ao trazer:

E aqui nos vemos frente a outro conceito complexo, que pode ser formulado a partir de diferentes perspectivas: o conceito de identidade. Numa aproximação às formulações mais críticas dos Estudos Feministas e dos Estudos Culturais, compreendemos os sujeitos como tendo identidades plurais, múltiplas; identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias (Louro, 1997, p. 24).

O conceito de identidade se faz necessário para compreendermos a dimensão de gênero e sexualidade, que está além de produções pré-definidas, sólidas e imutáveis. Desta forma Louro (2008) nos faz refletir a respeito. É importante destacar que as mídias produzem sentidos, valores, explicitam desejos e posições políticas que as fazem agenciar discursos a respeito das performances de gênero e das sexualidades. No debate contemporâneo sobre a cultura e o estupro é fundamental trazer a contribuição das narrativas jornalísticas para o campo dos estudos de gênero e violência sexual,

especialmente, pelo lugar de destaque das mídias no plano de complexidades constitutivas dos modos de fabricar subjetividades, noticiar, criar demandas e pressionar organizações de tal forma a sensibilizar a sociedade para as temáticas que a mesma deseja jogar para debaixo do tapete, por exemplo, como a que é estudada nesta tese.

Para Butler (2019), as questões de gênero são enfatizadas pela linguagem, produzem sentidos para entender na prática as relações sociais da construção de gênero, historicamente constituídas pela sociedade, bem como as consequências e as punições sociais vividas pelas mulheres, às quais conseguiram se insubordinar, fabricar dissidências políticas com os modelos normativos e sexistas para romper com táticas seculares de silenciamento e impedimentos por processos de dominação simbólica e violências físicas.

De acordo, com Machado (1988), possuímos uma generalização do conceito de gênero no cenário intelectual brasileiro, novas metodologias e paradigmas, permitindo a substituição de conceitos e dos instrumentos de análise. Foucault (2009), entende esta articulação como uma dinamicidade de poderes, realizada entre o masculino e o feminino e não mais como consequência da dominação binária de homens sobre mulheres, de forma estática e polarizada. Neste aspecto, foi proposta a visão de uma relação e não de uma oposição de gênero. Não se tratava de uma guerra dos sexos e sim aos sexos como sistema naturalizado pela biologia dos corpos.

Mesmo com esses avanços que constituem a sociedade contemporânea, algo ainda continua perene, a violência contra a mulher. No Brasil os dados sobre essa temática são alarmantes, necessitando ser tratado como pauta de saúde pública. Segundo o Fórum

Brasileiro de Segurança Pública<sup>1</sup> (FBSP) o Brasil possui em média 180 estupros por dia. E, certamente, é difícil, em um país moralista como o Brasil, aceitar que a mulher seja a vítima, pois a violência permeia as relações de poder. O gráfico traz dados oficiais e as subnotificações. As cifras das denúncias são resultantes da oferta de valores, difundidos e da materialidade da produção discursiva nas mídias e nos aparatos de proteção social (Magalhães, 2014).



**Figura 1: Dados sobre a violência sexual no Brasil IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.**

A violência contra a mulher no Brasil, os dispositivos legais e as forças que existem nestes embates produzem realidades e as mídias compõem este cenário com incidência política intensiva e regular, na medida em que mobilizam agências relevantes com uma diversidade de posturas em relação à violência sexual e de gênero, na atualidade. A compreensão das modalidades de violência e os modos de agir sobre as

<sup>1</sup> O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) é uma organização não-governamental, apartidária, e sem fins lucrativos, que se dedica a construir um ambiente de referência e cooperação técnica na área da segurança pública. A organização é integrada por pesquisadores, cientistas sociais, gestores públicos, policiais federais, civis e militares, operadores da justiça e profissionais de entidades da sociedade civil que juntos contribuem para dar transparência às informações sobre violência e políticas de segurança e encontrar soluções baseadas em evidências.

mesmas é uma discussão complexa e precisa ser travada com contextualização e politização socio-técnica e não apenas como assunto de especialistas isolados. Os movimentos sociais feministas devem ser ouvidos também e não apenas a burocracia do Estado, nesta questão de gênero que é a cultura do estupro, inclusive, pelas mídias.

## **1.1 VIOLÊNCIA SEXUAL, ESTUPRO E SEXUALIDADE**

É relevante traçar alguns percursos a respeito das definições sobre violência e suas implicações para a produção do objeto desta tese de doutoramento. Também são desenvolvidos aspectos ligados às modalidades de violências e suas relações recíprocas, na sociedade atual. Trabalha-se com uma problematização das práticas que forjam os objetos violência sexual e de gênero, visando desenhar como elas performam os corpos de mulheres e as relações sociais, ao gerarem efeitos de verdade bem como modos de exercício de poder, dominação, opressão, coerção e silenciamento na própria materialidade da expressão e realização das violências contra as mulheres. Neste item, por fim, é abordada uma problematização da cultura do estupro na interface com a produção da violência sexual contra as mulheres, sobretudo, no Brasil.

A expressão da palavra sexualidade foi projetada historicamente entre os séculos XVIII e XIX e não se limitava ao ato sexual. Assim, compreender a posição histórica e cultural dos significados desse vocabulário é importante para entender o caminho percorrido, com relação as normas que foram criadas em determinadas instituições religiosas, judiciais, pedagógicas e médicas. Essas instituições passaram a controlar o corpo por meio de dispositivos que o investem e o performam.

Portanto, saberes e poderes são organizados em regimes de verdade que sustentam controles sociais sobre os corpos de mulheres por meio da noção biológica de

sexo e pela ideia dos corpos como objetos a serem consumidos e usados em um processo de erotização crescente. Há uma diferença entre o governo do sexo biológico e da sexualidade enquanto dispositivo socioafetivo bem como há formas de gestão da identidade sexual no que tange à performance de gênero, de raça/etnia, de capacidades, de faixa etária, de classe social e de crenças espirituais. Assim, é possível pensar a produção de gênero, por exemplo, como uma relação social e cultural e não uma essência biológica.

Desta forma, a mulher tem sido objeto de governo das condutas, cada prática de governo implica em um jogo de verdades que sustentam determinados modos de gerir a vida e os corpos. Ou seja, relações de poder são interligadas com regimes de verdade. Logo, um exercício de poder que desemboca em violência pode ser ligado a um conjunto de verdades marcado pelo machismo que reproduz modos de sociabilidade violentos, por exemplo, por meio do sistema de comunicação de massa como uma das engrenagens que sustenta parte da cultura do estupro (Cabette; Paula, 2013).

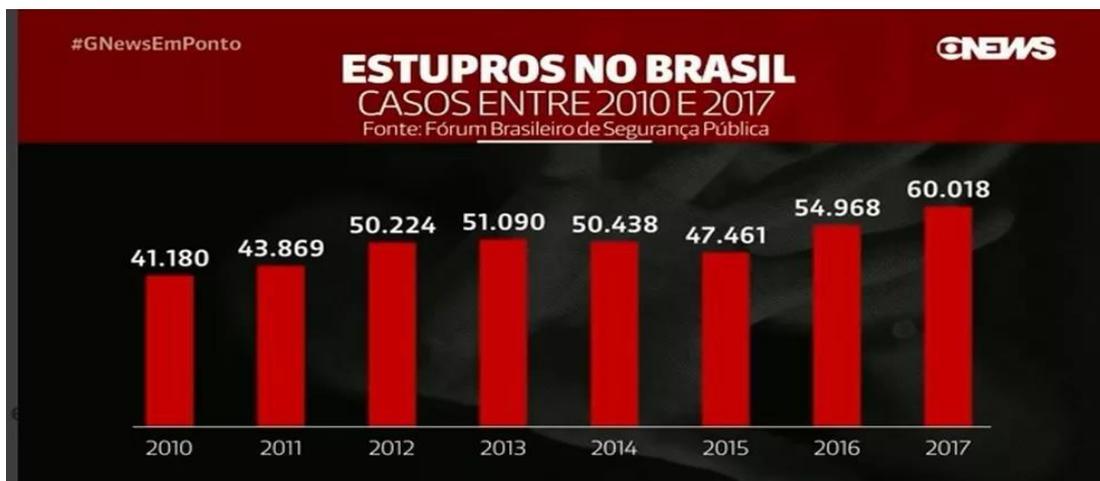


Figura 2: -Indicadores sobre estupro no Brasil 2010-2017 Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Ao analisar os indicadores acima, entende-se a partir da afirmação de Giddens (1993), o sentimento de propriedade lançado pelo homem sobre a mulher foi produzido e perpassou os discursos que forjaram a prática da cultura do estupro, sobretudo, por meio de um controle dos corpos das mulheres. Georges Vigarello (1998), dispõe sobre o estupro entre os séculos XVI-XX, destacando como esta trajetória ocorreu entre os séculos e de que forma está relacionada à história da violência sexual na contemporaneidade. No Brasil, o código penal de 1890 já fazia inferência sobre a temática do estupro ao trazer em seus artigos 268 e 269 o seguinte discurso:

[...] O estupro é o ato pelo qual o homem abusa com violência de uma mulher, seja virgem ou não, mas honesta. Pena – se a estuprada for mulher honesta, virgem ou não, um a seis anos de prisão. Se for mulher pública ou prostituta a pena é de seis meses a dois anos de prisão.

Para Coulouris (2004), o Código Penal Brasileiro de 1890, traz um discurso que prega a verdade jurídica, ou seja, existe a mulher honesta, do lar e a mulher “da vida” a prostituta, criando assim um clichê na sociedade e produzindo verdades. Ao analisarmos os números do estupro, se faz necessário compreender os limites e o sentido do crime, para não reduzirmos a complexidade da cultura do estupro a uma realidade de violência em si (Vigarello, 1998).

As relações foram construídas por marcadores de raça/etnia, territorialidade, faixa etária, classe social, gênero e capacitação. A partir de um conjunto de práticas divisoras, houve a repartição de classificações binárias que resultaram em oposições: homem e mulher, pobre e rico, branco e negro, capaz e incapaz, criança e adulto, heterossexual e homossexual etc. (Butler, 2010) que são como quadros de uma guerra de sexos e de raças, como uma disputa sexista, classista e racista sem fim.

As mídias como quadros de guerra produzem editorialmente significados e pode reificar enquadramentos de violência sexual ao noticiar tais situações.

A violência, segundo Arendt (2004) é o resultado da impotência e da perda de controle sobre o corpo e a vida de outrem. Para Chauí, a violência é a sociabilidade que é construída como processualidade marcada pelo preconceito, discriminação, opressão, dominação e repressão historicamente e culturalmente constituídos. Trata-se de uma coisificação e de uma gestão instrumental e calculada das práticas sociais de gestão da população, de acordo com Foucault (1999).

A violência, geralmente, acontece diante da instrumentalização dos corpos e sinaliza a perda de um sentimento de posse ou a negação da mesma, diante de tentativas de assédio e intimidação. Portanto, para Foucault (2008a; 2008b; 2011), poder não é sinônimo de violência, pois, é a ausência do primeiro que resulta em práticas violentas. A violência pode ser, neste sentido, uma tentativa de impedir a resistência de não aceitar a opressão sexual, a submissão física e a posse como objeto para uso sexual e para dependência afetiva. Assim, vale mencionar que há dimensões econômicas, culturais, sociais e psicológicas da violência sexual e da construção de uma cultura do estupro.

Não se trata de confundir a atividade sexual consentida com a violação sexual, nada disso, mas é importante compreender como os dois se cruzam na concepção do estuprador, da vítima, do Estado e da sociedade em geral, mesmo que estes não se deem conta disso. Uma grande parte desse problema está na notável repressão sexual sofrida pela mulher, em contraposição ao incentivo sexual recebido pelos homens. O que é um paradoxo numa sociedade majoritariamente heteronormativa, onde parece muito incoerente que os homens, desde a mais tenra idade, sejam incitados ao sexo, enquanto as mulheres recebam instruções contrárias. Este problema tem um tratamento especial, sendo resolvido de maneira aparentemente muito simplista através das distinções sociais estabelecidas sobre as mulheres entre 'mulher para casar' e a 'desviada'. Essa distinção recebe validação por intermédio do modo como é socialmente adotada, onde é reafirmada

através da diferença de tratamentos dispensados às mulheres representantes das diferentes classes sociais e raciais. Nesse caso, em particular, é fundamental que se tenha em mente a diferença do que é compreendido dentro do entendimento social, além da relação entre a sociedade e o tipo de interação sexual e afetiva que é dispensada à mulher negra, como exemplo (Sousa, 2017, p. 13-14).

De acordo com Andrade (2003), é relevante considerar que há aspectos racistas na produção da violência, em especial, a sexual também. Trata-se de um racismo de Estado e de sociedade, simultaneamente. As mulheres são forjadas como inferiores e coisas a serem desfrutadas por quem se sente superior culturalmente, socialmente e economicamente, apesar de paradoxalmente, se enxergar psicologicamente como impotente. A condição de impotência psicológica de homens na sociedade racista no plano da cultura e das relações sociais opera um mecanismo de defesa da sociedade pautado em divisões binárias e lógicas de inimizade que colocam alguns como privilegiados e mulheres como objetos a serem alvo de usos de quem é forjado como dominador e viril, como raça superior e proprietários de quem considera uma coisa a ser consumida e possuída. Diante deste quadro, são instituídas chaves interpretativas a respeito da vida e das relações sexuais, afetivas, sociais, culturais, psicológicas, econômicas e políticas ligadas ao consumo e empresariamento dos corpos que colocam condições de superioridade e inferioridade como efeitos dos racismos biológicos e valorativos das existências (Madeira, 1996).

Trata-se do que Butler (2019) denominou de vidas precárias fabricadas como vulneráveis face a um campo valorativo, pois, são diminuídas na disputa de valores em diversas chaves interpretativas do que a autora denomina de quadros de guerra. Performar mulheres como corpos desprovidos de valor e humanidade faz com que as mesmas sejam vistas como coisas a serem usadas sexualmente (Madeira, 1996).

Neste ponto de vista, é possível diferenciar poder de violência e distinguir opressão e dominação da potência de um ser no plano das forças que estão em jogo e

que operam especificidades no exercício das relações dinâmicas e móveis. Ora, quando esta mobilidade se torna restrita e se cristaliza, podendo ser constituída um processo de dominação e na medida em que as forças são apropriadas como relações de gênero estereotipadas e hegemônicas, passam a perder a potência vital (Foucault, 1999; 2008).

Portanto, o governo dos corpos das mulheres traz estas diversas práticas como elementos de composição de uma cultura patriarcal e do estupro, na base da construção da sociabilidade de gênero. Se poder é relação em exercício só pode se materializar em um contexto democrático, em que as mulheres são respeitadas e têm liberdade. Quando elas perdem a possibilidade de escolher, de se posicionarem e arbitrarem sobre suas vidas já não estão em um campo de liberdade do exercício do poder e sim em outros planos, os quais são modalidades de violências em entrecruzamento (Saffioti, 1999).

Na conferência *O sujeito e o poder* (Foucault, 1995) ressalta o quanto o poder é relação dinâmica em exercício e difere de violência, escravidão, dominação, coerção, opressão e repressão. O autor salienta que onde há poder sempre há liberdade e margem para resistência, todavia, quando a liberdade e a possibilidade de resistir são impedidas e impossibilitadas entram em cena outras relações sociais que podem ser analisadas de maneiras complementares, em entrecruzamento com as práticas de poder-saber, porém, distintas entre si, apesar de estarem em correlação de forças.

A violência de gênero produz-se e reproduz-se nas relações de poder onde se entrelaçam as categorias de gênero, classe e raça/etnia. Expressa uma forma particular de violência global mediatizada pela ordem patriarcal, que delega aos homens o direito de dominar e controlar suas mulheres, podendo para isso usar a violência. Dentro dessa ótica, a ordem patriarcal é vista como um fator preponderante na produção da violência de gênero, uma vez que está na base das representações de gênero que legitimam a desigualdade e dominação masculina internalizadas por homens e mulheres (Araújo, 2008, p. 10).

Se pensarmos por esta via, a violência de gênero pode ser uma dominação cultural e política, uma modalidade de relação social e um atravessamento mais hierarquizante das práticas. Já, a coerção envolve uma instrumentalização maior ainda dos corpos e das relações que está mais próxima da violência física e sexual quando ultrapassa a violência psicológica e se torna abuso e exploração. A escravidão implica em uma dimensão do tráfico sexual e de mulheres ou ainda de uso dos corpos de mulheres na condição de escravas sexuais em uma casa de shows, aliciadas e agenciadas por uma rede de tráfico humano (Madeira, 1997).

Para Butler (2019), há vidas precárias que são tomadas como não passíveis de luto e se tornam alvo da morte na medida em que ninguém se comove pela perda destas pessoas e não há quem chore por elas. Este é um mecanismo de ausência da apreensão e do reconhecimento social de vidas que foram transformadas em não humanas ou menos humanas por uma rede de engrenagens políticas e econômicas em que a ética e a solidariedade com a dor dos outros foi extinta e, pelo menos, grandemente, diminuída.

## **CAPÍTULO II - MÍDIAS E VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NA CULTURA DO ESTUPRO**

Neste capítulo, busca-se delinear mais a produção da mídia na sustentação e fabricação discursiva e de sentidos sobre a violência contra as mulheres. Os tópicos visam apresentar alguns trabalhos e vertentes que analisam como as mídias produzem narrativas sobre diversas facetas da violência sexual.

### **2.1. MÍDIAS, LINGUAGENS E COMUNICAÇÃO SOCIAL: CULTURAS E SOCIEDADE**

Para Barthes (1998), a cultura é produzida pela linguagem em diferentes modos de expressão em que há partilhas de mundos por leitores e escritores das culturas como textos. O ser humano enquanto sujeito se fabrica e produz experiências mediadas pela linguagem, se forjando como leitor e escritor simultaneamente, na medida em que conversa por textualidades e, assim, constrói intertextualidades ao interagir com o mundo que cria.

Para Santaella (2003), a cultura é uma tecnologia de si e dos outros, na reciprocidade de trocas simbólicas e performances que são inventadas pelas linguagens enquanto pluralidade de ações e multiplicidades de vozes materializadas. No bojo desta perspectiva, as mídias são sistemas de comunicação e geram efeitos nos processos de construção coletiva das relações sociais e das subjetividades.

Há sistemas de comunicação de massa, tais como: os jornais impressos, as rádios, as revistas, os telejornais e a internet inauguram mídias alternativas, especialmente, blogs, aplicativos de interação, redes sociais, podcasts, canais na internet, e-mails, vídeo-chamadas, reuniões on-line, canais de transmissão variados, jornais em formatos diversificados com matérias mais curtas e modos dissidentes de comunicação em curto-circuito com os sistemas corporativos da imprensa tradicional. Todavia, há ainda a força de empresas da comunicação de massa, apesar das novas mídias e dos impactos crescentes destas nos deslocamentos das maneiras de produzir e difundir informações e nos modos de apropriação das mesmas pelos receptores que também se tornam criadores de conteúdos e vetores de transmissão cada vez mais presentes nos processos interativos na sociedade atual (Castells, 1999).

As mídias têm um grande movimento de pressão e poder de influenciar a sociedade. Há grupos de comunicação que são empresas com financiamentos estrondosos e contam com apoios políticos consideráveis na manutenção de sistemas de comunicação pouco democráticos e com baixa intensidade no compromisso com a cidadania, apesar de um processo inicial de sensibilização a temas, antes não abordados como os ligados às pautas identitárias, do meio ambiente e dos grupos vulneráveis socialmente (Guareschi, 2013).

Hoje, há organizações governamentais e não-governamentais que lutam para incidir politicamente nas mídias para que elas assumam responsabilidades sociais com as notícias que fabricam e difundem, os endereçamentos, licenças e agendas que reproduzem a partir das alianças com o Estado e com corporações com o compromisso social e político, em forjar uma sociedade democrática. Assim, é importante que se estabeleça limites legais/normativos para os veículos de comunicação de tal modo que não implique em censura, mas convidem à responsabilidade pública das organizações midiáticas na esfera pública (Hossoé, 2012).

De acordo com o trabalho da pedagogia da libertação de Paulo Freire (1983), a comunicação deve priorizar o campo dialógico como um direito e um processo construído publicamente em prol da construção coletiva da autonomia e crítica à informação despolitizada e manipuladora de consciências. A produção cotidiana da opinião pública, a variação de expressões e vozes múltiplas garante a inclusão e pressupõe a possibilidade de ampliar os canais polissêmicos em prol da comunicação complexa e enquanto disputa de memórias políticas bem como tensões e conflitualidades de valores como um direito cultural a ser garantido nas constituições e no plano das vivências micropolíticas também. Porém, o direito a divergir não pode se tornar vetor de violência nem violação de direitos humanos (Malcher, *Et Alli.*, 2011).

A liberdade de expressão não pode ser justificativa para efetuar, por exemplo, uma reprodução da cultura do estupro e de outras formas de violência. Há um campo ético da comunicação e de inclusão democrática a ser considerado sempre como um elemento que pressupõe a própria comunicação como reciprocidade. Não se pode usar mídias para negar e silenciar direitos, principalmente, quando a sociabilidade é mediada de maneira crescente pela formação da opinião pública por meio de grandes meios de comunicação de massa, nas últimas décadas (Touraine, 1996).

## **2.2 CULTURA DO ESTUPRO, MÍDIAS E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

Segundo Faúndes (2012), a violência sexual é uma relação sempre assimétrica e instrumental, coercitiva e dirigida aos corpos enquanto prática de coisificação, sendo que o sistema de comunicação pode auxiliar a romper com estes acontecimentos ou reproduzir estas práticas. A maneira como estas ações se dão são tensas e entrecortadas por mediações complexas, pois, inumeráveis fatores influenciam a produção história das políticas de comunicação local, regional, nacional e internacional.

A cultura do estupro é parte desta prática que toma os corpos de mulheres apenas como objetos a serem utilizados e violentados sem aceite e anuência, construindo um ato de estupro e de valor de uma sociedade entrecortada por gênero e violência. Uma cultura é criada por um conjunto de valores, em uma dada comunidade, em um tempo e espaço definidos (Campos et alii, 2017).

Portanto, pode-se concordar com a afirmação de Brownmiller (op. cit.), para a qual todo estupro é um exercício de poder, constituindo-se muito além do que uma mera manifestação incontrolável do desejo do homem, mas sim em um ato que ocorre dentro de uma configuração institucionalizada que favorece os estupradores. Constitui-se em uma violência sexual e, como toda violência, tem suas raízes nas regras hierárquicas e autoridade coercitiva que explicitam a biopolítica patriarcal da carne, que age por meio de construções de saber/poder, ou verdades que legitimam a perpetuação da cultura do estupro (Nielsson; Wemurth, 2018, p. 192).

O processo de valoração não é natural e sim histórico, pois todas as normas e valores são efeitos das ações humanas e das maneiras de cada grupo performar seus corpos, relações, afeitos, pensamentos, trabalhos, estudos, trabalhos e vidas de uma dada maneira (Campos et alii, 2017). Os discursos culturalmente são parte deste sistema de valoração e modulam maneiras de enxergar a vida e modos de estabelecer comunicação bem como agir com violência e discriminações. Neste aspecto, é possível destacar que há uma cultura do estupro formada por mediações semióticas diversas e que ganha nas mídias um campo profícuo de se materializar e se difundir sob os marcadores de gênero, raça/etnia, capacitismo, classe social, faixa etária e território.

A expressão “cultura do estupro” tem sido pouco utilizada no Direito, mas tornou-se frase corrente no ativismo feminista para se referir a um conjunto de comportamentos e ações que toleram o estupro praticado contra mulheres em nossa sociedade (Campos et alii, 2017, p. 982).

Como conceituar esta cultura do estupro e ela efetivamente existe? Uma definição e o levantamento de suas características são questionamentos feitos por feministas desde 1970, nos Estados Unidos. As ativistas feministas perguntavam-se a respeito dos comportamentos, valores, atitudes, efeitos e sociabilidade correlata a esta suposta cultura do estupro (Campos et alii, 2017).

Uma sociabilidade é entremeada de mediações simbólicas, portanto, semióticas e dialógicas no processo híbrido de narrativas e crenças entrecruzadas por materialidades de leituras e escritas, de interações construídas por experiências vividas no cotidiano das práticas realizadas em cada sociedade com suas instituições, normas e leis, modos de produção econômicos e decisões políticas (Touraine, 1996). A cristalização desta cultura traz um conjunto de problemáticas muito complicadas e complexas, na medida em que homogeneizava valores de violência e coisificação dos corpos de mulheres, tornados objetos sexuais e propriedade a ser possuída (Saffioti, 1999).

Pondera-se que não somente pelo estupro, mas por outras situações cotidianas a mulher tende a receber a culpa: pelo insucesso matrimonial, pela infidelidade conjugal e, até mesmo, pela inexitosa relação sexual. No entanto, nenhuma situação presta compromisso com a origem do problema, ou por quem o praticou; voltam-se os olhares para a vida particular da vítima, acreditando-se Ser ela a razão de todos os problemas ocorridos na sociedade (Sommacal; Tagliari, 2017, p. 259).

Uma política sexual feminista performativa busca a ruptura com uma racionalidade do estupro enquanto uma cultura reificada e naturalizada. Em guerras, por exemplo, um ato muito comum de humilhação das tropas adversárias é o estupro de mulheres e crianças como prática corriqueira e vingança militar. Mulheres e crianças são vistas como objetos a serem usados indiscriminadamente como trunfo e coisas a serem possuídas sem qualquer ética e cuidado com a dignidade humana e sem a menor ação de reciprocidade (Postmann, 1999).

Estes corpos tomados como disponíveis e sem livre arbítrio porque vistos enquanto indignos de darem anuência e consentimento são alvo constante de violência e exploração sexual com certa frequência na sociedade há séculos (Postmann, 1999). Tal fato choca, porém, não o suficiente para que as decisões políticas enfrentem a cultura do estupro nas consequências variadas e nos seus efeitos nefastos nas vidas em que ocorre e na sociedade que se torna cúmplice e vítima da mesma, ao mesmo tempo, em que pode ser produtora direta e indireta das violências quando se omite e a naturaliza ou a prática instrumentalmente sem qualquer culpa ou preocupação com prática tão atroz.

As mídias, em novelas, jornais, rádios, internet, filmes, revistas e telejornais etc. têm produzido e reproduzido esta cultura do estupro. Assim, é crucial criar parcerias com as mídias locais, regionais, nacionais e internacionais em prol do enfrentamento à cultura do estupro. Estas parcerias devem ser intermediadas pelo Estado e ONGs, por universidades e movimentos sociais que atuam com as questões ligadas à violência contra as mulheres (Campos *et alii*, 2017).

Muitos homens são ensinados a agirem com agressividade e violência face às mulheres nos atos sexuais e que não precisam do consentimento das mesmas para realizarem atos sexuais com elas, na medida em que se acha no direito de possuí-las sem se importarem com a escolha e o desejo das mulheres. Estas são consideradas sem palavra e sem lugar de ser que deve participar de uma decisão (Bandeira, 2014). Porém, vale salientar que é preconceituoso classificar todos os homens como estupradores em potencial, generalizando valores e atitudes. No entanto, o debate sobre cultura do estupro é essencial para desconstruir a ideia que a violência sexual é a expressão de uma natureza biológica e ou de um instinto a ser exposto sem limites (Madeira, 1997).

Há uma pedagogia da violência e, em especial, da violência sexual, pois um currículo desta é propagado pelas mídias, por sistemas de educação que não problematizam as relações de gênero e os efeitos do patriarcado na criação dos modos de existências. Ver, ouvir, ler e silenciar não são apenas atos de comunicação e sim práticas que compõem um projeto de sociedade atravessado por discriminações e preconceitos quando é veiculado uma determinada subjetividade por um currículo marcadamente excludente da diferença e diversidade, violento sexualmente e fisicamente, coisificador das vidas, banalizador da alteridade, repleto de valores individualistas e autoritários (Saffioti, 1999). Ignorar e anular a discussão de relações e violência de gênero no currículo é parte de uma prática de naturalização do estupro e da divisão social e econômica iníquas de gênero na contemporaneidade. Currículo não é apenas o que está nos conteúdos escolares e universitários, também o é. Mas vai além disto, implica em pensar a educação mais ampla, a qual ocorre pelo contato com as mídias, com os grupos, com uma variedade de comunidades e instituições (Louro, 2008).

Giffin (1994) apresenta o argumento de que é relevante saber o fato de que a violência sexual não é um ato específico de homens pobres e sem escolaridade. Há estupro praticado por pessoas de várias classes sociais, de raças/etnias, de diversas escolaridades, de diferentes regiões, de áreas urbanas e rurais e também pertencentes às variadas religiões. Interessante notar que a violência acontece, portanto, em muitos segmentos e, no caso da cultura do estupro, também como uma modalidade de violência. O estupro não é realizado apenas pela penetração da vagina de mulheres por homens. Deve-se observar a experiência das mulheres. É importante compreender a construção social do corpo das mulheres e da sexualidade na caracterização do estupro e na sua racionalidade jurídica e cultural.

O crime de estupro já é severamente tratado na legislação brasileira. É um crime hediondo. As penas variam de seis a trinta anos. Além do mais, é passível de nota, no código do cárcere o estupro é a pena vivida pelo esturador cotidianamente, e mais uma vez, socialmente autorizada. É evidente que permitir o estupro dentro de nossos presídios apenas reforça a cultura do estupro, e a sua utilização como punição às

carnes transgressoras. Mais do que isso, talvez sejam os próprios presídios os espaços que mais bem representem a biopolítica da carne inútil e descartável. Uma cultura que não se responsabiliza pela educação, pela formação e pela melhoria das condições da vida em sociedade, mas que transforma em “vidas nuas” a todos aqueles que lá se encontram (Nielsson; Wermuth, 2018, p.195).

Butler (2019) assinala que os indicadores de morte e violência devem ser publicados para que tenhamos um memorial político, dando assim, visibilidade ao processo em que vidas se tornam violentadas e matáveis e devem por tanto, serem dignas de luto, processo possível quando opera-se a ação de tornar público estes dados de mortalidade, índices de estupro e de uma variedade de modalidades de violência e discriminação negativa. Por isto, é crucial divulgar as notícias de estupro e os dados de ocorrência nos boletins e nas políticas públicas. Contudo, a maneira de registrar e atender, a forma de trabalhar e produzir os dados deve ser ética e crítica sob pena da manipulação dos indicadores silenciar e ocultar a violência e ou mesmo distorcer as cifras para impedir o monitoramento da situação e até mesmo para não definir o orçamento devido para a proporção da problemática em cada cidade, região e país.

Um aspecto a tratar é a questão de que a maior parte dos homens que realizaram estupros estavam vestidos “normalmente” e não estavam sob efeito de drogas psicotrópicas legais e ilegais. Também vale ressaltar que boa parte dos homens que violentaram mulheres sexualmente não tinham psicopatologias. Há uma regulação jurídica e médico-psicológica do corpo das mulheres que tenta enquadrar o estupro em determinadas regularidades normativas e normalizadoras, por vezes, até moral. É preciso desnaturalizar também estas práticas e pensá-las com atenção histórica e crítica sociocultural (Campos *Et Alii*, 2017).

A partir de 1984, com o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), lançado pelo Ministério da Saúde, foi a primeira vez que se teve uma ação voltada exclusivamente para as mulheres na saúde pública. Contudo, as questões de gênero nesse campo equivalem à especificidade da ginecologia e obstetrícia. O conservadorismo com que a saúde da mulher vem sendo abordada está

em consonância com as representações sociais patriarcais, já que novas práticas e desdobramentos políticos, desvinculados dos determinismos biológicos, aí pouco avançam, na medida em que são atrelados a esfera da reprodução social (Bandeira; Almeida, 2008). Sua implantação, no que diz respeito à violência, só efetivou-se por volta de 1996. Isso se deveu ao fato de a área técnica da Saúde da Mulher - com a participação do movimento feminista, das organizações de mulheres e de especialistas - ter redefinido diretrizes estratégicas para orientar suas ações às mulheres em situação de violência (Bandeira, 2014, p. 464-5).

Nesse processo, foram estabelecidas como prioritárias as medidas de prevenção e tratamento dos agravos decorrentes da violência doméstica e sexual, a partir da indução de políticas locais, por meio de assessoria técnica e financiamento de projetos. Também foram produzidos, entre 1998 e 2002, documentos normativos para orientação da prática em serviços de saúde e ações comunitárias, entre eles: Norma técnica de prevenção e tratamento dos agravos decorrentes da violência sexual contra mulheres e adolescentes; Caderno de atenção básica sobre violência intrafamiliar (dirigida às equipes de saúde da família); Cartilha sobre direitos humanos e violência intrafamiliar (dirigida aos agentes comunitários de saúde); Norma técnica com orientações para profilaxia de DST, HIV e hepatites virais pós-exposição; Recomendações para apoio psicossocial a vítimas de violência. Esse conjunto de documentos e projetos implicou na ampliação dos serviços de referência para atenção à mulher em situação de violência, e, em 1997, já havia 17 deles para assistência integral à sua saúde e, em junho de 2002, esse número já chegava a 74 (Brasil, 2009). Recentemente foi sancionado pela Presidência da República o projeto de lei que determina o atendimento obrigatório, integral e imediato no Sistema Único de Saúde (SUS) a vítimas de violência sexual, o qual deve assegurar a atenção de forma humanizada e respeitosa, com ações como acolhimento, apoio psicológico e profilaxias para evitar doenças sexualmente transmissíveis (DST) às mulheres (Bandeira, 2014, p. 465).

Para Colling, (2014), a palavra da vítima nas investigações e no tribunal bem como a maneira como estava vestida na hora do estupro devem ser problematizadas porque tem sido comum nos discursos do Direito e das instituições jurídicas o atravessamento dos preconceitos de gênero e da banalização da violência, muitas vezes, justificando o estupro pela roupa e lugar em que a mulher estava, por exemplo. Estas

práticas devem ser interrogadas e transformadas com uma atuação crítica e por meio da formação dos profissionais e de movimentos sociais de garantia, promoção e defesa dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

Os Programas de Atenção à Violência (PAVs) fazem parte desse conjunto de serviços de saúde pública e são uma das principais portas de entrada no sistema de saúde, para o atendimento de casos de violência, em especial aqueles ocorridos no âmbito doméstico e intrafamiliar. A formação das equipes e sua manutenção têm sido um dos grandes desafios. Para Silveira (2006), a principal barreira nessa questão é o despreparo de profissionais para lidar com as usuárias, mas também o impacto subjetivo nelas provocado pelo trabalho com o cotidiano da violência. Por exemplo, a violência sexual no âmbito do casamento e os atos violentos contra a integridade sexual das mulheres, como o aborto forçado, o impedimento do uso de contraceptivos ou da camisinha, nem sempre são assim qualificados pelo olhar da saúde. Esses sinais são importantes, na medida em que são considerados hoje como atos violentos e, por isto, o/a profissional de saúde deve estar atento/a e notificar as autoridades policiais (Bandeira, 2014, p. 465).

Muitas mulheres enfrentam um martírio ao resolverem fazer a denúncia face a um estupro sofrido, sobretudo, quando envolve parentes e familiares ou amigos. Também sente dificuldades nos contatos com profissionais das delegacias, psicossociais e do Poder Judiciário. Muitas vezes, as mulheres são revitimizadas nos serviços que deveriam protegê-las e cuidar delas, sendo excluídas dentro das políticas específicas para as mulheres. Sousa (2017) aponta como, muitas vezes, os autores de estupros são protegidos legalmente em função dos valores de uma cultura do estupro ainda estarem bastante presentes nas práticas jurídicas, ainda no presente. A sociedade ainda incentiva os homens a praticarem sexo sem compromisso e como símbolo de virilidade masculina, também estimula os homens a desenvolverem habilidades sexuais, utilizando mulheres como objetos de um suposto treino e troféu sexual.

Vigora na sociedade um manto conservador e machista que além de resistir em aceitar a existência de uma cultura de estupro, faz notória displicência aos direitos da mulher, compactuando, assim, com a

vigência do culto aos assédios sexuais e com o prosseguimento da opressão da mulher (Sommacal; Tagliari, 2017, p. 253).

Ainda há grupos que classificam mulheres separadas para o casamento e as que seriam vistas como “da vida”, disponíveis na visão destes grupos para serem usadas mesmo sem consentimento, muitas vezes, tais representações são vigentes na atualidade e sustentam crimes de estupro e violências sexuais diversas contra mulheres. O sexo como prática de poder é uma realidade na contemporaneidade e tem sido ao longo da História. O modelo patriarcal de sociabilidade opera a reprodução cultural da noção de corpo da mulher como propriedade de homens (Sousa, 2017).

Segundo Pasinato, a tentativa de forçar o ato sexual de alguma forma é considerada violência mesmo que em uma expressão de ameaça e ou com o uso da força física conjuntamente. Os direitos sexuais devem ser respeitados, garantidos e promovidos em nossa sociedade e não é possível aceitar a sua violação sem uma contrapartida de crítica social e de punição legal diante da violência sexual realizada. A ruptura com o pacto dos direitos sexuais e reprodutivos estabelecidos configura crime e atenta contra a capacidade sexual e reprodutiva das mulheres (Pasinato, 2005). Culturalmente e juridicamente há uma relação entre a cultura do estupro com a do antiestupro na medida em que questionar a primeira é o ato político da segunda. Logo, só há interrogação e crítica da cultura do antiestupro porque está instalada uma cultura do estupro e esta tem sido nefasta, uma grande mazela desta sociedade vivida. O plano jurídico se volta a construir elementos concretos para enfrentar a cultura do estupro e busca transformar a formação em Direito com a inserção de um currículo feminista, antirracista e antipatriarcal (Campos, 2017).

De acordo com o Código Penal Brasileiro atual há modalidades de violências sexuais, consideradas graves, tais como: o estupro, o atentado violento ao pudor e o assédio sexual. O artigo 213, no Código Penal Brasileiro há penalidade para conjunção

carnal, com a previsão de pena de seis a dez anos. Relações sexuais sem autorização são conceituadas no mesmo Código como estupro (Pasinato, 2005). Para o crime de atentado violento ao pudor, no artigo 214, o ato libidinoso é diverso da conjunção carnal e tem reclusão de 06 a 10 anos. Como ato libidinoso podem ser classificadas as carícias íntimas e, também, a masturbação. Outro aspecto a ressaltar é o fato de se buscar favores sexuais, no Código Penal artigo 216A, constranger alguém com o intuito de obter vantagens sexuais, prevalecendo-se enquanto um agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerente ao emprego, cargo ou função implica em um a dois anos de prisão, configurando assédio sexual (Pasinato, 2005).

A Lei 11.340/2006 foi criada, declaradamente, para dar um tratamento diferenciado à mulher que se encontre em situação de violência doméstica ou familiar. Por isso, já surgiu com um nome, obviamente, de mulher: Maria da Penha. A Lei, é verdade, foi muito além das medidas de caráter penal, pois apresentou várias medidas de proteção à mulher, todavia a projeção, tanto no campo teórico, como prático, foi dada às medidas repressivas de natureza penal, que tiveram, inclusive, uma grande repercussão na mídia (Montenegro, 2015, p. 106).

Relações de dominação e opressão são parte de um dispositivo de desigualdades sociais, econômicas, culturais e históricas que transformam as diferenças em iniquidades, fabricando práticas de violência não apenas simbólica, mas física e sexual, também. A desqualificação, processos de xingamentos e tanto a criação quanto a circulação de preconceitos vêm juntamente com outras violências, em uma cadeia de ações de coisificação e instrumentalização dos corpos vulneráveis e banalizados. Em geral, uma forma de violência vem correlacionada com as outras, apesar de cada uma ser distinta (Madeira, 1997).

Diante deste cenário, pode-se afirmar que a cultura do estupro é constituída a partir de um cenário de politização e controle biopolítico e patriarcal da vida humana, agora um corpo transformado em carne.

Nele, um poder soberano personificado na figura do estupro pode decidir quais vidas/carnes deixaram de ser politicamente importantes e quando elas poderiam ser submetidas à violência, sem que isso gere questionamentos morais pelos que a exerceram (Nielsson; Wermuth, 2018, p.192).

Há um campo de estudos da violência ligado à Sociologia das conflitualidades, o qual propõe que nos indaguemos a respeito das maneiras de resolver os conflitos sociais pela afirmação da cidadania e ampliação das democracias como valorização nas relações sociais cotidianas e quais seriam as consequências políticas, econômicas, culturais, subjetivas, de saúde coletiva e legais de não medirmos os conflitos, deixando-os à mercê do aumento da tensão até explodirem em violências de várias modalidades (Santos, 2009).

Os conflitos em si não seriam negativos, neste aspecto e sim se não são mediados com democracia e reciprocidade. Quando a resposta aos conflitos é a violência, aí, sim há uma problemática complexa a interrogar e a trabalhar, em uma sociedade que torna a violência o motor de estruturação das sociabilidades, segundo Santos (2009). A ruptura os laços sociais, o acirramento das desigualdades socioeconômicas e processos de exclusão são planos de impulsionamento das violências, pois incidem sobre as práticas sociais como um verdadeiro caos na sociedade, pois subsidiam e sustentam o solo em que as violências são intensificadas. Discriminações sociais negativas e preconceitos, estigmas e rotulações são práticas sociais vinculadas ao aumento da exclusão e de uma cultura da violência simbólica em que as representações sociais estão sendo construídas e reproduzidas pelas normas e leis, valores e interpretações pautados em inferiorização e desqualificação das vidas de alguns face a de outros, por exemplo, de homens em oposição às das mulheres, de brancos frente as de negros, de ricos versus as dos pobres, de heterossexuais diante dos homossexuais etc.

Propaga-se toda uma regra social de como a mulher deve comportar-se em público e na presença de homens. Nessas regras, está embutido não somente o arquétipo de bom comportamento, como, também, o comportamento mais adequado para manter a integridade física da mulher, ou seja, como evitar agressões verbais, físicas e estupro. No entanto, não se percebe o mesmo cuidado no que tange a apresentar um comportamento padrão que evite ao homem desenvolver-se como estuprador. Existe, sim, claramente, a ideia de que é errado um homem ir até um beco escuro e estuprar uma desconhecida, todavia, não se considera errado, pelo menos de maneira unânime, que ele faça uso de artimanhas como embebedar uma mulher, para, depois, transar com ela inconsciente, por exemplo (Sousa, 2017, p. 23).

Uma biopolítica racista, de acordo com Foucault (1999) aumenta a conflitualidade e tensão sem mediações, constituindo coisificações no campo das desigualdades socioeconômicas em que uns são mais valorizados que outros e as vidas ganham hierarquias, o que quebra as democracias e destrói as cidadanias, pois uma sociedade que valora alguns grupos mais do que outros produz privilégios e não direitos e deveres. Coisificar é transformar a vida em coisa, em objeto.

Para Oliveira e Araujo (2006), no que tange aos discursos midiáticos, é possível observar com frequência a coisificação das mulheres em anúncios comerciais televisivos da produção e divulgação da publicidade e propaganda. Também verifica-se esta prática de erotização e objetivação das mulheres na propaganda de difusão do chamado turismo sexual. Além da violência de gênero, observa-se a marcação racista quando a publicidade utiliza-se de festas, como o Carnaval para vender pacotes turísticos que trazem a imagem da mulher negra como parte da oferta de entretenimento e lazer. Esta realidade tem sido chamada de racismo recreativo.

A construção da verdade no Código Penal Brasileiro de 1940 perpassava pela desqualificação do discurso da mulher, pois a mesma não poderia responder ao ato violento com inércia ou passividade, sua postura deveria ser de luta, não apenas para livrar seu corpo do ato em si, mas também para proteger a sua honra e a sua moral. Saliento que médicos e juristas da época enfatizavam que mulheres que frequentavam “lugares” não apropriados, fora de hora ou que saíam às ruas sem companhia masculina, eram consideradas de conduta desonrosa, desta forma poderiam ser classificadas como marginalizadas não possuindo proteção da justiça (Fleck; Korndörfer; Cadaviz, 2004). “[...] E, nesse avanço dos poderes, fixam-se sexualidade disseminadas, rotuladas segundo uma idade, um lugar, um gosto, um tipo de prática” (Foucault, 2011, p.56).

Esses dispositivos considerados anacrônicos foram reformulados através da Lei 12.015 de 07 de agosto de 2009<sup>2</sup> que trata dos crimes sexuais. Com a reformulação, foi respeitado o que diz a nossa carta magna referente à dignidade da pessoa humana, respeitando a liberdade sexual como um todo e não apenas a liberdade sexual da mulher. O artigo 213 do CPB é assim descrito: "Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso: Pena - reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos. A mudança mais importante foi a fusão do artigo 213 (crimes de estupro) ao artigo 214 (atentado violento ao pudor), pois antes, para que fosse nomeado como estupro, era necessário que ocorresse a conjunção carnal (penetração total ou parcial do órgão sexual masculino, no órgão sexual feminino), ou seja, somente o homem poderia ser o algoz e a mulher sempre a vítima. Sendo assim, não existe mais a necessidade de que o ato sexual se dê nas vias de fato para que ocorra o estupro, podendo ser praticado tanto pelo homem como pela mulher (Robaldo, 2009).

Para Michel Foucault (2009c), as sociedades modernas passaram a disciplinar este corpo, com tecnologias políticas que fazem o registro minucioso da sua vida social

diariamente, esses registros estão presentes na receita médica, na agenda escolar, no cartão de ponto da fábrica, nos inquéritos policiais, entre outros. Como nos diz o autor não é somente na repressão que encontramos o poder disciplinar, mas sim, no conhecimento lançado e aglutinado por esses discursos. A violência sexual é uma relação sempre assimétrica e instrumental, coercitiva e dirigida aos corpos enquanto prática de coisificação dos mesmos. A cultura do estupro é parte desta prática que toma os corpos de mulheres apenas como objetos a serem utilizados e violentados sem aceite e anuência, construindo um ato de estupro e de valor de uma sociedade entrecortada por gênero e violência. Uma cultura é criada por um conjunto de valores, em uma dada comunidade, em um tempo e espaço definidos (Campos *Et Alii*, 2017).

Portanto, pode-se concordar com a afirmação de Brownmiller (op. cit.), para a qual todo estupro é um exercício de poder, constituindo-se muito além do que uma mera manifestação incontrolável do desejo do homem, mas sim em um ato que ocorre dentro de uma configuração institucionalizada que favorece os estupradores. Constitui-se em uma violência sexual e, como toda violência, tem suas raízes nas regras hierárquicas e autoridade coercitiva que explicitam a biopolítica patriarcal da carne, que age por meio de construções de saber/poder, ou verdades que legitimam a perpetuação da cultura do estupro (Nielsson; Wemurth, 2018, p. 192).

Mulheres e crianças são vistas como objetos a serem usados indiscriminadamente como trunfo e coisas a serem possuídas sem qualquer ética e cuidado com a dignidade humana e sem a menor ação de reciprocidade. Estes corpos tomados como disponíveis e sem livre arbítrio porque vistos enquanto indignos de darem anuência e consentimento são alvo constante de violência e exploração sexual com certa frequência na sociedade há séculos (POSTMANN, 1999). As mídias, em novelas, jornais, rádios, internet, filmes, revistas e telejornais etc têm produzido e reproduzido esta cultura do estupro. Assim, é crucial criar parcerias com as mídias locais, regionais, nacionais e internacionais em prol do enfrentamento à cultura do estupro. Estas parcerias devem ser intermediadas pelo Estado e ONGs, por universidades e movimentos sociais que atuam com as questões ligadas à violência contra as mulheres (Campos *Et Alii*, 2017).

Muitos homens são ensinados a agir com agressividade e violência face às mulheres nos atos sexuais e que não precisam do consentimento das mesmas para realizarem atos sexuais com elas, na medida em que se acha no direito de possuí-las sem se importarem com a escolha e o desejo das mulheres. Estas são consideradas sem palavra e sem lugar de ser que deve participar de uma decisão (Bandeira, 2014). Porém, vale salientar que é preconceituoso classificar todos os homens como estupradores em potencial, generalizando valores e atitudes. Com efeito, falar de cultura do estupro é importante para pensar que a violência sexual não é a expressão de uma natureza biológica e ou de um instinto a ser exposto sem limites (Madeira, 1997).

Há uma pedagogia da violência e, em especial, da violência sexual, pois um currículo desta é propagado pelas mídias, por sistemas de educação que não problematizam as relações de gênero e os efeitos do patriarcado na criação dos modos de existências. Ver, ouvir, ler e silenciar não são apenas atos de comunicação e sim práticas que compõem um projeto de sociedade atravessado por discriminações e preconceitos quando é veiculado uma determinada subjetividade por um currículo marcadamente excludente da diferença e diversidade, violento sexualmente e fisicamente, coisificador das vidas, banalizador da alteridade, repleto de valores individualistas e autoritários (Saffioti, 1999). Ignorar e anular a discussão de relações e violência de gênero no currículo é parte de uma prática de naturalização do estupro e da divisão social e econômica iníquas de gênero na contemporaneidade. Currículo não é apenas o que está nos conteúdos escolares e universitários, também o é. Mas vai além disto, implica em pensar a educação mais ampla, a qual ocorre pelo contato com as mídias, com os grupos, com uma variedade de comunidades e instituições (Louro, 2008).

A compreensão do que é a prática da dominação masculina por meio, também, da violência simbólica, obriga os indivíduos verdadeiramente compromissados com o fim do estupro a desconstruírem a própria compreensão do papel do homem e da mulher dentro da sociedade. E

uma vez compreendido o modo em que se constitui a divisão de papéis sociais entre dominador e dominado, é possível romper a fonte que

alimenta esse sistema padrões em prol de um sistema igualitário, como o defendido pelo feminismo. Somente com a desconstrução de que justificam qualquer tipo de dominação masculina que a cultura do estupro tenderá à inanição ou a ser deliberadamente aniquilada. Dessa forma, ao perder seu principal alicerce, a saber - a ideia de que homens têm direito a ter acesso livre ao corpo da mulher - a cultura do estupro também tem eliminada a justificativa para que a violência sexual seja, de alguma forma, aceita ou tolerada pela sociedade (Sousa, 2017, p. 27).

### **CAPÍTULO III ANÁLISES DOS DISCURSOS E PERCURSOS METODOLÓGICOS**

Considerando que o estudo engloba a violência contra mulheres a partir de aspectos sociohistóricos como o patriarcado e a misoginia, enfocando a vulnerabilidade do sujeito pesquisado buscou-se analisar os dados coletados sob o viés da análise do discurso de Mikhail Bakhtin e em Michel Foucault abordando a produção de enunciados na materialidade histórica, cultural, social, política, econômica e na fabricação de subjetividades. Cabe frisar que esta perspectiva metodológica tem relação com a construção do problema de pesquisa desta tese, onde há a preocupação e inquietação com o que vivenciamos na atualidade do país, quando forças fundamentalistas ocuparam postos importantes nos Poderes Executivo e Legislativo, implementando uma agenda conservadora nos costumes e aprovando recuos gravíssimos das políticas públicas de promoção, garantia e defesa dos direitos humanos, entre eles, da proteção social das mulheres. Diante desse contexto, questionou-se como as mídias jornalísticas produzem notícias e as difundem reiterando a banalização da violência contra mulheres e em que aspecto produzem resistências a esta banalização?

Sob esta direção, a análise do discurso vem contribuir ao entendimento dessa exposição da violência e sua reprodução por parte da sociedade da época, levando em conta os aspectos sociohistóricos e o acesso à informação por esta. A seguir, traçamos um recorte teórico sobre a metodologia adotada e sistematizamos o resultado do levantamento das edições dos jornais impressos, a citar Folha de São Paulo e Público, que conseqüente serão focos da análise dessa tese.

### 3.1. MICHEL FOUCAULT E A ANÁLISE DO DISCURSO

Para Michel Foucault, o discurso não representa uma realidade, ele a produz. O discurso é uma prática, tendo materialidade histórica. O discurso é fabricado em uma luta permanente, por relações de poder, sendo apresentado como saberes. Com efeito, os discursos constroem subjetividades e efetuam um exercício de poder móvel, dinâmico e microfísico.

Neste sentido, que Foucault (2004) afirmou não existir discursos sem sistemas de controles e processos de filtro, de relações de poder, de saber e de subjetivação. A comunicação é uma prática social de circulação discursiva que envolve dinâmicas culturais, políticas, econômicas e subjetivas (Sodré, 2014).

Deste modo, o discurso circula e é múltiplo, em uma rede de poderes e saberes que forjam modos de ser, de sentir, de pensar e de agir. Foucault questionou a existência de um poder vertical ou horizontal na análise do discurso, pois, para ele, as práticas discursivas e de poder são heterogêneas, diagramáticas e articulam forças diversas. Assim, discursos como os das mídias têm forças que podem criar modos de ser e de pensar, maneiras de se relacionar e decisões a tomar. Há um efeito de poder ligado aos saberes das mídias como discursos que criam verdades, em uma história política.

A crítica analisa os processos de rarefação, mas também de reagrupamento e de unificação dos discursos; a genealogia estuda sua formação ao mesmo tempo dispersa, descontínua e regular. Na verdade, estas duas tarefas não são nunca inteiramente separáveis; não há de um lado, as formas de rejeição, da exclusão, do reagrupamento ou da atribuição; e, de outro, em nível mais profundo, o surgimento espontâneo dos discursos que, logo antes ou depois de sua manifestação, são submetidos à seleção e ao controle (Foucault, 2004, p. 66).

As forças das práticas discursivas podem se tornar hierarquizadas por meio das relações de poder e da criação de subjetividades. Os discursos podem entrar em composição com arquiteturas, sistemas de comunicação, leis, modos de distribuição dos enunciados em bibliotecas e editoras, práticas educativas, sociedades do discurso e doutrinas políticas, por exemplo.

Há instituições discursivas, lugares institucionais que fazem os enunciados entrarem em um jogo de disputa pela verdade e mobilizadora de corpos a serem performados por meio de discursos, organizados em profissões, estabelecimentos, documentos, arquivos, livros, relatórios, ofícios, portarias, decretos, currículos, jornais etc. Deste modo, os discursos produzem positivities, forjam realidades, políticas e maneiras de existir e de sentir, de viver e de se relacionar. Como exemplo, os jornais impressos que são narrativas-atos performáticos dos corpos, dos modos de ser e das formas de pensar. Por exemplo, um jornal produz subjetividades e performa os corpos, os pensamentos, os valores, as relações sociais e afetivas, modula a política e a economia. Ou seja, um jornal é um diagrama de forças em tensão, em disputas e controvérsias.

Ao invés de conceber os objetos como dados, a genealogia busca criar o diagrama de forças no qual tal objeto emerge como efeito de determinadas práticas saber-poder. Ao invés de uma perspectiva universalista, ou de uma história contada pela versão dos vencedores, a genealogia constitui a história a partir de diferentes perspectivas, situadas, dando visibilidade a diferentes vozes (Zambenedetti; Silva, 2011, p. 459).

Um discurso é formado por conjuntos de enunciados, fabrica formações discursivas, que têm regularidade mesmo diante da dispersão que lhe são próprias, funcionando em sistema em que não unidade nem totalização dos enunciados, pois,

estes são dispersos e tecidos em relações arbitrárias. As regularidades são regras que formam enquadramentos que orientam a análise das formações discursivas. Os ditos e escritos formam materialidades discursivas, não são abstrações nem transcendências.

Os enunciados têm condições de existências e formam os discursos, são regulamentados por regras, ordens discursivas, que não se limitam à análise das frases, dos atos de linguagem nem às proposições linguísticas. Nenhum sentido resume e define os enunciados, pois estes são acontecimentos que se cruzam e distinguem, simultaneamente; sendo ordenados no tempo e no espaço. Ora, os enunciados são funções que estão ancoradas nos seguintes elementos: referentes, posições de sujeito, lugares institucionais, temas e objetos, espaços colaterais que estão articulados em um diagrama que é a formação discursiva.

Busca-se analisar o referente que tem o lugar do sujeito que enuncia a condição de existência de cada um em um conjunto de práticas discursivas. Nenhum enunciado existe isolado e sempre está ligado a lugares institucionais. Ainda vale descrever o que constitui a materialidade do discurso em textos de falas de determinados sujeitos. Logo, um enunciado é um acontecimento que tem um determinado tempo delimitado e um certo espaço definido. Uma formação discursiva é:

[...] um feixe complexo de relações que funcionam como regra: ele prescreve o que deve ser correlacionado em uma prática discursiva, para que esta se refira a tal ou qual objeto, para que empregue tal ou qual enunciação, para que utilize tal conceito, para que organize tal ou qual estratégia. Definir em sua individualidade singular um sistema de formação é, assim, caracterizar um discurso ou um grupo de enunciados pela regularidade de uma prática. (Foucault, 2008, p. 82).

Toda formação discursiva funciona em um campo e um espaço discursivo que funciona em relações de saber, de poder. Ou seja, é exercido no espaço da publicidade, da política, da medicina, da pedagogia, da economia, da psicologia, da psiquiatria, da estatística, da geografia, da antropologia, da história, do direito, do serviço social e da comunicação.

Todo regime de verdade tem um plano ilocutório, uma performance de fala que está ligada na formação discursiva, tal como uma política da verdade constituída por saberes locais, produzidos por meio de regras que se inscrevem no plano das práticas enunciativas.

Toda fala traz um conjunto de regras, expressa uma diversidade de ideias e organiza diferentes frases que operam dinâmicas de exercícios relacionais de poderes. Um sistema de comunicação faz falar e veicular um conjunto de discursos, materializando aspectos históricos, se apropriando de regras e as articulando por funções enunciativas. Um enunciado é diferente de uma frase, de uma proposição e de um ato ilocutório.

[...] Em suma, gostaria de desvincular a análise dos privilégios que se atribuem normalmente à economia de escassez e aos princípios de rarefação, para, ao contrário buscar as instâncias de produção discursiva (que evidentemente, também organizam silêncios), de produção de poder (que, algumas vezes têm a função de interditar), das produções de saber (as quais, frequentemente, fazem circular erros ou desconhecimentos sistemáticos); gostaria de fazer a história dessas instâncias e de suas transformações (Foucault, 2004, p. 19).

No lugar de uma unidade entre o sujeito e a linguagem há uma descontinuidade, uma dispersão. Neste plano que emerge a função autor, diferente de um sujeito do

conhecimento e da linguagem. Há um elemento social que articula os discursos como relações de poder em uma política da verdade. Por isto, existe uma história dos saberes e ela é uma política da existência enquanto forças múltiplas em dispersão, organizadas provisoriamente em diagramas heterogêneos.

Quem fala o faz de um lugar, diz e se apaga como sujeito no rastro do próprio discurso que profere. Logo, não realiza uma identidade entre pensamento e linguagem como representação, pois, difere como um processo de raridade e descontinuidade discursiva. Ora, quem fala e de que lugar fala? Há um espaço colateral e modalidades enunciativas na formação discursiva. Trata-se de uma posição de sujeito e não da linguagem como expressão ou tradução de um suposto sujeito que fala e escreve.

Todo enunciado se encontra ligado a uma série de outros, apesar de ser independente desta série, ou seja, são entrecruzados e distintos, simultaneamente. Nunca são neutros nem imparciais, pois integram um jogo de poder e de saber, de produção da subjetividade, em coexistências que seriam um plano interdiscursivo.

O discurso é:

...um bem – finito, limitado, desejável, útil – que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização; um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência (e não simplesmente em suas "aplicações práticas") a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política (Foucault, 2008.b, p. 139)

Este ponto do trabalho de Foucault demonstra uma virada, pois, quando ele profere a aula inaugural no Collège de France, em 1970, é um período em que passa a trazer análises da história dos saberes sempre relacionada às relações de poder. Os

discursos são saberes e as práticas não discursivas são poderes ou também, posteriormente, denominados de artes de governar.

Os governos são modos de organizar os saberes e performar os corpos, modelar as mentes e os pensamentos, regular os sentimentos e os valores. As artes de governar têm dimensões micropolíticas e macropolíticas, atualiza forças heterogêneas e singulares, as articula e difunde por meio de forma de distribuir os discursos e de autorizá-los por lutas e poderes agenciados com modos diversos de fazer ressoar a circulação discursiva. Foucault (1995, p.243), em “*O Sujeito e o Poder*”:

De fato, aquilo que define uma relação de poder é um modo de ação que não age direta e imediatamente sobre os outros, mas que age sobre sua própria ação. Uma relação de violência age sobre um corpo, sobre as coisas; ela força, ela submete, ela quebra, ela destrói; ela fecha todas as possibilidades; não tem, portanto, junto de si, outro pólo senão aquele de passividade, e, se encontra uma resistência, a única escolha é tentar reduzi-la. Uma relação de poder, ao contrário, se articula sobre dois elementos que lhe são indispensáveis por ser exatamente uma relação de poder: que o “outro” (aquele sobre o qual ela se exerce) seja inteiramente reconhecido e mantido até o fim como sujeito de ação; e que abra, diante da relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis.

Por exemplo, um jornal impresso tem financiamentos de pequenos e de grandes grupos empresariais, veicula propaganda de comerciantes de diferentes proporções; também traz tensões de interesses de macropolíticas regionais, nacionais e internacionais. Ao mesmo tempo, traz disputas locais e microfísicas. As pautas e modos de abordá-las assinalam para perspectivas de autorização de algumas falas e de silenciamento de outras.

Quando busca-se pensar a comunicação social, principalmente, o jornalismo por meio das contribuições de Foucault, é possível apontar que um jornal traz não apenas notícias, mas exerce relações de poder por meio dos discursos que veicula e pela

maneira como o faz. O sistema editorial, o escopo político do jornal, o modo de enquadramento das fotos e a escolha das fotografias divulgadas, os grupos sociais que financiam determinado jornal.

### **3.2. MIKHAIL BAKHTIN E A ANÁLISE DOS DISCURSOS MUDIÁTICOS**

Conforme Bakhtin (1979), toda sociedade tem suas contradições e paradoxos e elas se expressam e são fabricadas nos sistemas de comunicação social também de uma determinada comunidade e por diversos grupos/segmentos.

Para o autor, a experiência discursiva é produzida em interação constante com os enunciados individuais, ou seja, o discurso também é revestido por nossos enunciados e as palavras dos outros. Essa relação não acontece isoladamente demarca modos de escolher, se posicionar, de participar, de relacionar, de pensar, ser e estar com os outros, sobretudo é uma atividade dialógica.

O discurso para Bakhtin é dialógico, polissêmico e traz elementos ideológicos, sociais de operações com significados e sentidos. É uma conversa de interações polifônicas. Para Bakhtin (1979), as palavras trazem sentidos e conteúdos vivenciais, sendo que estão carregadas de interpretações do mundo, constitutivas de verdades. Todo discurso é a expressão de uma multiplicidade de vozes, contraditórios, controversas, em conflitualidades.

Logo, o discurso é dialógico e polifônico justamente porque é polissêmico simultaneamente, assim, sempre se situa como verdade política, cultural, social, econômica e subjetiva. Neste aspecto, o discurso é social, posicionado politicamente. Esta abordagem permite romper com os mais diferentes dualismos metodológicos:

sujeito-objeto, objetivo-subjetivo, interno-externo, social-individual. Todo discurso é social e histórico, crítico e político. A linguagem é situada em um tempo e espaço, ela é datada historicamente e está ligada a um grupo social singular (Bakhtin, 1979).

A situação social de quem fala e do lugar de onde fala é extremamente importante para a análise do discurso como circularidade e polissemia. Toda palavra tem dimensões dialógicas e é dirigida à sociedade, pois tem horizontes sociais e aspectos ideológicos de uma época específica. Portanto, traz insígnias jurídicas, da moral, das ciências, da literatura, da economia política, das práticas educativas e das formações discursivas dos sistemas de comunicação social (Bakhtin, 1979).

No bojo desta discussão, afirma-se que a linguagem é repleta de multiplicidades de vozes em interação, não se fechando nunca, na medida em que deixa espaços abertos de tensão e conflitos na relação com a alteridade e com a abertura de sentido que se articulam com cadeias de significados e significação. Um texto é formado por várias vozes e gera efeitos de sentidos variados, em ressonâncias de intertextualidades e interdiscursividades. O campo existencial é formado por uma diversidade de sentidos e significados entrelaçados, em mutação e na dinâmica tensa da interação social e histórica das subjetividades que se constituem por intersubjetividades. Assim, salienta-se que os sentidos são construídos pelos discursos e não por consciência individual (Bakhtin, 1979).

Como princípio geral do agir – só se age em relação de contraste com relação a outros atos de outros sujeitos: o vir-a-ser, do indivíduo e do sentido, está fundado na diferença; b) como princípio da produção dos enunciados/discursos que advêm de “diálogos” retrospectivos e prospectivos com outros enunciados/discursos; c) como forma específica de composição de enunciados/discursos, opondo-se nesse caso à forma de composição monológica, embora nenhum enunciado/discurso seja constitutivamente monológico nas duas outras acepções do conceito. O dialogismo é a essência da teoria bakhtiniana do discurso e vê a palavra como um movimento constante (Pires, 1999, p. 23).

Todo objeto de discurso é formado por disputadas de narrativas e de vozes, ele não cessa de ser forjado por distintas opiniões e se dirige a interlocutores que se apropriam e fazem os sentidos circularem como efeitos em transformação, em relações controversas entre ditos e não ditos. Todo discurso se dirige a alguém, a um grupo e a uma determinada sociedade. Ser compreendido e compreender é um exercício permanente na interação social de forma responsiva, de acordo com Bakhtin (1992).

Um discurso sempre considera outro, porque toda palavra se materializa a partir de outras palavras, ninguém fala só e nenhum discurso existe isolado de outros. Ou seja, há enunciados do passado que precedem os do presente e existirão outros em resposta, em perguntas, em críticas, em apagamentos. Um enunciado sempre está ligado, sempre se refere a um problema em suas contradições. O jornalismo opera por conflitualidade em relação às pautas e contradições nas formas de abordá-la porque há dimensões extralinguísticas no discurso. Um jornalista, como autor percebe de certa forma seus destinatários, os concebe a partir de um conjunto de valores e ideologias (Bakhtin, 2009).

[...] todo discurso que fale de qualquer objeto não está voltado para a realidade em si, mas para os discursos que a circundam. Por conseguinte, toda palavra dialoga com outras palavras, constitui-se a partir de outras palavras, está rodeada de outras palavras (Fiorin, 2006, P. 19).

A tessitura de discursos nos textos jornalísticos pressupõe análise dos efeitos, condições históricas e lugares sociais em que há circulação e produção dos enunciados – esse jogo de correlações de forças é importante considerar a empresa envolvida na prestação de serviços, as enunciações emitidas pelo profissional jornalista a respeito do sujeito social, os pontos que se entrecruzam e a constituição de estratégias utilizadas. Pois, o discurso quando anunciado pela mídia tem seu espectro de seletividade social, entre o que pode ou não ser publicado, traz diferenças, discussões e conflitos na organização e circularidade da fala do jornalista, da empresa e a edição concreta do documento.

A produção polissêmica do discurso jornalístico conjuga analisadores que ampliam possibilidades de leituras outras, como elementos simbólicos que atribuem significados que transcende o que é dito, e se diferenciam da maneira explícita apresentada. A ênfase na palavra ou seleção de uma foto que captura o momento é ilustrado(a) pela opinião do veículo, sinaliza mais do que as palavras e coleta das informações no campo de estudo.

Investigar as tensões que existem acerca do discurso jornalístico e as condições dos sujeitos discursivos sob determinado tema nos coloca em constante reflexões e a necessidade de análises urgentes sendo assim escolhi para objeto desta tese a investigação da relação entre o jornalismo e a violência contra as mulheres no Brasil e em Portugal constituirá a tônica desta pesquisa. Tendo como foco a violência doméstica publicizada no período de outubro a dezembro de 2021 nos jornais *Folha de São Paulo* e o Jornal português: *Público*. *Folha de São Paulo* é um jornal dirigido à classe média e abastadas com representação erudita. Seu perfil é apresentar as controvérsias presentes nas tensões que ganham visibilidade e explicitação material pela intertextualidade e da polissemia discursiva presente nas mídias impressas escolhidas para esta pesquisa.

A produção e divulgação das notícias é constituída por práticas de circularidade e apropriação cultural, por usos e modos de recepção, portanto, por um campo dialógico de comunicação. por meio de uma vertente das conflitualidades, explicitando interesses variados e plurais. Seus colunistas são jornalistas experientes, atentos e atualizados, bem formados e com estilo denso e crítico, porém, comprometidos com interesses das elites tanto empresariais quanto intelectuais.

O Jornal *Público* teve seu primeiro exemplar publicado em 05 de março de 1990, em Portugal, sendo um jornal de referência no país com circulação diária. O tema da violência de homens contra mulheres sempre está na pauta dos jornais e das grandes

mídias. Quando os feminicídios e outros atos de violência contra as mulheres ocorrem, há um alarde das mídias. No Brasil, as manchetes das mídias foram mobilizadas pela grande incidência de violências de toda sorte, entre outras práticas de violação de direitos. E, em Portugal, como o jornal *Público* trata a questão? É próximo ao modo do Brasil trabalhar e publicar da *Folha de São Paulo*? Como estes discursos circulam, são recebidos e apropriados culturalmente?

Ir além do dito e do escrito é importante para uma análise metodológica de documentos, tais como: os jornais. A análise da multiplicidade, a heterogeneidade, a manipulação, os conteúdos diversificados é um ato relevante para um trabalho atento e cuidadoso de argumentação, problematização e desmonte de ideologias.

Para análise de um texto jornalístico deve-se considerar os aspectos ligados aos critérios de noticiabilidade usados para realizar a divulgação de uma notícia e como se escolhe parâmetros para difundi-la publicamente; o evento deve ser considerado relevante e despertar interesse coletivo, sendo algo do interesse para o bem comum; por fim, deve trazer curiosidades e podem trazer níveis de entretenimento e aprendizados. No entanto, é necessário perguntar como algo é avaliado como importante, a partir de que ações é visto como de interesse público e o que passa a ser diversão no mundo das notícias.

### **3.3. O DOCUMENTO COMO FONTE DE ANÁLISES**

O jornal é um documento e pode ser analisado como fonte histórica. No caso de um trabalho historiográfico, há um tratamento rigoroso e exaustivo a partir de ferramentas e procedimentos historiográficos das fontes documentais. A análise de arquivos com um conjunto de documentos não se trata apenas de um ofício de

historiadores/as profissionais, afinal, um estudo histórico-documental não é prática restrita a historiadores/as e pode ser uma importante contribuição para a realização de estudos com uma diversidade de materiais que trazem analisadores da construção da sociedade, da comunicação social, da subjetividade, dos valores em disputa, da economia política, da saúde mental e coletiva, das práticas cotidianas e experiências variadas de grupos e organizações tanto na micro quanto na macropolítica.

Os usos dos arquivos e a maneira de trabalhá-los é o resultado de fazeres analíticos com as práticas cotidianas arquivos são hoje utilizados e realizados por vários estudiosos das ciências humanas e sociais e pode enriquecer bem como ampliar o escopo das pesquisas em comunicação e na gestão da informação. Interrogar e pensar a pesquisa com arquivos é parte do objetivo desta tese, apesar que de forma mais simples e sintética do que seria uma historiografia da violência contra as mulheres. O que desejou-se realizar foi uma problematização das fontes documentais, neste caso, os jornais impressos (Mota, 2012). Todavia, documento é uma construção e o próprio arquivo de uma tese o é.

Um estudo histórico e documental atua com pesquisas de fontes que testemunham acontecimentos realizados pelos seres humanos, em diferentes contextos, espaços, tempos e com uma gama de materiais encontrados e extraídos de museus, bibliotecas, estabelecimentos e lugares das memórias como também é possível designar os locais de guarda documental (Bellotto, 2005).

[...] Uma infinidade de registros apresenta-se disponível atualmente para o trabalho do historiador. Cada vez mais acessíveis, as informações sobre um determinado tema provêm das mais diversas origens: jornais, revistas, livros, noticiários de rádio e televisão, filmes, documentários, internet, anedotário, linguagem e oralidade, entre tantas outras, constituem apenas alguns exemplos. [...] Logo, diferente do passado, a democratização do conhecimento incentiva uma rica discussão sobre a própria de documento, permitindo afirmar que a pesquisa histórica não se restringe ao espaço especializado do arquivo textual (Samara; Tupy, 2010, p. 67-8).

A disputa de narrativas é uma constante na trama de controle discursivo dos trabalhos acadêmicos e dos espaços editoriais dos jornais impressos. As práticas e fazeres históricas são produzidas por estes conjuntos de narrativas e tensões. O trabalho com a memória e com a história é importante e tem crescido na medida em que o direito cultural à memória é legitimado e difundido como reconhecimento subjetivo, social e político dos grupos sociais e dos temas da ordem do dia, em uma determinada sociedade (Lemos *Et Alii*, 2015).

Busca-se na história analisar saberes e poderes, na análise do discurso a respeito de um objeto específico, selecionando e filtrando fontes, as organizando e manejando. Desta maneira, visa-se com o ofício de pesquisa atuar sobre materiais que circulam por diferentes grupos sociais e são apropriados de diversos modos, reproduzindo e fabricando comportamentos sociais que orientam decisões, pensamentos e afetos.

Uma prática de fazer é a história em ato, pois, o ser humano produz realidades quando faz cada ato cotidiano. Uma prática é um acontecimento e um documento está repleto de práticas sociais, constituídas por discursos, ancoragens e mediações que possibilitam agir na sociedade, nas comunidades, nas instituições e nos grupos. Toda ação de pesquisar é uma intervenção na medida em que muda o jogo de forças e materializa outros olhares ao performar subjetividades e modos de vida (Butler, 2010).

Este processo acontece, por exemplo, pela maneira de fazer circular os resultados dos estudos realizados, de repartir os discursos e articulá-los em relações implicado no tecer das tramas, efetuando problematizações em formato de perguntas e não da busca de supostas soluções instrumentais para algo (Bourdieu; Chartier, 2015).

Contribuir com a crítica do presente para a analítica da atualidade em que vivemos não significa necessariamente responder às encomendas de uma determinada sociedade, de uma instituição, de um grupo, de uma organização e da burocracia do Estado, em termos utilitaristas da pesquisa histórica. “A instituição histórica se organiza segundo hierarquias e convenções que traçam as fronteiras entre os objetos históricos legítimos e os que o são e, portanto, são excluídos ou censurados” (Chartier, 2009, p. 18), em cada época e em determinadas sociedades.

Há várias maneiras de fazer a História e trabalhar com documentos. Nesta pesquisa, escolheu-se intervir a partir da denominada História Nova, a qual trouxe uma ampla, significativa e crucial gama de possibilidades para quem deseja pesquisar com fontes documentais porque permitiu estudos com novas visões dos documentos, dos temas e das abordagens bem como do que foi definido por um inventário de perguntas e questões históricas por Veyne (1998). No início do século XX, na França, criou-se o movimento chamado Escola dos *Annales* e, sem dúvida, o mesmo abriu muitas portas e conversações transdisciplinares (Butler, 2010).

Atualmente, a História Nova cada vez mais visa pensar a criação dos arquivos daqueles que foram esquecidos para poder realizar a escrita historiográfica enquanto uma memória cidadã, uma busca em dar visibilidade aos temas, aos objetos e aos documentos que foram silenciados e interditados na sociedade devido aos preconceitos, discriminações, estigmas, racismos, xenofobias, etnocentrismos etc. A partir do surgimento da Escola dos *Annales*, passou-se a trabalhar com fontes múltiplas oficiais e não oficiais, em uma grande ampliação das mesmas, movimento extremamente relevante para a problematização de práticas do cotidiano, sobretudo, de grupos excluídos e subalternizados (Chartier, 1995).

É no bojo deste debate que foi desenvolvida a construção das resistências aos processos de opressão, coerção, violências epistêmicas e a todo um legado cultural que estava desprezado e apagado pela concepção da História tradicional que era chamada como História nacionalista e vista de cima. Colocar em xeque este modo de fazer e narrar a história é uma prática que muda a maneira de lidar com as fontes e de interrogar (Certeau, 2011).

Em contraposição a uma História tradicional foi criada a História vista debaixo, também denominada de micro-história ou história dos vencidos (Certeau, 2011). Biografias e autobiografias foram fontes privilegiadas na história oral e da micro-história. Culturas consideradas subalternas e temas desprezados pela história tradicional passaram a ser importantes e trabalhados na História, a partir da Escola dos Annales, não apenas na França, mas em todo o mundo.

Fica evidenciado que a pesquisa histórica passou a ser articulada às várias áreas das Ciências Humanas e Sociais, tornando-se transversal e transdisciplinar. Com efeito, passou a dialogar com uma grande variedade de disciplinas e profissões, movimentos e instituições. Ganhou um novo estatuto do conhecimento na medida em que ampliou as lentes para aumentar o número de fontes e a se apropriar de diversas abordagens e também ainda vale destacar que expandiu os objetos de estudo. Este movimento ganhou extensão por permitir um amplo e relevante processo de democratização dos saberes e a partilha de memórias que visavam romper com as perspectivas causais, positivistas e lineares consagradas nas ciências (Castro, 2008).

Por fim, é notório o quanto possibilitou a transformação dos modos de vida e das políticas sociais em função dos deslocamentos realizados por meio destas novas metodologias sociais e das epistemologias derivadas das conversações complexas com os movimentos sociais, tais como: os feministas, negras, indígenas e do Sul (Castro,

2008). As fontes complexas tanto orais quanto escritas são fruto de uma visão do arquivista e de quem as fabrica como documentos.

Movimentos sociais lutaram e lutam para que situações que não eram tomadas como memórias e transformadas em documentos passam a fazer parte do rol da memória coletiva e social bem como sejam arquivadas e disponibilizadas para estudo e construção de políticas públicas. Por isto, é fundamental estudar e produzir documentos a respeito da violência contra as mulheres.

A ampliação das fontes na história cultural permitiu o aumento dos documentos a serem estudados, tais como: jornais, revistas, teses, fotos, móveis, arquiteturas, oralidades, músicas, danças, ritmos, cartas, poesias, entre outros que não eram considerados fontes dignas de historiografia. Os feitos de determinados grupos e instituições, pessoas e comunidades da cultura popular e as narrativas de vários grupos sociais foram por muito tempo impedidos de serem contados e analisados (Butler, 2010).

Ao longo da segunda metade do século XX, a interlocução transdisciplinar da História com a Sociologia, a Antropologia, a Comunicação, a Linguística e a Psicologia permitiram grandes avanços e muitas rupturas com os modos de se fazer História e narrar os fatos por meio da terceira geração dos *Annales*, chamada de Nova História Cultural (Certeau, 2011).

Com efeito, a memória é seletiva e as narrativas a respeito da mesma são versões recortadas e construídas dos acontecimentos históricos. Ao escolher trabalhar com determinados documentos e arquivos, cada historiador busca fabricar uma rede de intrigas, ou seja, um diagrama de linhas, tecido e articulado com conceitos, teorias,

abordagens, problemas e objetos datados e específicos. Ainda vale salientar o quanto as fontes documentais são parte de um programa político, vinculado a uma concepção de história e de memória como monumentos, maneiras de abordar o passado e a sociedade (Certeau, 2011).

Ora, a formulação e criação de um monumento histórico estão sustentados por acervos, bibliotecas, museus e arquivos públicos e privados, financiados por empresas, pelo Estado e ainda as fontes pessoais doadas ou guardadas pelas famílias e instituições as mais variadas. Armazenar documentos implica em organizá-los de uma certa maneira e conferir-lhes singularidade na concepção de guarda e acessos ao que é guardado e selecionado como material a ser consultado e disponibilizado a um determinado público. Na política de arquivamento há jogos de interesses culturais, sociais, subjetivos e econômicos. Também é válido destacar o quanto a política do armazenamento tem relação com um projeto de sociedade e de governo da população (Castro, 2008).

Quando os pesquisadores examinam os documentos de um arquivo, esse conjunto concreto e particular de itens é o resultado final de uma longa seleção. O que “resta” em um arquivo resulta, diretamente, de pessoas que definem certos materiais – e não outros – como aqueles “que vale à pena guardar”. O documento, portanto, não preexiste ao arquivo: um determinado artefato se constitui em documento na medida em que é associado, por diferentes pessoas, a uma série de concepções de valor, memória e passado que o levam a ser preservado (Castro, 2008, p. 29).

Confirme Nora (1993), há uma confusão entre história e memória na gestão do passado. A memória é um conjunto de lembranças não organizadas em arquivos historiográficos. A história enquanto disciplina é um meticuloso ofício, um trabalho de tratamento das memórias submetidas ao escrutínio dos estudiosos de história, os quais são pesquisadores que atuam com metodologias sociais baseadas em análises de documentos.

A escrita é um conjunto de símbolos dos quais nos servimos para e fixar a linguagem falada. Mas a escrita não é somente um procedimento destinado a fixar a palavra, um meio de expressão permanente; ela dá acesso direto ao mundo das ideias. Não só reproduz bem a linguagem articulada, mas permite ainda apreender o pensamento, e o faz atravessar o tempo e o espaço (Paes, 2005, p. 15).

Ressalta-se que há uma guerra e um conjunto de batalhas pelos arquivos e documentos. O direito à memória é uma quarta geração de direitos que está ligada às reivindicações pelo reconhecimento cultural e resistência às noções de que a história seria apenas a oficial, produzida pelo Estado e os supostos heróis da nação que a burocracia estatal teria enaltecido e fabricado (Castro, 2008).

Governar a memória é algo cada vez mais importante na sociedade contemporânea porque se compreende que os povos são representados pela forma em que está retratado nos seus arquivos e nos livros de história que descrevem e analisam as práticas realizadas por estes povos. “Muito mais que qualquer outra fonte, o depoimento oral ou escrito necessita esforço de sistematização e claras coordenadas interpretativas” (Bosi, 1993, p. 277).

Cada documento é controlado e arquivado como parte de uma prática social e cultural, pautada em uma economia política dos discursos, silenciando e ou visibilizando maneiras de ser, de sentir, de pensar e de agir em um tempo e espaço específicos. O Estado moderno organiza os documentos de modo a editá-los, financiá-los e moldá-los aos interesses a serem aplacados e alvo de consenso para criar uma ordem do discurso que agencie padrões e normas, leis e regras partilhadas por uma sociedade dada (Certeau, 2011).

Assim, é fundamental criar perguntas e problemas, escolher fontes e tecer tramas que possibilitem pensar o presente por meio do que foi feito no passado sem exaltar o

que foi realizado e sem destruir também estas memórias de tal modo em que não se exalte nem se despreze o que se praticava em outros tempos e espaços (Bacellar, 2010). “O método consiste, então, para Foucault, em compreender que as coisas não passam das objetivações de práticas determinadas, cujas determinações devem ser expostas à luz, já que a consciência não as concebe” (Veyne, 1998, p. 162).

Outro passo metodológico é verificar se os documentos estão conservados e estão disponíveis ao acesso público, buscando avaliar se estes arquivos são relevantes para as questões forjadas e os objetivos traçados. Ainda vale observar se estas fontes são suficientes e é preciso ler e reler as mesmas, fichá-las, organizá-las em séries temáticas, em séries conceituais e teóricas, em séries referentes aos lugares institucionais em que foram produzidas e em posições de sujeito fabricadas (Castro, 2008).

É importante e crucial saber se há autorização para o acesso aos documentos, em quais períodos históricos estão disponíveis e em que medida permitem responder às perguntas de pesquisa. Por fim, vale verificar os horários de acessibilidade e de manuseio das fontes escolhidas após cuidadoso cotejamento das mesmas pelo pesquisador (Castro, 2008).

Arquivos de jornais podem ter acesso em arquivos de instituições de guarda, sendo que eles podem estar digitalizados, impressos em gavetas e armários ou ainda disponíveis na internet gratuitamente. Estes documentos são parte de dispositivos, os quais circulam e são apropriados como efeitos de práticas de saber e de poder difusoras nas ordens dos discursos de toda uma maquinaria social, econômica, política e cultural (Samara; Tupy, 2010).

Ao longo das consultas e explorações de campo do acesso e da ação de garimpagem desta empiria com jornais é necessário escolher editoriais e cadernos,

selecionar datas e procurar conhecer a história destas mídias, de seus financiadores e do projeto político que atravessa determinados jornais bem como as pressões sofridas por jornalistas e chefes editoriais. “A simples reclassificação de um documento guardado numa pasta para outra consiste em uma operação de avaliação de relevância, de seleção e de produção de memória” (Castro, 2008, p. 31).

Segundo Veyne (1998), a pesquisa documental é resultado de práticas que são fazeres e estão ligadas aos saberes e poderes de cada época e sociedade, organizadas por objetivações e tipologias que são singulares e acontecimentais, ou seja, heterogêneas e datadas, delimitadas e alvo de racionalidades específicas. O trabalho com arquivos é uma metodologia social e difere dos estudos bibliográficos, pois, em um deles, a fonte é empírica primária (pesquisa documental) e, no outro, a empiria é de fontes secundárias (pesquisa bibliográfica), de acordo com Gil (2008).

Ora, apesar da literatura ser fonte secundária e uma modalidade de estudo bibliográfico, também auxilia no cotejamento das fontes primárias que são os documentos centrais, escolhidos para um trabalho historiográfico. Por fim, vale destacar que “cada documento consultado é, portanto, resultante de um conjunto de intencionalidades: de quem o produziu, de quem o guardou, de quem o organizou e permitiu que fosse consultado” (Castro, 2008, p. 35).

A historiografia passou a realizar estudos sobre as mulheres e a buscar fontes específicas a respeito delas nos últimos anos. A História escrita por mulheres era rara e boa parte dos trabalhos históricos eram realizados por homens e sob a perspectiva deles, o que traz implicações e vieses nestas pesquisas na medida em que há lugares de fala e narrativas atravessadas por vivências e experiências singulares das performances de gênero neste âmbito também (Matos, 1998).

Pensar a história das mulheres e escrevê-la é um ato de resistência relevante para os movimentos feministas e para as intelectuais que estudam as questões de gênero nas universidades. Porém, ainda é recente o movimento de mulheres no campo historiográfico e de trabalhos com fontes de resistência dos movimentos sociais de mulheres (Matos, 1998).

Na historiografia ampliou-se e diversificou-se nos últimos anos. Os estudos sobre a mulher, sua participação na sociedade, organização familiar, movimentos sociais, política e trabalho adquiriram notoriedade e abriram novos espaços, em particular após a incorporação da categoria gênero (Matos, 1998, p. 67).

Estes trabalhos iniciam uma área, a de gênero na história e a questão central das pesquisas não poderia ser a de colocar a mulher como essência nem como feminino identitário, fragmentado e descontextualizado da complexidade das relações sociais, da cultura, da política e da economia. Era necessário ampliar as lentes e criar articulações destes trabalhos com a História vista de baixo, a Escola dos Annales, sobretudo, da História Social e da História Cultural para que fosse possível pensar as práticas singulares ligadas às relações sociais produtoras de gênero como categoria histórica (Matos, 1998).

### **3.4 JORNAIS COMO DOCUMENTOS E A HISTÓRIA DOS JORNAIS *FOLHA DE SÃO PAULO* E O JORNAL *PÚBLICO***

#### **3.4.1 -FOLHA DE SÃO PAULO**

O jornal brasileiro *Folha de São Paulo* ou simplesmente *Folha* possui em torno de 366.087 assinantes incluído os assinantes digitais, teve seu primeiro exemplar publicado em 1960, da fusão de três outros jornais pertencente ao mesmo grupo editorial: *Folha da Noite* (1921), *Folha da Manhã* (1925) e *Folha da Tarde* (1945). É um jornal dirigido às classes médias e abastadas com um perfil erudito, sendo liberal

tanto na economia quanto nos costumes e na política. Representa a ideia de um padrão jornalístico atual e marcado pela modernidade (Kanno; Brandão, 1998).

A *Folha* ao completar 100 anos segue majoritária a duas décadas sendo o jornal de maior circulação no Brasil, com 337.854 em 2021, e faz parte de um conjunto de empresas, formando um conglomerado midiático de alto padrão jornalístico, no país. Em comemoração aos seus 100 anos lançou a nova edição do Manual da Redação, ampliada, acrescida de trechos sobre liberdade de expressão, diversidade, mobilidade e assédio sexual e moral (Grupo Folha, 2022).

O jornal *Folha de São Paulo*, possui uma apresentação por cadernos, no seu primeiro caderno o leitor encontrará na página A2 a coluna “Opinião” nesse espaço o jornal publica seus editoriais, sempre fazendo uma análise crítica sobre os acontecimentos do cotidiano brasileiro, principalmente das questões políticas e sociais. A página A3 dividiu-se em duas colunas, a esquerda com a coluna “Tendências e debates” espaço reservado a publicações de artigos que não expressam a opinião do jornal, fato que é justificado logo abaixo do título da coluna. No lado direito, temos o “Painel do leitor” aonde o leitor pode enviar carta à redação e ter trechos da sua mensagem publicada, desde que o mesmo se identifique.

Entre as páginas A04 e A011 temos o tema “Política” aonde o jornal realiza uma análise sobre os acontecimentos da política nacional. A partir da A12, a análise concentra-se no tema “Mundo” informando os últimos acontecimentos mundiais. Finalizando o caderno temos a coluna “mercado”.

O segundo caderno é o “Cotidiano e Esporte” que aborda os temas da educação, violência, saúde pública, ambiente, administração pública, comportamento e esporte. O

terceiro caderno é nominado como “Ilustrada” trata de artes, cultura e lazer. O último é o “ Caderno especial” de temas da atualidade.

Atualmente, a *Folha de São Paulo* passou a ser um conglomerado de atividades na comunicação brasileira, destacado-se na área dos jornais, banco de dados, instituto de pesquisas de opinião e de mercado, agência de notícias, serviço de informação e entretenimento em tempo real, gráfica de revistas e empresa transportadora. Apesar da diversidade de atividades, a Folha possui um papel importante no jornalismo, pois se destaca por ser um jornal dinâmico, político e que esta sempre em destaque com os temas mais atuais do Brasil e do mundo. Um dos destaques em 2020 foi sua cobertura a pandemia do COVID-19, disponibilizando o acesso gratuito em sua plataforma digital para que a sociedade fosse informada sobre o que acontecia no Brasil e no mundo.

De acordo com Tomás (2021), a Folha de São Paulo, desde 2016 criou canais de comunicação com os seus leitores por *e-mail* e por telefone para receber comentários das reportagens publicadas, especificamente para assinantes do jornal. A *Folha de São Paulo* é o jornal com maior circulação no Brasil, tendo grande impacto na Região Sudeste brasileira que concentra a maior parte da população do país devido à alta concentração de grandes centros urbanos, empresas, universidades, aeroportos, rodovias de boa circulação, infraestrutura com equipamentos de esporte e cultura complexos em termos de uma rede de produtoras de arte, de acordo com Tomás. A autora relata que nos últimos anos, a *Folha de São Paulo* fez alterações importantes na sua performance gráfica com uma editoração mais colorida, fotografia com elaboração de arte e criticidade, delimitando exigências de maior acessibilidade visual e atrativos de um cuidado constituído por uma proposta de *design* de evolução sóciotécnica (Tomás, 2021).

A proposta da *Folha* é de caráter liberal, com uma postura política marcada por tendências progressistas e visões de mundo reformistas. Ainda se apresenta como

defensora da pluralidade de ideias com cobertura da diversidade dos modos de vida, segundo ela mesma se declara. Por fim, o jornal afirma ser apertado, com perspectiva crítica da realidade, com forte compromisso em defender o interesse público e noticiar a verdade com lisura e rigor, se colocando como aberto ao contraditório e disposto a realizar correções caso divulgue alguma informação com equívoco. (Tomás, 2021).

Desta forma, a vivência e experiência do cotidiano é constituída também pela comunicação da mesma à sociedade por meio de práticas, tais como: discursos, ideologias e disputas de valores, de poder, por recursos financeiros e simbólicos, na escrita e na leitura, no escopo editorial deste jornal e nas maneiras em que ele é acessado, circula, difunde notícias e constrói dialogicidade com a sociedade. O jornal *Folha de São Paulo* apresenta seriedade e criticidade, em geral, no Brasil. É um jornal que traz uma história importante da comunicação social por meio de uma rede de discursos que opera efeitos políticos de verdade, distribuição de um sistema de singularização das práticas e de formação dos modos de vida, das relações de poder e de saber, criação de maneiras de ser, de agir, de pensar e de se apropriar da comunicação como canal de reciprocidade e fraternidade social, de cooperação e também de influências e pressões midiáticas, pois o poder como ideologia também aposta na fabricação de consciências de cidadania a partir de certos crivos liberais na economia e na política no campo do cotidiano.

### **3.4.2- JORNAL PÚBLICO**

A empresa *Público*, Comunicação Social S.A. foi constituída no dia 31 de outubro de 1989, pertencente ao grupo empresarial Sonae, mas a primeira edição do jornal aconteceu em 1990. Passou a fazer parte em 1991 da *World Media Network*, associação com vários jornais de referência no mundo, como por exemplo o jornal francês *Libération*. Se define como:

Um jornal independente de todos os poderes. Um jornal a par das mudanças e dos desafios do país. Um jornal livre, inconformista, irreverente e crítico. Um jornal empenhado em promover os valores do seu estatuto editorial, no qual se consagra o apego à democracia, o respeito pelo Estado de direito, a liberdade de expressão, a proteção das minorias, o culto da tolerância, a subscrição dos ideais da construção europeia e a certeza de que, como portugueses, fazemos parte de um mundo que nos influencia e no qual temos o dever de participar (Público, 2019).

O jornal *Público* possui uma linha editorial com poucas alterações ao longo dos anos, em 2001 se adequou as novas necessidades da contemporaneidade, advindo do uso da internet, ampliando assim o número de leitores. Assim como a *Folha* possui seu manual de redação, o *Público* possui o seu livro de Estilo publicado em 1989 e reimpresso uma única vez em 2005, consolidando-se como um jornal diário com informações amplas, que acompanham critérios rigorosos e sem cunho ideológico.

Deste modo, destacamos o jornal impresso como agente construtor e difusor de discursos, criando uma memória e agenciando uma cultura política com sentidos específicos, em um dado tempo e espaço. O jornal como documento é um monumento, selecionado e editado, editorado, organizado e financiado por jogos de poderes, saberes, processos tecnológicos variados, práticas culturais e sociais complexas. Cada caderno e edição de um jornal é planejado meticulosamente, sustentados por uma economia política e um projeto de sociedade datado. As mídias se tornaram mais do que narrativas de notícias, passaram a disputar valores e mercados, passaram a produzir estilos de vida e a gerir mentalidades e comportamentos (Moreira, 2010).

Contrera (2002) ressalta que as mídias forjam um pânico quando difundem diariamente as notícias sobre violências com determinadas fatos, enquadres, intertextualidades, frequências, modos de noticiar e destacar. A maneira de narrar e selecionar as violências cria maneiras de olhar, de sentir, de ouvir, de escrever, de se relacionar e agir. Assim, é fundamental estudar e analisar os discursos produzidos pelos jornais e problematizar os efeitos das mesmas.

Desta forma, baseando-se no conteúdo dos dois jornais, foi realizado entre os meses de outubro a dezembro de 2021, o levantamento das reportagens jornalísticas por meio do acesso, como assinante, do jornal *Público* (<https://www.publico.pt/>) que possui duas edições, a citar a de Lisboa e a do Porto e a *Folha de São Paulo* (<https://www.folha.uol.com.br/>), com leituras diárias dos jornais impressos de todo o corpo do jornal, sem escolhas de cadernos ou colunas. Cabe destacar que a escolha levou em consideração a proximidade das edições com o contexto acadêmico e o intuito de correlacionar duas realidades sociais, Brasil e Portugal.. Nesse sentido, tendo em vista que o jornal *Público* tem duas edições, elencou-se a edição do Porto à análise dessa tese, haja visto sua proximidade à Universidade aqui implicada, e a *Folha de São Paulo* por ser um dos jornais impressos de maior circulação no Brasil.

Nessa perspectiva, a partir da leitura de 92 edições do jornal *Folha São Paulo*, compreendida nos meses de outubro à dezembro de 2021. No mês de outubro de 2021 foram catalogadas doze reportagens, dentre as quais havia sobre temas como violência contra crianças, adolescentes e mulheres, sendo destacada nove para análise, por estas estarem ligadas diretamente ao objeto da tese. Dando continuidade, no mês de novembro foram catalogadas seis reportagens, sendo destacada uma para análise, tendo em vista sua proximidade com o estudo. Por fim, no mês de dezembro foram identificadas seis matérias, com destaque para uma. Apesar da leitura ter sido realizada em todo o jornal, as reportagens sobre violência no jornal *Folha de São Paulo* se concentraram no caderno “Cotidiano”.

Concomitantemente, nos meses de outubro à dezembro de 2021, realizou-se a leitura de 92 edições do jornal *Público*, edição Porto, que no mês de outubro de 2021 foram selecionadas quatro reportagens, dentre as quais haviam duas sobre a violência contra crianças e adolescentes, uma sobre violência de gênero e uma sobre violência contra mulheres, sendo estas elencadas para análise, por estarem ligadas ao objeto da

tese. No mês de novembro foram identificadas oito reportagens, onde três tinham como tema a violência obstétrica; uma, a violência contra crianças e adolescentes, uma sobre a questão do suicídio entre os jovens e três de violência contra mulheres, foco da análise, posto que possuem proximidade com o estudo aqui apresentado. Já em dezembro, foram coletadas três matérias, com destaque para duas, uma vez que uma tratava de violência contra crianças e adolescentes. Apesar de ter ocorrido a leitura na íntegra do jornal *Público*, as reportagens aqui analisadas foram retiradas dos cadernos “Cotidiano e “Esporte”.

**Tabela 1 Publicações sobre violência nos Jornais *Folha de São Paulo* e o Jornal *Público***

| Mês             | Jornal<br><i>Folha de São Paulo</i> | Selecionado<br>para análises | Jornal<br><i>Público</i> | Selecionado para<br>análises |
|-----------------|-------------------------------------|------------------------------|--------------------------|------------------------------|
| <b>Outubro</b>  | 11 notícias                         | 09                           | 3                        | 1                            |
| <b>Novembro</b> | 06 notícias                         | 01                           | 8                        | 3                            |
| <b>Dezembro</b> | 06 notícias                         | 01                           | 3                        | 2                            |

### 3.5 ESTADO DA ARTE DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Sob esta direção, torna-se necessário o estado da arte para a compreensão do panorama das pesquisas, com vistas a elaboração do estudo, discussão teórica acerca da temática em questão e análise dos dados. Vale lembrar que, o estado da arte consiste em uma técnica de pesquisa que permite conhecer e compreender o que já foi pesquisado sobre a temática e as lacunas existentes, o que irá subsidiar a análise do discurso sob o enfoque de Mikhail Mikhailovich Bakhtin, que em *Estética e Criação Verbal* (1979) sinaliza que a palavra é um elo entre o eu e o outro, um território comum entre o locutor e o interlocutor.

O estado da arte segue as seguintes etapas: definição do tema da investigação – nesse caso a violência contra mulheres por dentro dos jornais impressos; escolha dos descritores ou palavras-chave; formulação da questão-problema; definição da base de dados – aqui os periódicos Capes; seleção dos estudos – artigos (Ferreira, 2002).

Para conhecer os estudos acerca da temática desta tese realizou-se uma revisão de literatura a partir dos periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Para tanto, elencou-se os critérios de exclusão e inclusão, com vistas a aproximar a produção acadêmica com a perspectiva de estudo, ou melhor, o levantamento da discussão teórica acerca da violência envolvendo mulheres e a reprodução por parte de jornais impressos. Portanto, com a revisão de literatura pretende-se identificar como a temática vem sendo apontada pelo(s) autor(es)/pesquisador(es) – seus objetivos, a metodologia utilizada, a área da investigação, o recorte teórico e os principais resultados levantados; através da leitura dos resumos dos artigos no portal periódicos Capes. Sob este enfoque, elencou-se como critérios de inclusão: ser artigo, publicado nos últimos dois anos, de qualquer idioma e que abordasse a violência contra mulheres por dentro de jornais impressos, além de não ser artigo de revisão bibliográfica. Desse modo, realizou-se o levantamento nos periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior conforme delineado a seguir.

Ao inserir o descritor Violência e Mulher apareceram 1.826 artigos, dentre os quais apenas 9 (nove) atenderam aos critérios de inclusão, sendo eles: A exposição da imprensa sobre a violência contra a mulher em Roraima: uma análise comparativa entre os dados publicados no jornal *Folha de Boa Vista* e os atendimentos realizados pela Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM); Transitividade e relevância discursiva em notícias de feminicídio e canções-protesto sobre violência contra a mulher; Representação da mulher vítima de violência por queimaduras pela mídia digital brasileira; A violência doméstica no relato jornalístico; “Restos da escravidão” e violência cotidiana: conflitos femininos expostos na primeira página da *Gazeta de Notícias* (1890); Mulheres e

Covid-19: a contribuição de narrativas jornalísticas feministas; Jornalismo, misoginia e a revitimização da mulher; O caminho da violência pelas narrativas jornalísticas: a patologização do machismo e Femicídio e Fronteira: uma análise da cobertura jornalística em Ponta Porã (Mato Grosso, Brasil).

Ao inserir na biblioteca de conhecimento on-line (b-o) foi utilizado como critérios ser no idioma inglês, no período de 2021 a 2022 e ser produção acadêmica, no descritor News and Women (Notícia e mulher), foi registrado 20 documentos, onde foi selecionado um para análise, por preencher os critérios de inclusão, sendo ele: Representation of Intimate Partner Violence Against Women in Swedish News Media: A Discourse Analysis. No segundo descritor Sexist Violence (Violência machismo) foi identificado 196 produções acadêmicas ao qual um foi selecionado por seguir os critérios da pesquisa sendo ele: How Ageist and Sexist Framing Is Used in Turkish Media To Normalize Femicide: A Content Analysis. E por último, o descritor Gender violence speech (discurso violência de gênero) onde foi analisado 91 produções acadêmicas, mas não sendo encontrado nenhum para análise por não preencher os requisitos desta tese.

**Tabela 2. Descritores para pesquisa sobre Violência contra Mulheres na base de dados CAPES em português.**

| DESCRITOR                           | BASE                       | R1   | R2 (selecionados) |
|-------------------------------------|----------------------------|------|-------------------|
| <b>Violência e Mulher</b>           | Portal Periódicos<br>Capes | 1826 | 09                |
| <b>Violência e Mulher e Jornal</b>  | Portal Periódicos<br>Capes | 26   | 01                |
| <b>Violência e Mulher e Notícia</b> | Portal Periódicos<br>Capes | 38   | 0                 |

**Tabela 3. Descritores para pesquisa sobre Violência contra Mulheres na base de dados biblioteca on line (b-on) em inglês**

| <b>DESCRITOR</b>   | <b>BASE</b> | <b>R1</b><br><b>(encontrados)</b> | <b>R2</b><br><b>(selecionados)</b> |
|--|-------------|-----------------------------------|------------------------------------|
| <b>News and Women (Notícia e mulher)</b>                     | b on        | 20                                | 1                                  |
| <b>Sexist violence (Violência machismo)</b>                  | b on        | 196                               | 1                                  |
| <b>Gender violence speech (discurso violência de gênero)</b> | b on        | 91                                | 0                                  |



**Tabela 4. Análise dos descritores: Violência e Mulher**

| N. | Autor   | Ano  | Título  | Análise   | Discurso |
|----|---|------|---|---|----------|
| 01 | LEIDENS, Adria & DEPRÁ, Giseli  | 2021 | A exposição da imprensa sobre a violência contra a mulher em Roraima<br>Uma análise comparativa entre os dados publicados no jornal Folha de Boa Vista e os atendimentos realizados pela Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) | Dois Jornais Nacionais/ Estadual<br>Estudo comparativo entre jornal e atendimentos na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher DEAM/RR |          |
| 02 | Evangelista dos Santos Neto, Alfredo; Laurett Neves Damasceno, Gesieny; Lorencini Carone, Jamilly   | 2022 | Transitividade e relevância discursiva em notícias de feminicídio e canções-protesto sobre violência contra a mulher  | Feminicídio veiculadas em jornais on-line do Espírito Santo<br>Canções-protesto sobre violência contra a mulher                               |          |
| 03 | Pan, Raquel; Resende, Isabella Luiz; Carvalho, Stefano Lúcio Magalhães de; Oliveira, Fabiane Cristina Santos de; Parreira, Bibiane Dias Miranda | 2021 | Representação da mulher vítima de violência por queimaduras pela mídia digital brasileira   | Pesquisa no Google<br>Mídia digital   |          |

|    |                                |      |   |  |                        |
|----|--------------------------------|------|---|--|------------------------|
| 04 | Hauber, Gabriella              | 2020 | Por que o termo feminicídio incomoda tanto? um estudo de caso de comentários de posts da página do Facebook do Jornal O Globo | Analisar comentários da página do Facebook do jornal O Globo sobre três casos de assassinatos contra a mulher  |                        |
| 05 | Mayra Rodrigues Gomes          | 2022 | A violência doméstica no relato jornalístico  | Captar o espírito das narrativas jornalísticas nos relatos de casos de violência contra as mulheres, entender como o jornalismo está descrevendo esses casos (se de forma a reforçar ou neutralizar estereótipos de natureza negativa) e apreender, em visão panorâmica, a situação da violência contra as mulheres, enquanto apresentada pela produção jornalística.  | Estudo/artigo repetido |
| 06 | Magalhães da Silveira, Daniela |      | “Restos da escravidão” e violência cotidiana: conflitos femininos expostos na primeira página da Gazeta de Notícias (1890)    | A partir da análise de colunas publicadas no espaço do noticiário da Gazeta de Notícias ao longo de 1890, investiga as nuances de abordagem proposta por cada articulista, assim como a utilização de recursos caros aos literatos que pretendiam garantir certa fidelização do público leitor. Mostra como, para defender direitos que acreditavam possuir, aquelas mulheres recorreram a tradições e práticas oriundas da escravidão |                        |

|    |  |      |  |   |  |
|----|--|------|--|---|--|
| 07 | Suzanne Borela; Ana Carolina D. Escosteguy                                       |      | Mulheres e Covid-19: a contribuição de narrativas jornalísticas feministas         | O corpus de análise está composto por 49 reportagens, centradas em experiências de mulheres e publicadas pela organização de mídia <i>Gênero e Número</i> — em parceria com outras organizações, na realização da cobertura Especial Covid-19, no período de março de 2020 a março de 2021. | Observar uma combinação de marcadores sociais que transformam histórias individuais em coletivas, considerando a realidade de cada situação, converte-se em um ponto de transformação do jornalismo contemporâneo, uma contribuição em busca de uma mudança social e política que favoreça as mulheres, especialmente em situações de vulnerabilidade. Essa é uma das características que qualifica tais narrativas jornalísticas como feministas. |
| 08 | Freire Filho, João; Cavalcanti Versiani dos Anjos, Júlia                         |      | Jornalismo, misoginia e a revitimização da mulher                                  | Discutir o jornalismo como instância promotora da revitimização de mulheres que acusam homens de violência.   | A reflexão se baseia em um estudo de caso envolvendo matérias do portal G1 sobre a acusação de agressão feita por Poliana Bagatini, em 2017, contra o cantor Victor Chaves (seu marido à época) e a posterior condenação do acusado, em 2020.  |
| 09 | Neves, Ana Paula de Castro; Lima, Angelita Pereira de; Castro, Luciano Rodrigues | 2021 | O caminho da violência pelas narrativas jornalísticas: a patologização do machismo | Análise sobre a patologização do machismo por meio das narrativas dos jornais <i>O Popular</i> e <i>Diário da Manhã</i> de 2016 e 2017.   | <p>Categorizar a construção e os argumentos dessas narrativas no que tange à temática da violência de gênero e do processo de revitimização.</p> <p>A forma como as mulheres em situação de violência foram abordadas nas matérias analisadas denotou que estas apresentam conteúdos e narrativas estruturadas a partir de regimes simbólicos correntes em outros</p>  |

|    |   |      |  |   |   |
|----|---|------|--|---|---|
|    |   |      |  |   | campos da vida social que naturalizam relações violentas e desiguais.   |
| 10 | Rafaela Alvarenga Flôr; Daniela Cristiane Ota | 2022 | Feminicídio e Fronteira: uma análise da cobertura jornalística em Ponta Porã (Mato Grosso, Brasil) | Integrar os conceitos de identidade cultural, territorialidade, colonialidade, história e a intersecção com o contexto que vivem as mulheres de Ponta Porã (Brasil), município que faz fronteira com Pedro Juan Caballero (Paraguai). | Usar-se-á notícias publicadas em Ponta Porã nos anos de 2019 a 2021, analisadas com o protocolo de Análise de Cobertura Jornalística (ACJ) para entender como é a abordagem e de que maneira são produzidos os materiais sobre o tema |

**Tabela 5. Análise do Descritor: Violência e Mulher e Jornal**

| N. | Auto<br>r   | Ano  | Títul<br>o   | Anál<br>ise   | Discurs<br>o   |
|----|---|------|--|---|--|
| 01 | DE CASTRO NEVES, ANA PAULA; De Lima, Angelita Pereira | 2021 | A violência simbólica de mulheres pelas narrativas policiais e jornalísticas | Análise sobre a violência simbólica contida nas narrativas dos boletins de ocorrência que são identificáveis e reproduzidas no corpus das notícias dos jornais Diário da Manhã e O Popular no período de 2016 e 2017. | Violência simbólica através do processo de revitimização de mulheres em situação de violência. |

**Tabela 6. Análise do Descritor: News and woman (Notícia e Mulher)**

| N. | Autor  | Ano  | Título   | Análise   | Discurso  |
|----|--|------|--|---|---|
| 01 | KARLSSON, NADJA LILA, MARISOL GRACIA, ENRIQUE WEMRELL, MARIA | 2021 | Representation of Intimate Partner Violence Against Women in Swedish News Media: A Discourse Analysis. | Aanálise de discurso em duas etapas de como a violência por parceiro íntimo contra mulheres (IPVAW) foi representado em sete jornais suecos durante 2018. | Como os meios de comunicação contribuem para moldar as atitudes do público. |

**Tabela 7. Análise do Descritor: Sexist violence (Violência machismo)**

| N. | Autor                                      | Ano  | Título   | Análise  | Discurso  |
|----|--|------|--|--|---|
| 01 | MERVE BASDOGAN ZULFUKAR OZDOGAN LESA HUBER | 2021 | How Ageist and Sexist Framing Is Used in Turkish Media To Normalize Femicide: A Content Analysis | Análise de conteúdo de 66 histórias de notícias da grande mídia turca arquivadas publicamente sobre os assassinatos de idosos mulheres de 2010 a 2017. | O conteúdo textual e visual foi analisado para examinar como o feminicídio de mulheres mais velhas foi retratado. |

Com relação aos objetivos e principais resultados apresentados nos periódicos acima sinalizados, tais artigos visavam apreender as narrativas jornalísticas acerca dos casos de violência contra as mulheres, a descrição desses casos e sua apresentação pela produção jornalística, assim como a utilização de recursos caros aos literatos que pretendiam garantir certa fidelização do público leitor. Um dos resultados suscitados nos artigos selecionados, foi a revitimização de mulheres em situação de violência por dentro dos textos jornalísticos.

Cabe frisar que 1.817 artigos foram excluídos por se tratar de estudos que tinham como objeto de análise atendimentos por dentro das políticas setoriais (por exemplo: Saúde, Educação, Assistência Social, Segurança Pública, dentre outras), programas (como Rede de Acolhimento), redes sociais, dramaturgia, bem como por uma boa parcela ser artigo de revisão de literatura. Além disso, houveram artigos repetidos e com público crianças e adolescentes.

Dando continuidade à revisão de literatura, ao digitar Violência e Jornal e Jornal, apareceram 26 (vinte e seis) artigos, dos quais apenas o artigo intitulado “A violência simbólica de mulheres pelas narrativas policiais e jornalísticas” foi selecionado, tendo em vista que os demais não contemplaram os critérios de inclusão e/ou já haviam sido selecionados no descritor anterior. Por último inseriu-se os termos de busca Violência e Mulher e Notícia, obtendo 38 (trinta e oito) artigos, dentre os quais nenhum artigo foi selecionado, posto que já havia sido selecionado em busca anterior.

Diante da pesquisa avançada por dentro dos periódicos da Capes pode-se inferir que há poucos estudos que abordem a violência contra mulheres por dentro de jornais impressos, ou melhor, poucas análises que apontem o discurso jornalístico acerca da violência contra mulheres. As existentes no cenário

brasileiro não elucidam o discurso do Jornal *Folha de São Paulo*, tampouco trazem à tona o Jornal *Público*, foco dessa análise.

Foi utilizada a biblioteca on line (b-on) como segunda plataforma de busca avançada de produções em inglês sobre temas que abordem o objeto dessa pesquisa. Ao utilizar os descritores News and Women (Notícia e mulher), Sexist violence (Violência machismo) e Gender violence speech (discurso violência de gênero) os estudos acadêmicos encontrados estavam concentrados nas análises dos conteúdos produzidos nas plataformas digitais como Twitter, Tik Tok e Social Media ou em instrumentos, como entrevistas e pesquisas bibliográficas.

Desta forma, reiteramos a escassez de análises, seja nos países lusófonos, seja de língua inglesa, de estudos que abragem o debate da violência contra as mulheres nos jornais. Demonstrando, a relevância dessa pesquisa sob o viés do discurso jornalístico impresso no Brasil e em Portugal.

## **CAPÍTULO IV - ANÁLISE DOS JORNAIS FOLHA DE SÃO PAULO E PÚBLICO**

Partindo da leitura dos jornais e sob a perspectiva da análise do discurso em Foucault e Bakhtin, neste capítulo iremos apontar as análises das matérias dos jornais *Folha de São Paulo* e *Público*, com a elucidação das notícias selecionadas no período de outubro a dezembro de 2021, em ambos veículos de comunicação social. Desse modo, buscou-se trazer, de forma explícita, a ordem do discurso e as contradições que está na base da violência contra mulheres noticiada nos dois jornais analisados.

### **4.1 A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES POR DENTRO DO DISCURSO DOS JORNAIS *FOLHA DE SÃO PAULO* E *PÚBLICO***

A violência contra as mulheres é um fenômeno relacional e social; no Brasil, se tornou uma demanda de saúde pública, por produzir reverberações, tais como: a violação dos corpos, marcas na sexualidade, danos graves na saúde física e psicológica das mulheres. Neste tópico, iremos analisar e descrever as práticas midiáticas nos jornais *Folha de São Paulo* (Brasil) e o jornal *Público* (Portugal, edição Porto).

A análise do discurso foi usada para compreender os discursos da mídias jornalísticas em termos da produção dialógica de notícias e de como são difusoras de processos banalizadores da violência contra mulheres. Todavia, há resistências a esta banalização bem como tensões no campo da comunicação social e em que se apropria dele. Assim, serão apresentadas as matérias selecionadas de 01 de outubro a 31 de dezembro de 2021, em ordem cronológica de publicação, primeiramente do jornal *Folha* e, na sequência, o jornal *Público*.



Figura 3: – Jornal Folha de São Paulo 01.10.2021

**Título da matéria: “ Registro de importunação sexual sobem 24,3% em SP”.** Esses dados nos mostram a ascensão da violência contra as mulheres, pois como diz a matéria **“Em 90% dos casos as vítimas são mulheres”**; **“As mulheres estão buscando mais o sistema de justiça para reparar o trauma que sofreram, e isso é ótimo.”**

O discurso da presidente da comissão da diversidade sexual e Gênero da Ordem dos Advogados do Estado de São Paulo, Marina Ganzarolli expressa o posicionamento das instituições, ou seja, valores e princípios que fazem funcionar os jogos de verdade em enunciados que entram em uma política de disputas pela verdade. Neste plano de forças, são cristalizadas as instituições nos corpos dessas mulheres que foram “aprimonadas” pela violência vivida, pela impunidade de seus agressores e pela somatização de suas dores experimentadas. Assim, *“Ganzarolli, cita o sentimento de menosprezo, estigma e culpa das vítimas, somando à certeza da impunidade dos agressores, como pontos para a subnotificação dos casos”*.

Neste sentido, que Foucault (2004) afirmou não existirem discursos sem sistemas de controles e processos de filtro, de relações de poder, de saber e de subjetivação que operam por meio dos regimes de verdade e dos efeitos destes no

cotidiano das existências das mulheres nas sociedades que se forjam pela violência sexual como moduladora de uma cultura que passou a ser nomeada como cultura do estupro. A comunicação é uma prática social de circulação discursiva que envolve dinâmicas culturais, políticas, econômicas e subjetivas (SODRÉ, 2014). A polissemia discursiva faz parte da maneira como a matéria é organizada e divulgada, em termos de quadros interpretativos e semiológicos, materializando contradições no sistema de comunicação, em parte, relacionados aos financiadores das mídias, ao público leitor em que o jornal é endereçado, à conflitualidade da democracia brasileira face aos direitos das mulheres e à prevalência de gestores e jornalistas homens que atuam no alto escalão da *Folha de São Paulo*.

## Médico é preso sob suspeita de violentar mais de 40 mulheres

Profissional atendia em GO; defesa diz que não teve acesso ao processo e que ele atuou dentro das regras

Fernanda Canofre

Um médico goiano, identificado apenas como Dr. Nicodermos, foi preso na manhã de sábado (1º) sob a acusação de ter cometido violência sexual contra mais de 40 mulheres em Goiás. O caso está sendo investigado na Delegacia de Polícia Civil de Goiânia. A defesa do médico afirma que ele não teve acesso ao processo e que ele atuou dentro das regras.

Dr. Nicodermos, cujo nome completo não foi revelado, é um médico goiano que atua em Goiânia. Ele foi preso na manhã de sábado (1º) sob a acusação de ter cometido violência sexual contra mais de 40 mulheres em Goiás. O caso está sendo investigado na Delegacia de Polícia Civil de Goiânia. A defesa do médico afirma que ele não teve acesso ao processo e que ele atuou dentro das regras.



O médico Nicodermos Junior Estanislau Morais. Reprodução

Figura 4: Jornal Folha de São Paulo, 02.10.2021

**Título da matéria: “Médico é preso sob a suspeita de violentar 40 mulheres”.** A notícia de 02 de outubro de 2021 relata que o médico foi preso pela Polícia Civil, em Goiás, sob a acusação de ter cometido violência contra mais de 40 mulheres, que já estavam testemunhando na Delegacia. O caso estava sendo investigado na Delegacia de

Atenção à Mulher de Anápolis-GO. Os enunciados da *Folha* não abordam a realidade dos filtros policiais e da medicina, sobretudo, no estado de Goiás, no Brasil.

Após a primeira denúncia realizada, muitas outras foram aparecendo e não só por mulheres de uma cidade. O médico acusado tinha 41 anos e era ginecologista, usava a profissão para violentar as mulheres sexualmente, além de fisicamente, verbalmente, segundo relato da matéria do jornal. A matéria salienta o quanto a medicina precisa ser pensada na formação na graduação e no campo do conselho profissional da profissão, eticamente por meio do vetor da violência de gênero.

A matéria, trouxe uma denúncia de um homem de classe abastado que violentou muitas mulheres, dezenas delas, durante o atendimento ginecológico. “*Se ele tivesse esperado mais teria gozado.*”; “*Dizendo que homem era diferente de mulher, mulher não era tão visual, que tinha que ter uma história por trás e me mostrando os links que eu podia entrar e ver esses quadrinhos, essas histórias pornográficas. Ai ele levantou e falou: deixa eu te mostrar a diferença entre homem e mulher, e colocou minha mão no órgão genital dele, que estava ereto.*” O discurso descrito refere-se ao relato de uma das quarenta vítimas do médico, que na época ainda era uma adolescente. Segundo Giffin (1994), é importante compreender a construção social do corpo das mulheres e da sexualidade na caracterização do estupro e na sua racionalidade jurídica e cultural. Foucault (1988) aborda como o corpo da mulher tem sido historicamente alvo de investimentos disciplinares e biopolíticos tanto na gestão individualizante quanto do grupo maior de mulheres como recorte da população no que tange à vivência da violência, do preconceito de gênero, da sexualidade medicalizada e erotizada precocemente

*“ Eu não contei pra ninguém na época, porque eu não tinha noção que aquilo era um abuso. Eu era muito nova, fiquei também com vergonha de contar para a minha mãe e a minha família.”*

O uso coisificador de mulheres em uma consulta médica é algo estarrecedor porque as mulheres estão em uma situação de fragilidade e exposição dos seus corpos. É importante observar que a profissão médica foi usada ilicitamente e sem qualquer ética por este médico contra mulheres, inclusive, de adolescentes. A maneira como a *Folha* noticiou se restringiu à ação da polícia e da investigação com relatos das mulheres denunciantes e os procedimentos da Polícia Civil no Estado de Goiás. É fundamental assinalar que esta notícia destaca algo a respeito da formação em Medicina no Brasil, a respeito da violência de gênero que deve ser analisada e a matéria nem tocou no ponto em tela.

A foto do jornal sobre a matéria coloca em primeiro plano o médico com o jaleco branco e, assim, assinala o poder médico e a gravidade do problema na medida em que alguém visto e produzido como profissional importante no cuidado à saúde é o protagonista do sofrimento e se constituiu como violentador de mulheres. Foucault (1988) salientava a histericização do corpo das mulheres como estratégia de medicalização de cada realidade experienciada pelas mulheres nas mais diferentes esferas das vidas delas, inclusive, no cuidado à saúde.

Butler (2019), destaca que os quadros de guerra e exclusão são chaves interpretativas que fazem enquadramentos, regulam discursos, ordenam corpos e forjam performances. Para tanto, usam fotos e textos sobre a violação de direitos e violências, sobre guerras e exclusões sociais que explicitam a maneira como uma sociedade avalia o valor da vida de determinados grupos. Assim, fabricam quadros e enquadram por

meio de uma gramática e de um modo de editar e escrever, de valorar e atender, de proteger e, até mesmo, em não se enlutar.

A sociedade da cultura do estupro não chora a dor das mulheres enlutadas, pouco se comove com a dor delas e essa realidade precariza mais ainda as vidas e os corpos das mulheres que ficam vulneráveis ao descaso e à coisificação, inclusive, nos veículos de comunicação. Foucault (2004) destaca que há nos sistemas discursivos filtros, doutrinas, comentários, difusões, autorizações, interdições e descontinuidades. Da mesma forma que a *Folha* apoia a causa da proteção das mulheres violentadas, também, contribui em alguma medida para a reprodução da cultura do estupro diante da forma com que trabalha o plano discursivo das notícias.

A matéria seguinte já demonstra uma visão e viés mais estratégico da *Folha de São Paulo*, ao tratar do enfrentamento à situação da violência de gênero. Descreve a situação grave da China, as ações do governo e apresenta uma perspectiva mais dinâmica e plural, ouvindo várias vozes. A realidade da China é drástica quanto à violência contra as mulheres, tão dura quanto a do Brasil. O preconceito e o estigma ligado às mulheres é intenso nas sociedades orientais também, chegando a ser maior em função de rituais e valores que são reproduzidos por processos de dominação e opressão seculares e, até mesmo, milenares. A obediência servil e a submissão sem questionamento é quase naturalizada em diversos países do Oriente e em comunidades e grupos em que as mulheres são minorizadas e subalternizadas. Spivak (2010) delinea este processo de subalternização das mulheres em diferentes países e as especificidades da coisificação das vidas e corpos das mesmas pelo mundo.



***“A violência doméstica é vista como fator importante que desencoraja mulheres casadas a ter filhos.”***

A matéria coloca em foco mulheres, uma sozinha com vestes de quem está ocupada com o trabalho e sem filhos por opção e outra mulher com uma menina pequena nos braços, vestida de forma mais simples e prática, com um olhar de cansaço e espantado. Ou seja, a reportagem aponta que a vida de mulheres não é fácil e a jornada de ter várias tarefas, de vivenciar diversas responsabilidades sobrecarrega mulheres intensamente, além do que a realidade de ser coisificada e violentada com regularidade na sociedade desestimula mulheres a se tornarem mães porque o sofrimento de ver a própria condição opera como um modulador de decisões a respeito de um ato que seria escolha preventiva, qual seja, evitar ter filhos frente à fragilidade das políticas de proteção existentes em um mundo capitalista e patriarcal que objetifica as mulheres como mercadorias e coisas a serem dominadas, possuídas e oprimidas a favor da voracidade do capital e do privilégio machista e sexista de homens que manipulam e violentam mulheres e pouco são punidos e questionados pelas práticas violentas cometidas. A banalização da violência contra a mulher é tão constante e forte que se materializa em desejo de não ser mãe para se proteger.

A matéria salienta a gravidade da realidade vivida pelas mulheres que sofrem violência regularmente e/ou vivem em uma sociedade que naturaliza, tolera e reproduz diversas formas de relação organizadas por dinâmicas violentas. A expansão dos números e a ausência de iniciativas concretas de enfrentamento faz com que mulheres desistam de ser mãe por medo e apreensão em relação ao futuro diante de tantas experiências de violência vivenciadas por elas e ao redor delas. Bakhtin (2009) trouxe contribuições para pensar a questão numérica dos indicadores de violência quando aborda a dimensão da contradição das mídias e das ciências como linguagens na dimensão política, econômica, cultural, social e subjetiva. Os sentimentos de medo e apreensão são modulados pelas inseguranças das contradições discursivas e do próprio modo de produção capitalista.

Vemos elementos históricos e um perfil da violência contra as mulheres, extraindo as dimensões que a provoca e a produz. Também aponta o quanto ela traz elementos variados de composição, sendo que se reproduz desde a infância. A matéria ora evidenciada traz aspectos de gênero e como o preconceito atinge a criança pequena e se reproduz até a vida adulta. É relevante destacar o quanto a matéria assinala que a violência de gênero atravessa os corpos de mulheres, durante todo o ciclo de suas vidas. Neste sentido que Saffioti (1999) fez a pergunta: “quem mandou nascer mulher?” em uma forte expressão do que é recorrente nas existências das mulheres.

A próxima matéria traz um debate a respeito da violência de gênero na universidade, sendo feita nos trotes e em outros momentos da formação. A realidade universitária é marcada por estigmas e discriminações de gênero, raça, classe e capacitismos, assédio moral contra professoras mulheres. A violência no ambiente universitário não deve ser aceita nem naturalizada ou silenciada, portanto, é crucial criar políticas específicas para combater a violência contra as mulheres nos equipamentos educativos formais, em todos os níveis, inclusive, os de graduação e pós-graduação.

Sob a perspectiva de Certeau, toda cultura requer uma atividade, um modo de apropriação, uma adoção e uma transformação pessoais, um intercâmbio instaurado em um grupo social [...]. Assim entendida, a cultura não é nem um tesouro a ser protegido dos danos do tempo, nem um “conjunto de valores a serem defendidos”; ela significa simplesmente “um trabalho que deve ser realizado em toda extensão da vida social” (GIARD, 1995, p.10).

# O discurso da imprensa portuguesa e brasileira sobre a violência contra as mulheres: um estudo dos diários *Público* (Portugal) e *Folha de São Paulo* (Brasil) no final de 2021

## Série expõe como casos de violência rondam universidades do Brasil

Reativas a ataques do bolsonarismo, instituições lidam com homofobia, trotes e até estupros

**ANÁLISE**  
Angela Pinho  
A série de reportagens da Folha de São Paulo, intitulada "Série expõe como casos de violência rondam universidades do Brasil", publicada no dia 03 de outubro de 2021, trata de situações de violência contra as mulheres em universidades brasileiras. O texto aborda casos de assédio sexual, homofobia, trotes violentos e até estupros, destacando a gravidade dessas práticas e a naturalização do abuso sexual, do bullying e da violência física em nome de um suposto sentimento tribal de pertencimento e superioridade.

Em um momento em que o Brasil vive um período de instabilidade política e social, a série de reportagens da Folha de São Paulo traz à tona questões de violência contra as mulheres em universidades. O texto aborda casos de assédio sexual, homofobia, trotes violentos e até estupros, destacando a gravidade dessas práticas e a naturalização do abuso sexual, do bullying e da violência física em nome de um suposto sentimento tribal de pertencimento e superioridade.

Em um momento em que o Brasil vive um período de instabilidade política e social, a série de reportagens da Folha de São Paulo traz à tona questões de violência contra as mulheres em universidades. O texto aborda casos de assédio sexual, homofobia, trotes violentos e até estupros, destacando a gravidade dessas práticas e a naturalização do abuso sexual, do bullying e da violência física em nome de um suposto sentimento tribal de pertencimento e superioridade.

Em um momento em que o Brasil vive um período de instabilidade política e social, a série de reportagens da Folha de São Paulo traz à tona questões de violência contra as mulheres em universidades. O texto aborda casos de assédio sexual, homofobia, trotes violentos e até estupros, destacando a gravidade dessas práticas e a naturalização do abuso sexual, do bullying e da violência física em nome de um suposto sentimento tribal de pertencimento e superioridade.

Em um momento em que o Brasil vive um período de instabilidade política e social, a série de reportagens da Folha de São Paulo traz à tona questões de violência contra as mulheres em universidades. O texto aborda casos de assédio sexual, homofobia, trotes violentos e até estupros, destacando a gravidade dessas práticas e a naturalização do abuso sexual, do bullying e da violência física em nome de um suposto sentimento tribal de pertencimento e superioridade.

## Professor tem mestrado concluído no PR mesmo após morrer

**ANÁLISE**  
Angela Pinho  
Um professor de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) morreu em decorrência de um ataque cardíaco em 2019. No entanto, seu mestrado em História foi concluído em 2021, mesmo após a sua morte. O texto aborda a situação do professor e a falta de suporte institucional para lidar com a perda de um colega.

Um professor de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) morreu em decorrência de um ataque cardíaco em 2019. No entanto, seu mestrado em História foi concluído em 2021, mesmo após a sua morte. O texto aborda a situação do professor e a falta de suporte institucional para lidar com a perda de um colega.

Um professor de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) morreu em decorrência de um ataque cardíaco em 2019. No entanto, seu mestrado em História foi concluído em 2021, mesmo após a sua morte. O texto aborda a situação do professor e a falta de suporte institucional para lidar com a perda de um colega.



Figura 6: Jornal Folha de São Paulo, 03.10.2021

**Título da matéria: “Série expõe como casos de violência rondam universidades do Brasil”.** A notícia foi veiculada no dia 03 de outubro de 2021. O texto ressalta as situações de estupro, homofobia e dos trotes violentos no cotidiano das universidades e a gravidade destas práticas. As situações de violência ficaram banalizadas e naturalizadas nas universidades em função dos ataques institucionais dos últimos anos. Assim, assédio sexual e violências sexuais, violência de gênero e outros problemas ficaram invisibilizados na gravidade dos mesmos nas universidades brasileiras. Foucault (2004) mostra como a ordem do discurso é organizada por filtros que dão visibilidade para alguns saberes e oculta e interdita outros enunciados.

*São especialmente perturbadores os relatos que envolvem as prestigiadas faculdades de medicina da USP e da UNESP. Que médicos são esses formados ao lado de colegas que naturalizam o abuso sexual, o bullying e a violência física em nome de um suposto sentimento tribal de pertencimento e superioridade....*

É importante reivindicar das universidades, sobretudo, à gestão que tome providências diante dos casos que ocorrem nas mesmas e possam responder população publicamente com resultados concretos das ações realizadas face às denúncias recebidas e, também, como prevenção de novos casos por meio de uma política de promoção da saúde que transforme o cotidiano do espaço universitário, tornando-o um lugar que seja exemplo para outros estabelecimentos. Trotes e atos contínuos de preconceito e violências as mais diversas contra mulheres têm ocorrido em grandes universidades do estado de São Paulo, tais como: USP e UNESP e devem ser enfrentados.

As universidades, pouco têm feito para prevenir casos de violências contra mulheres nos espaços internos destas instituições. A agência de formação se torna exemplo negativo do que se deve praticar no cuidado integral e complexo às vidas de mulheres. A foto da notícia materializa a visão de um lugar abstrato, sem pessoas, ao focar em um prédio e plantas de projeto arquitetônico modernista. A ideia da modernidade implicou em colonialidades de gênero juntamente com a do espaço e dos saberes, de acordo com autoras e autores dos estudos da decolonialidade. Bakhtin (2009) assinala o quanto o discurso tem circularidades e dialéticas culturais na semiologia que trazem modos de noticiar a violência contra a mulher de forma ambígua e marcada por paradoxos e conflitualidades.

A colonialidade do Ser refere-se ao processo pelo qual o senso comum e a tradição são marcados por dinâmicas de poder de carácter preferencial: discriminam pessoas e tomam por alvo determinadas comunidades. (Maldonado-Torres, 2008, p. 96).

É a colonialidade do gênero constitui-se pela colonialidade de poder, saber, ser, natureza e linguagem, sendo também constitutiva dessas. Elas são crucialmente inseparáveis. Uma maneira de expressar isso é que a colonialidade do saber, por exemplo, é gendrada e que sem entender seu caráter gendrado não se entende a colonialidade do saber. Mas quero aqui me adiantar dizendo que não existe descolonialidade sem descolonialidade de gênero. Então, a imposição colonial moderna de um sistema de gênero opressivo, racialmente diferenciado, hierárquico, permeado pela lógica moderna da dicotomização, não pode ser caracterizada como circulação de poder que organiza a esfera doméstica, como oposta ao domínio público da autoridade e a esfera



como notícia os casos de assédio que são cometidos no mundo do esporte contra as mulheres. Atletas do futebol americano se uniram pedindo justiça. “ **Quando é que deixaremos de tratar mulheres do esporte como cidadãs de segunda classe** ”.

Construir práticas exitosas com políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência sexual cometido contra mulheres no mundo dos esportes é uma ação prioritária na agenda de todas as pessoas que ocupam a gestão e as que desejam colaborar para a educação esportiva e cuidado com as mulheres que participam deste espaço social que deve combater a misoginia, os sexismo, a violência de gênero e toda sorte de preconceitos e estigmas como parte de seu legado e prática de ensino por meio do exemplo. Bakhtin (2009) ressalta que a cultura, o entretenimento, o lazer e o esporte como lugares de disputas semânticas, marcadas pela intertextualidade e pelos lugares sociais de quem fala e de como faz o que diz circular no sistema de difusão e distribuição do mundo dos esportes, das mídias, do entretenimento e lazer ligados às contradições dos marcadores de gênero, raça/etnia, faixa etária, territorialidade, poderes e saberes.

***“ Homens que protegem homens que cometem abusos contra mulheres ”.***

A frase mostra que há um movimento de homens que se protegem contra as denúncias e punições, se apoiando na cultura da violência e do estupro como reprodução patriarcal e misógina no mundo dos esportes, o que explicita a violência de gênero presente na realidade esportiva, sobretudo, no futebol. Esta cumplicidade é resultado de séculos de machismo, perpetuada por coisificações dos corpos das mulheres como troféu e prêmio a jogadores e treinadores, diretores de clubes e com uma complacência por muito tempo de quem patrocina. Este cenário tem mudado, apesar de ainda lentamente ser o movimento de crítica e combate à violência de homens contra mulheres, no mundo esportivo.

***“As vezes não é simplesmente um caso de homens protegendo homens. É poder protegendo o poder”.***

Saffioti (1999) assinala que há um jogo de poder de homens que ocupam espaços burocráticos, institucionais, políticos, econômicos e culturais que os colocam em privilégios de branquitude, de classe e de gestão que os blindam em redes de apoio mútuo, as quais modulam a repetição da violência sem que se explicita o que de fato está acontecendo, o que coisifica mulheres e produz intenso mal-estar na medida em que mostra o quanto a justiça é falha e a injustiça de gênero se evidencia no cotidiano sem que se tome ações efetivas de cuidado às mulheres e de julgamento e condenação de homens violentadores.

Relações de poder sobre os corpos de mulheres, perpetuadas por gênero é um processo que foi abordado por Michel Foucault (1979; 1988), ao trabalhar as análises das práticas como docilização e submissão dos corpos de mulheres, sobretudo, com o aval da ordem médica e pela naturalização do chamado poder pastoral, em que o direito natural seria usado para justificar a inferiorização das mulheres e seu lugar de objeto a ser alvo do poder masculino. Na biopolítica, o poder de deixar morrer e matar em nome da vida é definido por Foucault (1999) como biopolítica e implica em um racismo de sociedade e de Estado em que determinados segmentos da população são colocados como vidas de maior valor e hierarquizados em escalas de proteção e cuidado na sociedade contemporânea. Ora, as mulheres, na biopolítica foram colocadas em escala de menor valor diante dos homens e na dimensão da subjetividade, reduzidas aos corpos-espécie disciplinares a serem submetidas politicamente e a viverem processos de docilização por lógicas masculinas que as modulam na passividade e no silêncio face à violência.

***“Recebemos muito menos cobertura da mídia, muito menos patrocínio empresarial e muito menos amor e respeito dos torcedores.”***

O modo de organizar as premiações, salários, incentivos, patrocínios, treinos, hospedagens e acessos às equipes e materiais de ponta no mundo esportivo tem relação com o sistema de valorização de uma sociedade com seus mecanismos de distinção e discriminações, formas de dominação e meritocracia de acordo com gênero, raça/etnia, classe, territórios, faixa etária, identidade sexual etc. Trata-se do que Butler (2019) descreveu como os quadros de guerra, ao pensar as interpretações como enquadramentos das existências nos seus modos de vida e nas maneiras da sociedade gerir as classificações, preconceitos, valores, gramáticas e reconhecimentos a partir de códigos, linguagens e escalas de atenção a cada setor e grupo social.

***“Como no resto da sociedade, o mundo do esporte tem por base uma dinâmica simples e perturbadora : com algumas poucas exceções, uma das quais o tênis profissional, as mulheres no esporte têm posição inferior a dos homens.”***

A hierarquia é um sistema de poder, de colonialidade, capacitista baseado em lógica de desempenho e de performances masculinizadas, misóginas e de valorização das vidas dos homens em contraponto à desvalorização das mulheres. No contexto da biopolítica, Foucault (1988) afirmou que o racismo de Estado e de sociedade é um modo de inferiorizar algumas pessoas e grupos sociais e hipervalorizar outras pessoas e grupos, em uma classificação que torna alguns superiores e dignos de viver enquanto outros são deixados à própria sorte até sucumbirem à morte.

Esta é uma realidade, sendo reproduzida em quase todos os esportes e por boa parte de atletas, na medida em que a performance corporal expandida anda junto com a dominação política das mulheres por meio do corpo físico atravessado pela história, marcada por preconceitos e discriminações hierárquicas, no modelo liberal e neoliberal. Rago (1985) destacou o quanto os corpos de mulheres foram alvo do poder disciplinar ao longo dos últimos cento e cinquenta anos por meio de práticas de

higienismos e opressões no mundo do trabalho. Os esportes são modos de trabalhar e reproduzem as realidades da divisão social do trabalho com suas respectivas explorações dos corpos e desigualdades sociais e econômicas.



Figura 8: Jornal Folha de São Paulo, 08.10.2021

**Título da notícia: “A mídia que violenta mulheres”.** A notícia publicada no dia 08 de outubro no jornal *Folha de São Paulo*. A foto da reportagem deixa patente o silenciamento de mulheres como estratégia de violência psicológica de ameaça e terror diante da objetificação sexual. A denúncia nem sempre é simples e o medo de notificar e não conseguir proteção e apoio ou até mesmo confiança no depoimento e credibilidade da justiça na efetiva atenção necessária para ser cuidada deixa muitas mulheres assustadas, amedrontadas e preocupadas com os desdobramentos de denúncias diante de um sistema de justiça e policial que, muitas vezes, protege homens violentadores e efetua a cultura do estupro de modo naturalizado.

**“ Até agora a gente não tem nenhum vestígio, nada. Ela nunca fez isso. É angustiante, a cada minuto que passa vai ficando desesperador, agente já procurou de todas as formas em todos os lugares possíveis.”**

O depoimento dado a um canal de notícias on line mostra o desespero da irmã de Maria da Glória Rodrigues, que foi estuprada e morta a caminho de casa, seu corpo foi encontrado dias depois do desaparecimento concretado em uma parede de uma casa em obras. Arendt (2004), destaca que a violência é o resultado da impotência e da perda de controle sobre o corpo e a vida. Desta forma, Foucault (2008a; 2008b; 2011) nos alerta que a violência é um dispositivo no sentido de impedir a resistência, a opressão, a submissão física e a posse do corpo como objeto sexual.

A matéria seguinte para análises é de um acontecimento bastante dramático no Brasil, que impactou tanto que chegou a resultar em uma lei, após a veiculação da notícia deste caso com os mais difentes problemas que o cercou, sobretudo, repercutindo mais violência e reprodução de vitimizações da mulher afetada diretamente por esta realidade dura. A violência de gênero pelo Poder Judiciário, especialmente, foi a que mais impressionou a sociedade nesta situação lamentável de violência de um homem de classe abastada contra uma mulher. Visualizar o quanto os desdobramentos jurídicos e policiais da denúncia tiveram efeitos de repetição da violência que Mariana Ferrer sofreu. A Folha trouxe o caso, apontou várias dimensões vividas por Mariana, o que foi extremamente importante. Mas vale destacar que não houve uma abordagem mais incisiva no que tange colocar em xeque o lugar deste homem que reiteradamente violentou Mariana, que era um empresário e estava consciente do que fez, sem com isso, ter sido responsabilizado diante da gravidade do que fez e continuou a fazer. Logo, a postura da Folha foi ambígua, no mínimo, neste caso.

## Justiça de SC confirma absolvição de acusado de estupro Mariana Ferrer

Por unanimidade, tribunal manteve sentença de 1ª instância; influencer vai recorrer ao STJ

Luiza Mesquita e  
Amanda Vianna de Hollander

Um homem de 37 anos, acusado de estupro de Mariana Ferrer, foi absolvido por unanimidade pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) nesta quinta-feira (7). O acusado, André Arantes, foi absolvido por unanimidade pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) nesta quinta-feira (7). O acusado, André Arantes, foi absolvido por unanimidade pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) nesta quinta-feira (7).



O empresário André Arantes (à esquerda) e a promotora de eventos Mariana Ferrer

Na quinta-feira, o acusado foi absolvido por unanimidade pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) nesta quinta-feira (7). O acusado, André Arantes, foi absolvido por unanimidade pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) nesta quinta-feira (7).

Na quinta-feira, o acusado foi absolvido por unanimidade pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) nesta quinta-feira (7). O acusado, André Arantes, foi absolvido por unanimidade pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) nesta quinta-feira (7).

Na quinta-feira, o acusado foi absolvido por unanimidade pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) nesta quinta-feira (7). O acusado, André Arantes, foi absolvido por unanimidade pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) nesta quinta-feira (7).

Na quinta-feira, o acusado foi absolvido por unanimidade pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) nesta quinta-feira (7). O acusado, André Arantes, foi absolvido por unanimidade pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) nesta quinta-feira (7).

Figura 9: Jornal Folha de São Paulo, 08.10.2021

**Título da notícia:** “Justiça de Santa Catarina confirma absolvição de acusado de estuprar Ferrer”, em matéria de 08 de outubro de 2021, na *Folha de São Paulo*, há a apresentação de uma matéria com a notícia de que, em Santa Catarina, a justiça absolveu o acusado de estuprar Mariana Ferrer. O empresário acusado, tinha 44 anos e ela, 21 anos, na ocasião do fato ocorrido, em 2018, em um espaço chamado Clube Café de La Musique. Segundo relato da vítima, ela foi dopada e estuprada pelo empresário. Ele relatou que ela fez sexo oral com ele e não estava dopada nem foi forçada. Segundo a perícia, havia indícios do sêmen dele e sangue dela. Porém, no exame toxicológico, não existia provas da ingestão de álcool e outras drogas.

A foto é emblemática porque apresenta a mulher vítima da violência como sedutora e a do empresário autor da violência sexual descontraído e de camiseta, simples e com expressão de “bom moço”. Esta edição realizada na foto e a própria escolha de fotografia não é fortuita, tem relação com um modo de dizer algo com um conjunto de interpretações de violência de gênero e cultura do estupro, sobretudo, pelo autor da violência ser um empresário da elite de Santa Catarina/RS que foi absolvido. O texto jornalístico em tela enfatiza a ideia de que a vítima estava sob efeito de drogas e em uma casa de show, como tudo isto justificasse que ela sofresse violência, mostrando a ideia de que se de fato aconteceu a violência, ela teria merecido e atraído esta consequência para si pelo modo dela se comportar, se vestir, do lugar em que estava à noite e sua palavra é invalidada por ela estar sob efeito de drogas, de acordo com a perícia.

*“Jamais teria uma filha do teu nível”; Não dá para dar seu showzinho, teu showzinho você vai lá dar no seu Instagram depois, para ganhar mais seguidores. Você vive disso”; “Não adianta vir com esse seu choro dissimulado, falso e essa lágrima de crocodilo”.*

Os discursos proferido pelo juiz que estava com a prerrogativa de ser neutro na análise e julgamento processual nos diz da imparcialidade do sistema de justiça no caso. Como destaca Foucault 1999; 2008, é possível diferenciar poder de violência e distinguir opressão e dominação da potência no exercício das relações dinâmicas e móveis. A prática jurídica que é destacado no texto demonstra o que é dito por Saffioti (1999), a existência das diversas práticas como elementos de composição de uma cultura patriarcal e do estupro na base da construção da sociabilidade de gênero. Ora, o discurso proferido por Mariana Ferrer sempre é no intuito de desqualificá-la como pessoa, como mulher ao ponto *de*:

***“Eu tô implorando por respeito, no mínimo. Nem os acusados nem os assassinos são tratados da forma como eu tô sendo tratada. Pelo amor de Deus, gente”.***

Segundo dados do IPEA (2014), a saúde mental e coletiva de mulheres tem sido extremamente impactada pela violência, especialmente, a sexual que traz sequelas e consequências danosas para a população em tela. Os indicadores deste Instituto assinalam o quanto as mulheres sofrem gravíssimos efeitos nos seus corpos, psiquismos e existências diante da cultura do estupro. Na matéria acima, a saúde mental de Mariana Ferrer fica comprometida também com a própria ação do Poder Judiciário na caso, na medida em que ela é alvo de violência de gênero por operadores do Direito, que a atacam em pleno momento de vulnerabilização da mesma no julgamento que deveria punir o seu provável algoz. A *Folha de São Paulo* deu mínima atenção às violências de gênero sofridas por Mariane Ferrer durante o processo em que ela era a vítima e devia ser cuidada e protegida e não duplamente violentada, sofrendo violência de gênero pelo próprio Sistema de Justiça Criminal que deveria zelar pela garantia dos seus direitos.

Segundo Machado (1988), o dispositivo da sexualidade foi criado com a psiquiatrização dos corpos de mulheres, desqualificação das vítimas, pedagogização do

sexo como gestão da confissão para controlar socialmente as subjetividades e difundir informações que atrelam mulheres à anormalidade e à culpa pela violência que sofrem. Neste sentido que Foucault (1978) alertou para o fato de que o sexo e a sexualidade foram colocadas em discurso e não impedidos de circular, mas sim, incitados como controle dos corpos de mulheres pela medicalização das condutas a partir da erotização e sexualização dos corpos das mulheres. Mariana Ferrer é colocada na posição de sujeito de uma mulher tornada abjeta, descrita como alguém que não é digna de ser levada a sério e, portanto, de certo modo, não teria sido vítima de estupro porque foi construída como alguém que estava supostamente em oferta “na noite”.

Vigora na sociedade um manto conservador e machista que além de resistir em aceitar a existência de uma cultura de estupro, faz notória displicência aos direitos da mulher, compactuando, assim, com a vigência do culto aos assédios sexuais e com o prosseguimento da opressão da mulher (SOMMACAL; TAGLIARI, 2017, p. 253).

O caso ganhou repercussão nacional, sobretudo, após a difusão de humilhações sofridas por Mariana pelo Poder Judiciário, gravadas durante o julgamento de André de Camargo Aranha. Na notícia, há o relato que André foi absolvido na segunda instância, também; havia sido na primeira e Mariana recorreu. A presente matéria relata que ela iria recorrer ao STJ (Supremo Tribunal Federal). A matéria relata situações de violência verbal, humilhações e desqualificações do discurso que a vítima sofreu durante o processo por parte do advogado do empresário, pela ação do juiz e do Ministério Público. Estas situações produziram indignação imensa e houve protesto de mulheres no Brasil e fora do país, #JustiçaPorMariFerrer. A situação teve desdobramentos que produziram a Lei Mariana Ferrer para coibir atos de violência de gênero do Poder Judiciário.

A violência contra a mulher constitui-se em fenômeno social persistente, multiforme e articulado por facetas psicológica, moral e física. Suas manifestações são maneiras de estabelecer uma relação de submissão ou de poder, implicando sempre em situações de medo,

isolamento, dependência e intimidação para a mulher. É considerada como uma ação que envolve o uso da força real ou simbólica, por parte de alguém, com a finalidade de submeter o corpo e a mente à vontade e liberdade de outrem (BANDEIRA, 2014, p. 460).

A notícia deixa explícita a cultura do estupro de modo patente como um modo organizador das relações sociais e que vem sendo interrogada no sistema de comunicação de forma ainda tímida diante da gravidade desta realidade. De certo modo, a maneira como a notícia foi relatada deixou uma certa ambiguidade em relação à situação narrada, o que é delicado em tempos em que mulheres são extremamente violentadas, no Brasil.

A compreensão do que é a prática da dominação masculina por meio, também, da violência simbólica, obriga os indivíduos verdadeiramente compromissados com o fim do estupro a desconstruírem a própria compreensão do papel do homem e da mulher dentro da sociedade. E uma vez compreendido o modo em que se constitui a divisão de papéis sociais entre dominador e dominado, é possível romper a fonte que alimenta esse sistema padrões em prol de um sistema igualitário, como o defendido pelo feminismo. Somente com a desconstrução de que justificam qualquer tipo de dominação masculina que a cultura do estupro tenderá à inanição ou a ser deliberadamente aniquilada. Dessa forma, ao perder seu principal alicerce, a saber - a ideia de que homens têm direito a ter acesso livre ao corpo da mulher - a cultura do estupro também tem eliminada a justificativa para que a violência sexual seja, de alguma forma, aceita ou tolerada pela sociedade (Sousa, 2017, p. 27).

A *Folha* não se posicionou como deveria de modo mais enfático neste caso, cobrando ações concretas de justiça e de cuidado, nas diversas esferas das políticas públicas. O sistema sexo-gênero tem sido pouco questionado e interrogado, ainda é naturalizado pela lógica da violência banalizada contra os corpos de mulheres. A hipersexualização das mulheres, atrelada à erotização como coisificação e reprodução do machismo são valores e modos de relação social que marcam ainda o sistema de comunicação no Brasil.



Figura 10: Jornal Folha de São Paulo, 25.10.2021

**Título da notícia: “Jogadora de futebol entra em campo contra abuso sexual” , a matéria publicada na *Folha de São Paulo* no dia 25 de outubro de 2021, traz como destaque o discurso da jogadora “Cada chute que eu dava, menor era a dor que eu sentia. Chuto muito forte até hoje. Era como se eu pegasse meus problemas , fizesse uma bola de neve e chutasse em direção ao gol, Foi um jeito de lidar com essa mágoa, esse sentimento ruim”.**

O próprio esporte se tornou um lugar para descarregar a dor de tanta violência sofrida, uma maneira de expressar a angústia e extravasar o pedido de ajuda e socorro de tudo que está calado no peito e entalado na garganta para esta esportista entrevistada pelo jornal. Fazer um gol e defender o time com garra se tornou um objetivo de vida para resistir à violência vivida. O esporte deste modo passa a ser um vetor de elaboração das mágoas como relata a matéria. Toda a lembrança negativa e toda memória de violências diversas experimentadas ganha outra dimensão a partir da positividade do jogo, que permite transformar a raiva e o ressentimento em justiça social. Contudo, não se pode ficar restrita a este contentamento e deixar de enfrentar a violência sexual por meio de políticas sociais e jurídicas que levem a situação para a esfera pública e julgue

o crime da violência perpetrado bem como ofereça apoio psicossocial e comunitário à jogadora.

As marcas das violências sofridas são presentes nas emoções, psiquismos, corpos, pensamentos, sentimentos e vivências de mulheres, no mundo todo e geram danos inomináveis nas vidas das mesmas. As dores são indescritíveis e as sequelas geram impactos tangíveis e intangíveis, na esfera pública e privada, na nossa sociedade. Os custos da violência contra as mulheres deveriam ser calculados em inúmeras realidades no campo da sociedade e das políticas públicas para que sejam feitas ações que mostrem também os prejuízos econômicos, as marcas indelévels nos esportes e os impactos nas gerações posteriores das práticas de violência contra as mulheres para todas as pessoas.

A próxima matéria trás como título: “Gênero feminino. Aumenta a proporção de crianças com até 13 anos vítimas de estupros no Brasil”. A notícia foi publicada em 26 de outubro de 2021. Uma das mulheres citada na matéria é do Mato Grosso do Sul, tem 41 anos e é apresentada como um dos casos de mulheres que sofreu violência sexual no início da adolescência. Ela diz “Eu tinha um ódio tão grande“, e complementa “ Virei a filha rebelde e comecei a me prostituir”. Outro caso relatado é o de mulher de 31 anos, que começou a sofrer abusos sexuais cometidos pelo padrasto delas quando a mesma tinha 11 anos de idade. Conforme a matéria, os dados publicados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021 em 60% dos casos, o abusador estava dentro da própria casa da criança e, em 82,6%, o violentador era conhecido.

Quando a estatística é calculada sobre estupro de crianças com até 4 anos de idade, em 70% dos casos, o abusador morava dentro da mesma casa em que a criança.

[...] o estupro é um emaranhado complexo entre o corpo, o olhar, a moral que esta história vem lembrar. A vergonha, inevitavelmente sentida pela vítima, liga-se à intimidade imposta, à imagem que se oferece dela, à sua publicidade possível [...] o mal ultrapassa a vítima para transformá-la aos olhos dos outros (VIGARELLO, 1998, p.8).

O discurso da imprensa portuguesa e brasileira sobre a violência contra as mulheres: um estudo dos diários *Público* (Portugal) e *Folha de São Paulo* (Brasil) no final de 2021

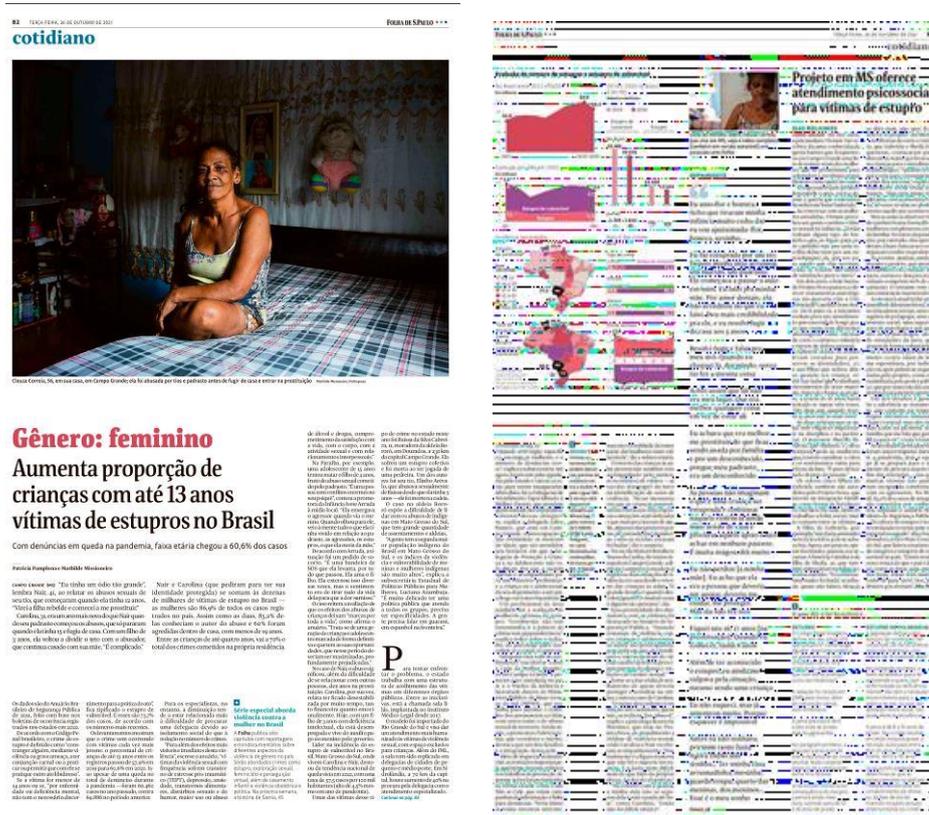


Figura 11: Jornal Folha de São Paulo, 26.10.2021

**Título da notícia: Gênero: feminicídio – Aumenta proporção de crianças com até 13 anos vítimas de estupro no Brasil**

**“Para além dos efeitos mais visíveis e imediatos desta violência” escreve o anuário “vítimas da violência sexual com frequência sofrem transtorno de estresse pós-traumáticos (TEPT), depressão, ansiedade, transtornos alimentares, distúrbios sexuais e do humor , maior uso ou abuso de álcool e drogas , comprometimento da satisfação com a vida, com o corpo, com a atividade sexual e com relacionamentos interpessoais.”**

Além da dor da própria violência imediata ao ato sofrido, há um conjunto de sequelas e consequências nefastas para as mulheres, ao longo de suas vidas. Diversos efeitos de aniquilamento são vivenciados na saúde mental de mulheres vítimas de

violência posteriores à ocorrência das situações de abuso sexual, de opressão, de dominação, de discriminação, de exploração e de assédio sexual. Várias psicopatologias são desenvolvidas nas vidas das mulheres desde a adolescência, pois, muitas sofrem violências desde os primeiros meses de existência. A fotografia da matéria assinala a realidade de uma mulher pobre, negra, com baixa escolaridade alvo de uma história da violência extremamente triste e que a marcou profundamente.

A relação entre usos de drogas, esportes e violência contra as mulheres tem sido analisada por pesquisadoras(es) sobre os temas do femicídio, violência de gênero e performances físicas/sexuais (BANDEIRA, 1998). As relações estabelecidas entre esporte, machismo, esporte e gênero marcou também regularmente a produção dos comerciais de televisão, de revistas e de diversas formas de propaganda em filmes, campeonatos importantes e publicidade de produtos esportivos etc. Logo, observa-se que a comunicação, o esporte, a violência contra as mulheres e as drogas, sobretudo, álcool e cigarros foram associados como partes de um dispositivo de coisificação das mulheres e dos seus corpos, nas últimas décadas. Nos últimos dez anos, acompanhou-se um recuo dessa relação, apesar de tímido, mas significativo, na medida em que as propagandas de álcool e cigarros foram reguladas, sendo diminuídas e até mesmo barradas em muitos veículos de comunicação, como a televisão aberta, por exemplo.

A matéria que foi apresentada em duas paginas na edição de 24 de outubro de 2021, relata que estas violências produzem sofrimento psíquico intenso nas vítimas, podendo ser associados ao uso de drogas, ao adoecimento mental, situações de depressão, transtornos de humor, dificuldades na escolarização e diversos problemas na sexualidade e nos relacionamentos futuros das pessoas que sofreram violência sexual. A notícia apresenta a necessidade urgente do desenvolvimento de políticas para as mulheres eficazes e em rede, alerta para os aspectos de violência de gênero que estão envolvidos nas situações delimitadas na matéria, tanto na violência sexual quanto nos casos de femicídio.



Figura 12: Jornal Folha de São Paulo, 15.11.2021

**Título da matéria: “Lei obriga síndico a notificar violência doméstica em São Paulo”.** matéria de 15 de novembro de 2021. Os síndicos ficaram obrigados a denunciar à Polícia Civil as seguintes situações: violência contra crianças, adolescentes, mulheres e idosos. A lei obriga que os condomínios façam ampla divulgação nas áreas de usos comuns de moradores. As pessoas que residem no condomínio também têm, segundo a lei, a obrigação de realizar a denúncia. O debate e a existência da lei cumpre uma função educativa.

A notícia é importante na medida em que assinala o papel do síndico e do condomínio residencial com moradores(as) que passam a ser obrigados(as) por lei em São Paulo a denunciarem quem produz violência contra as mulheres. Responsabilizar a administração dos condomínios e quem reside é relevante porque acaba com o silêncio que mata o corpo físico e mortifica o eu das pessoas violentadas e de seus familiares.

***“Isso tem que ser um ato de qualquer pessoa. Sobra pra agente, mas todos deveriam ser conscientes de que todo mundo tem que ligar”.***

A notificação de violências realizadas em condomínios, em repartições públicas, no comércio, nas escolas, em serviços de saúde, na assistência social e no turismo etc tem se tornado uma ação cada vez mais demandada como obrigatória tanto legalmente quanto como questão ética e de responsabilidade diante da gravidade do problema da violência como saúde pública. Há uma implicação social em termos de responsabilidade de denunciar e notificar a violência em que se presenciou ou se ouviu na vizinhança e entre pessoas próximas como ação política e dever comunitário. A foto da síndica revela a concepção do jornal face à notificação obrigatória para condomínios, em São Paulo porque a síndica aparece pequena perto da quantidade de prédios e apartamentos sob sua responsabilidade.

A ação de conscientização do condomínio e a criação da lei que obriga a notificação dos mesmos diante das práticas de violência contra as mulheres é uma realidade que vem ganhando relevância nos últimos anos, a partir da pressão dos movimentos feministas e das lutas de mulheres contra a cultura do estupro porque havia a convivência de inúmeros agentes sociais e instituições com a ideia de que “em briga de marido e mulher ninguém deveria meter a colher”.

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. (FOUCAULT, 1979, p.8).

Ora, o que está em jogo é a luta pelos discursos e a cultura ideológica que o perpassa e dá consistência para ser reproduzido. A guerra e as batalhas que as consituem são da ordem do discurso na disputa permanente de pensar quem se posiciona a favor do direito das mulheres e da condição de cidadã das mesmas. Portanto,

há quem discorde do campo dos direitos das mulheres e as transforme no discurso em objetos e coisas tal como propriedade.

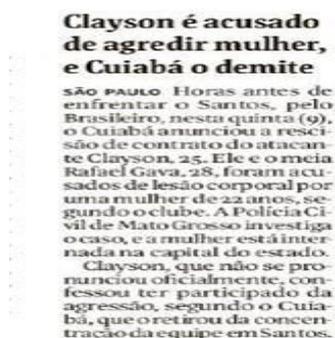


Figura 13: Jornal Folha de São Paulo, 10.12.2021

**Título da matéria:** Clayson é acusado de agredir mulher, e Cuiaba o demite. A matéria, publicada na edição do dia 10 de dezembro de 2021, trabalha com a denúncia de um jogador de futebol de 25 anos do Cuiabá Esporte Clube, que foi acusado de realizar violência contra uma mulher de 22 com a qual ele se relacionou. Rafael Gava, de 28 anos, outro jogador o ajudou. O clube de futebol rapidamente o demitiu após ter ciência da conduta do jogador.

Esta ação foi destacada pelo jornal *Folha de São Paulo* como impactante porque ele cometeu uma violência. Neste aspecto, o jornal e o clube de futebol foram coesos face ao acontecimento e agiram de boa fé. Apesar deste desfecho, vale destacar que é algo ainda restrito e pouco evidenciado em uma sociedade do desempenho que toma o esporte, o trabalho, a educação, o lazer, a ciência, a gestão, a conjugalidade, a amizade e a espiritualidade como empresas e negócios de rendimentos performáticos que envolvem o sexo, sucesso, mídias, dinheiro, marketing e euforia como modos de existências.

Wacquant (2002) destaca, em livro sobre a etnografia do mundo do boxe, o quanto o cotidiano do mundo dos esportes é repleto de práticas de violência sexual,

assédios, abusos, intimidações, ameaças e pressões ligadas ao sexo, às drogas, à violência e ao comércio dos corpos e das relações. O sexo se torna um tipo de moeda de troca em negociações permanentes, a barganha sexual passa a ser parte de um jogo e capital na relação com os contratos, os treinos e a escala das equipes a serem vitrine esportiva.

***“Clayson que não se pronunciou oficialmente, confessou ter participado da agressão, segundo o Cuiabá, que o retirou da concentração da equipe em Santos”.***

Confessar o crime foi uma forma de tentar se redimir com o clube de futebol e com a torcida. Contudo, a gravidade da questão não é só da ordem do reconhecimento, mas também da responsabilização. Butler (2019) ressalta que a ética da responsabilização é fundamental como apreensão das precariedade da vida em uma dimensão de cuidado com a alteridade e proteção de que historicamente foi tratado como não digno de luto.

A confissão do jogador acontece após muitas pressões e denúncias, fatos que demonstram a mobilização coletiva e a visibilidade que a violência ganhou na sociedade a partir da organização de redes de mobilização que não aceitam mais ocultar a violência contra a mulher e, muito menos, deixar que o mundo do esporte fique em cima do muro sem se pronunciar diante da objetificação dos corpos das mulheres. Denunciar, mobilizar coletivos para provocar ações concretas de notificações e o que vem sendo chamado de escracho público de pessoas autoras de violência tem sido um movimento relevante da sociedade nos últimos anos por meio também dos dispositivos de comunicação social. Assim, Foucault (1999) afirma o seguinte:

Nessa luta geral de ele fala, aquele que fala, aquele que diz a verdade, aquele que narra a história, aquele que recobra a memória e conjura os esquecimentos, pois bem, este está forçosamente de um lado ou do outro: ele está na batalha, ele tem adversários, ele trabalha para uma vitória particular. Claro, sem dúvida, ele faz o discurso do direito, e faz valer o direito, reclama-o. Mas o que ele reclama e o que faz são os “seus” direitos – “são os nossos direitos”, diz ele: direitos singulares, fortemente marcados por uma relação de propriedade, de

conquista, de vitória, de natureza. Será o direito de sua família ou de sua raça, o direito de sua superioridade ou o direito da anterioridade, o direito das invasões triunfantes ou o direito das ocupações recentes ou milenares. (p.60).

Ora, o que está em jogo é a luta pelos discursos e a cultura ideológica que o perpassa e dá consistência para ser reproduzido. A guerra e as batalhas que as consituem são da ordem do discurso na disputa permanente de pensar quem se posiciona a favor do direito das mulheres e da condição de cidadã das mesmas. Portanto, há quem discorde do campo dos direitos das mulheres e as transforme no discurso em objetos e coisas tal como propriedade.

## 4.2 PÚBLICO

O jornal referido tem grande circulação e impacto de seriedade em Portugal, atinge um número grande de pessoas, é recebido como um veículo de comunicação importante e conta com equipe editorial e de jornalistas bem formados com um trabalho consistente e crítico. As matérias analisadas tratam em grande parte da violência contra mulheres esportistas, em geral, jogadoras de futebol e violentadas por treinadores e pelos empresários diretores dos times em que estas mulheres treinam. Os significados e sentidos das matérias são apropriações singulares de quem escreve, quem edita, quem fotografa, quem imprime os jornais, quem gere o caderno da publicação, por quem financia as mídias assim como os times de futebol também o são e estão em relação de intertextualidade, conforme as definições semiológicas de Bakhtin (2009).

No Jornal *Público* no mês de outubro foram encontradas três reportagens sobre violência, mas apenas uma se enquadrava no recorte da tese a qual foi selecionada para a análise. No mês de novembro tivemos 8 reportagens sendo destacada para análise três reportagem. Em Dezembro foram três reportagens, sendo duas destacada para análise.

Há efeitos de verdade que uma sociedade como a sociedade ocidental, e hoje se pode dizer a sociedade mundial, produz a cada instante.

# O discurso da imprensa portuguesa e brasileira sobre a violência contra as mulheres: um estudo dos diários *Público* (Portugal) e *Folha de São Paulo* (Brasil) no final de 2021

Produz-se verdade. Essas produções de verdade não podem ser dissociadas do poder e dos mecanismos de poder, ao mesmo tempo porque esses mecanismos de poder tornam possíveis, induzem essas produções de verdade têm, elas próprias, efeitos de poder que nos unem, nos atam. São essas relações verdade/poder, saber/poder que me preocupam. (Foucault, 2004, p.229).

A presente matéria aborda a tentativa do silenciamento de uma jogadora de futebol que foi vítima de assédio pelo treinador do time em que jogava. Mas teve pouco apoio para denunciar e relata o quanto a prática é comum e difícil de ser provada. A reportagem apresenta meandros do mundo do futebol, sobretudo, no treinamento de mulheres, em que a coisificação do corpo das mulheres se dá de forma mais contundente e constante pela história do machismo e do patriarcado, pelo sexismo e preconceito instrumentalizam as mulheres.



Figura 14: Jornal Público, 30.10.2021

Título: “É melhor ficares calada antes que algo de pior aconteça”. Matéria publicada em 30 de outubro de 2021. Na matéria uma jogadora de 19 anos do futebol feminino, em Portugal, resolve denunciar as práticas de assédio sexual e desqualificação



verbal permanente que sofrem as jogadoras mulheres, nos espaços de treinamento. A matéria assinala a coragem da jogadora porque é comum não existirem denúncias nesta realidade, no mundo esportivo, tomado pelas masculinidades priorizadas como modelo de força, virilidade e performance física de sucesso nas competições. Foucault (1979) salientou como a disciplina molda corpos e desempenhos, também pela erotização e por meio do aumento da submissão política de gênero e de classe social, visando ampliar a produtividade e a hierarquia, em uma sociedade disciplinar que organiza a meritocracia como valor de um ser, em um sistema de comparação de produção.

***“O que não pode acontecer é o silêncio, mesmo que seja uma denúncia para proteger terceiros, e já não uma denúncia do interesse da vítima, que até pode já ter deixado a actividade ou já não ter contacto com determinado agente desportivo”.***

A foto da matéria traz à tona as pernas de mulheres no futebol que são delienadas e aproxima da bermuda, apontando implicitamente a violência sofrida por mulheres no mundo dos esportes, especialmente, em um esporte historicamente dominado por homens. Especialmente, a notícia assinala a relevância de denunciar sempre e não se omitir mesmo quando os resultados das notificações não atenderem mais uma mulher específica por ter prescrito ou pelo fato do autor da violência não fazer mais parte do quadro do clube ou da direção do mesmo.

***“Temos alguma permissividade em termos de cultura para determinados tipos de toque, que são as vezes normalizados. No desporto em particular, a potencial vítima terá dificuldade em reconhecê-lo como abuso num primeiro momento”.***

A cultura do estupro se tornou tão banalizada que, muitas vezes, mulheres não percebem o que está acontecendo. A violência não é reconhecida porque passou a ser naturalizada, dada a coisificação experienciada pelas mulheres no cotidiano, em um vida inteira. Para Foucault (1996), o saber anda junto com o poder e as formas de defender a sociedade, desta maneira, a violência acaba entrando em um jogo de

agenciamento da própria mídia e do Estado Democrático como efeito do mal-estar da civilização e da modernidade.

É muito comum o receio das represálias, o que faz a maioria das jogadoras não realizarem denúncias e guardarem segredo das violências vividas no cotidiano dos centros desportivos. O Jornal *Público* trouxe vários aspectos da realidade, entrevistou diferentes atores e atrizes institucionais, fazendo uma matéria longa e contextualizada, aprofundada dada à seriedade dos fatos e a relevância da cobertura jornalística. São apresentadas posições do Ministério Público, da Polícia Judiciária e de uma Psicóloga Desportiva integrante do Comitê Olímpico de Portugal. São ressaltadas várias dimensões da violência sexual e do assédio, tais como: culpa, vergonha, medo e conflitos em relação à lealdade.

[...] somos forçados a produzir a verdade pelo poder que exige essa verdade e que necessita dela para funcionar; temos de dizer a verdade, somos coagidos, somos condenados a confessar a verdade ou a encontrá-la. O poder não pára de questionar, de nos questionar; não pára de inquirir, de registrar; ele institucionaliza a busca da verdade, ele a profissionaliza, ele a recompensa. (FOUCAULT, 1999, p.29).

A notícia abaixo traz a narrativa sobre o movimento social *Me too* no futebol feminino, em um circuito mundial. A matéria frisa que um dos disparadores foi a partir de um assédio sexual praticado por um treinador de Serra Leoa. A FIFA afirmou que ia se posicionar, mas não o fez até o momento da reportagem. A referida federação esportiva internacional de certo modo coloca panos quentes na realidade grave da violência sexual comum no mundo dos esportes cotidianamente e acaba, assim, colaborando para a cultura do estupro. As mídias colocam o dedo na ferida, mas é possível afirmar que o fazem de forma tímida diante da gravíssima situação. Para Silva (2017), o desempenho de esportistas, sua fama, os patrocínios recebidos e as imagens de glamour e sucesso falam mais alto nos contratos e na difusão deste setor que foi transformado em negócios e marketing. Competir com o máximo de rendimento e ganhar é algo importante neste mundo, outros aspectos se tornam secundarizados, tais

# O discurso da imprensa portuguesa e brasileira sobre a violência contra as mulheres: um estudo dos diários *Público* (Portugal) e *Folha de São Paulo* (Brasil) no final de 2021

como: a ética e a garantia de direitos das pessoas que participam das competições, sobretudo, mulheres.



Figura 15: Jornal Público, 01.11.2021

**Título da matéria: “#Me Too ganha força no futebol feminino mundial”.** Matéria veiculada em primeiro de novembro de 2021. A notícia descreve e contextualiza o movimento de mulheres futebolistas que passou a denunciar a agressão sexual. Sucessivamente, foram publicizadas situações de assédio sexual em equipes de futebol feminino dos Estados Unidos, Venezuela, Colômbia e Austrália. A partir de uma denúncia de assédio sexual cometido pelo técnico da equipe de futebol feminino de Serra Leoa. A FIFA se posicionou, afirmando que está atenta à situação e tem tomado atitudes.

Em suma, tudo é político, mas toda política é ao mesmo tempo macropolítica e micropolítica. Consideremos conjuntos do tipo percepção ou sentimento: sua organização molar, sua segmentaridade dura, não impede todo um mundo de microperceptos inconscientes, de afectos inconscientes, de segmentações finas, que não captam ou

não sentem as mesmas coisas, que se distribuem de outro modo, que operam de outro modo. uma micropolítica da percepção, da afecção, da conversa, etc. (Deleuze; Guattari, 2004, p.83).

***“Testemunhei mulheres a proteger mulheres que abusam de mulheres. “ Depois de anos de silêncio, as denúncias sucedem-se um pouco por todo o globo. Muitas antigas e actuais jogadoras, inspiradas por atletas de outras modalidades, vieram a público partilhar suas histórias, ultrapassando a vergonha e o medo”.***

A memória das violências deve ser contada e ganhar visibilidade como forma de curar as feridas abertas e cicatrizá-las pela fala e reconhecimento da dor vivida. Kilomba (2021) relata em seus trabalhos a respeito da importância de compartilhar as memórias da história marcada por colonialidades das mulheres, sobretudo, na interseccionalidade com raça/etnia, classe social, escolaridade e orientação sexual de modo a trazer à tona as realidades que fizeram parte desta história a tal ponto em que possam transformar suas histórias e plantarem novas memórias, que sejam positivas e não mais de violências. Portanto, o campo da memória das denúncias e dos relatos que trazem é profícuo de produção da saúde quando se observa que a fala em visibilidade poder ser remédio para dor intensa e modo de compartilhar com outras mulheres algo que lhes é comum, a vivência de violências.

A análise feita por Foucault (1979), assinala a relevância de contar a história para com as narrativas romper a dominação e a fixação de obrigações e marcas que gravou lembranças nos corpos e nos objetos que estão repletas de dívidas históricas. A interdição discursiva silencia, cria sombras, impede a fala ou a invalida, faz ver e falar de lugares específicos e posições de sujeito delimitadas por lugares institucionais relacionados às profissões e ciências interligadas nos jornais e nos times de futebol.

Em cada momento da história a dominação se fixa em um ritual; ela impõe obrigações e direitos; ela constitui cuidadosos procedimentos. Ela estabelece marcas, grava lembranças nas coisas e até nos corpos; ela se torna responsável pelas dívidas. (Foucault, 1979, p. 25).



Figura 16: Jornal Público, 13.11.2021

**Título da matéria: “Autoridades falharam e Mônica foi queimada pelo marido de noite”.** Materia publicada na edição de 13 de novembro de 2021 no jornal *Público*, relata a violência doméstica.

**“Temos um aumento de cerca de 10% em relação as medidas de coacção de afastamento e um aumento brutal do número de pessoas integradas nos programas de agressores em meio prisional”**

É possível visualizar nos dados acima o quanto os indicadores estatísticos apontam que o aumento da violência denunciada expõe o crescimento da violência doméstica e a realidade do limite de alguns programas de proteção voltados às mulheres vítimas de violência. A notícia chega a adjetivar o aumento das taxas como brutal, o que

configura uma realidade dura e perversa vivida pelas mulheres. A realidade de coisificação das mulheres é relacionada com o capitalismo neoliberal, pois, na medida em que tudo se torna capital e moeda de troca no mercado, os próprios corpos das mulheres são alvo de coisificação e mercadoria também.

28 • Público • Sábado, 20 de Novembro de 2021

## Sociedade

### Morreram 19 pessoas por violência doméstica em nove meses

Nos primeiros nove meses de 2021 morreram 19 pessoas vítimas de violência doméstica. Mais de 31 mil pessoas foram atendidas e outras duas mil acabaram por ser acolhidas na Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica. Em declarações à agência Lusa, a secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade revelou que, até ao final do mês de Setembro, 19 pessoas foram mortas em contexto de violência doméstica: 14 mulheres e cinco homens. Apenas uma morte a menos do que em igual período do ano passado, mas longe das 27 pessoas assassinadas nos pri-

meiros nove meses de 2019, das quais 19 eram mulheres, sete eram homens e ainda uma criança.

“São números brutais. São números que têm de nos continuar a inquietar”, sublinhou a secretária de Estado, à margem do primeiro Fórum Portugal Contra a Violência, que decorreu entre quarta e sexta-feira, num debate sobre as principais medidas de prevenção e combate à violência contra as mulheres.

Até ao final do terceiro trimestre deste ano havia 1140 pessoas presas pelo crime de violência doméstica, 905 das quais a cumprir pena de pri-

sião efectiva e outras 235 em situação de prisão preventiva. Por outro lado, 2595 frequentaram programas para agressores, 191 das quais em meio prisional. Só em relação a estas últimas, há um aumento de 582% comparativamente com o mesmo trimestre de 2020, altura em que eram apenas 28.

“Temos um aumento de cerca de 10% em relação às medidas de coacção de afastamento e um aumento brutal do número de pessoas integradas nos programas de agressores em meio prisional”, salientou a secretária de Estado. Estes números são resul-



Catorze vítimas eram mulheres

tado “não só do alarme público que tem sido criado e tem ajudado a pressionar os agentes de justiça e as forças de segurança a terem uma actuação mais efectiva nas 72 horas após denúncia”, tal como referido no manual publicado em 2019. A Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica registou uma média de cerca de 10 mil atendimentos por mês, tendo em conta que até ao final de Setembro houve 92.622 atendimentos e 31.129 pessoas atendidas. Até Setembro, foram acolhidas 2057 pessoas nesta rede, depois de em todo o ano de 2020 terem sido 3098.

Figura 17: Jornal Público, 20.11.2021

**Título da matéria: “Morreram 19 pessoas por violência doméstica em nove meses”.**

A notícia publicada na edição de 20 de novembro de 2021 no jornal *Público*, relata que nos primeiros nove meses de 2021 morreram 19 pessoas vítimas de violência doméstica. Mais de 31 mil pessoas foram atendidas e outras duas mil acabaram por ser acolhidas na Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica.

**“São números brutais. São números que têm de nos continuar a inquietar”**

A violência contra a mulher tem crescido, e parte da explicação para este problema aumentar é a dificuldade em mediar os valores na educação de gênero em função de conservadorismos no currículo e nos costumes das famílias em função da religião e de reproduções históricas da cultura machista que demarca os papéis e as relações de poder entre homens e mulheres., coloca a mulher como objeto de desejo e de propriedade do homem, o que termina legitimando e alimentando diversos tipos de violência.

# O discurso da imprensa portuguesa e brasileira sobre a violência contra as mulheres: um estudo dos diários *Público* (Portugal) e *Folha de São Paulo* (Brasil) no final de 2021

Bakhtin (2009) define as marcas do capitalismo na linguagem e nos corpos que entram na dimensão mercadológica e dialética de trocas simbólicas materiais que ganham vetores ideológicos e contradições no campo do sistema de comunicação, no âmbito policial e judiciário da investigação e julgamento das violências contra as mulheres noticiadas nas mídias



Figura 18: Jornal Público, 03.12..2021

**Título da matéria: “Estamos com medo!” Assédio sexual na Universidade do Minho gera protestos.** A notícia publicada na edição de 03 de dezembro de 2021 no jornal *Público* relata a violência cometida dentro de um espaço que deveria apenas promover o conhecimento. O texto destaca que foi necessário um movimento de estudantes para que a instituição começasse a tomar alguma providência.

**“A partir da segunda denúncia, percebemos que não eram casos isolados. Tínhamos de fazer alguma coisa”; “Aconteceu-me a certa altura estar numa aula de Sistemas**

*de Computação e o professor olhar por baixo das mesas com o propósito de nos ver de saia”*

A coragem de denunciar aumenta quando as mulheres se unem e resolvem ecoar suas vozes e levantá-las contra toda sorte de violências sofridas e não mais se conformarem e aceitarem o silenciamento e a objetificação, especificamente, nesta notícia, no contexto universitário. O lugar de poder de um professor diante das alunas pode ser usado como mecanismo de assédio sexual e moral, principalmente de homens contra mulheres no cotidiano das universidades, sendo que, em boa parte das vezes, estas ações ficam subsumidas a clichês que banalizam e medos de questionar figuras publicamente respeitadas que teriam força intelectual e política para silenciar alunas mulheres que seriam tomadas com menor força na sua credibilidade e reconhecimento social. Este é um problema grave a ser enfrentado pela sociedade e produz demandas diretas ligadas ao ensino superior e à gestão das universidades que não podem ser negligenciadas.

A matéria abaixo traz uma denúncia de uma mulher que trabalhava para um empresário multimilionário. Ela atuava como recrutadora de meninas que eram menores de idade para serem estupradas por este empresário. A recrutadora foi presa respondeu processo e foi condenada judicialmente.



as redes de atendimento às mulheres que sofrem este tipo de violência e como elas podem se proteger, se organizar para enfrentar esta realidade e se prevenir contra toda sorte de violências com um papel político relevante de um veículo de comunicação. Ao analisar as consequências do estupro no desenvolvimento humano e na saúde das mulheres, Drezett (2003) assinala que há diversas e são tão graves quanto a própria situação de violência sexual sofrida. Entre as dificuldades vividas, é possível listar: desenvolvimento de psicopatologias, dificuldades na educação e no trabalho, traumas que dificultam vínculos nos relacionamentos, dramas familiares, limites na vida sexual, tentativas de suicídio, uso de drogas ilícitas e dependência de medicamentos psicotrópicos

Assim, se torna possível apontar que o jornal *Público-Porto* delimitou esta notícia a partir de uma denúncia significativa de enfrentamento aos usos dos corpos de mulheres na exploração sexual por um grande empresário. A maneira de abordar o acontecimento foi corajosa e firme, com posição ética do referido jornal. Portanto, o modo de trabalhar a violência contra a mulher pelo jornal *Público-Porto* (Portugal) traz uma politização crítica maior do que a *Folha de São Paulo*, no Brasil. Desta forma, o referido jornal mostra a sua aposta em criar uma rede midiática de combate à violência sexual, em tentar proteger mulheres contra a cultura do estupro e propõe a ampliação da visibilidade do tema na comunicação social, na medida em que divulga com seriedade as matérias a que se propõe abordar.

Com efeito, o *Público-Porto* (Portugal) em todas as matérias analisadas trouxe uma concepção mais complexa da violência contra as mulheres, explicitou mais aspectos da multidimensionalidade desta modalidade de violência e contextualizou com mais detalhes e atitude crítica diante da realidade tão nefasta e intolerável da sociedade contemporânea. Fica patente que os(as) jornalistas deste veículo de comunicação bem como os(as) editores têm uma liberdade maior e um posicionamento concreto firme de combater a violência contra as mulheres e explicitar também o cuidado em diferentes níveis de análise.

O discurso da imprensa portuguesa e brasileira sobre a violência contra as mulheres: um estudo dos diários *Público* (Portugal) e *Folha de São Paulo* (Brasil) no final de 2021

---

## CONCLUSÕES

A tese em tela produziu resultados importantes no que tange a violência contra as mulheres, sobretudo, no que diz respeito à produção da comunicação social jornalística impressa, no Brasil e em Portugal a partir, respectivamente das matérias dos jornais: *Folha de São Paulo* e *Público* (Porto). Em meio ao levantamento bibliográfico e documental foi possível estudar, analisar, descrever e pensar os discursos polissêmicos, dialógicos que por vezes são marcados por ideologias que pouco contribuem com a ruptura do fenômeno da violência, apesar de abordarem a temática.

A produção polissêmica do discurso jornalístico conjuga analisadores que ampliam possibilidades de leituras outras, como elementos simbólicos que atribuem significados que transcendem o que é dito, e se diferenciam da maneira explícita apresentada. A ênfase na palavra ou seleção de uma imagem que captura o momento é ilustrado(a) pela opinião do veículo, sinalizando mais do que as palavras e coletas das informações no campo de estudo.

Como trouxe Guareschi (2013), as mídias possuem uma forte pressão e poder em influenciar a sociedade, compreender como determinado tema é abordado pelo corpo editorial de um jornal, perpassa por entender os discursos produzidos pelo sistema de comunicação que auxilia a rouper ou a intensificar determinadas práticas, pois inumeráveis fatores influenciam a produção das políticas de comunicação local, regional, nacional e internacional.

A tessitura dos discursos nos textos jornalísticos pressupõe análise dos efeitos, condições históricas e lugares sociais em que há circulação e produção dos enunciados

– esse jogo de correlações de forças é importante considerar a empresa envolvida na prestação de serviços, as enunciações emitidas pelo profissional jornalista a respeito do sujeito social, os pontos que se entrecruzam e a constituição de estratégias utilizadas. Pois, o discurso quando anunciado pela mídia tem seu espectro de seletividade social, entre o que pode ou não ser publicado, traz diferenças, discussões e conflitos na organização e circularidade da fala do jornalista, da empresa e a edição concreta do documento.

Investigar as tensões que existem acerca do discurso jornalístico e as condições dos sujeitos discursivos sob determinado tema nos colocou em constante reflexões e a necessidade de análises urgentes, daí a escolha do objeto desta tese a investigação da “relação entre o jornalismo e a violência contra as mulheres no Brasil e em Portugal.”

A tese destaca que a experiência discursiva é produzida em interação constante com os enunciados individuais, ou seja, o discurso também é revestido por nossos enunciados e as palavras dos outros. Essa relação não acontece isoladamente demarca modos de escolher, se posicionar, de participar, de relacionar, de pensar, ser e estar com os outros, sobretudo é uma atividade dialógica.

Barthes (1998), também discorreu que a cultura é produzida pela linguagem em diferentes modos de expressão em que há partilhas de mundos por leitores e escritores das culturas como textos. O ser humano enquanto sujeito se fabrica e produz experiências mediadas pela linguagem, se forjando como leitor e escritor simultaneamente, na medida em que conversa por textualidades e, assim, constrói intertextualidades ao interagir com o mundo que cria.

Ao analisar os dois jornais, é possível afirmar que existem discursos em circularidade e dialogicidade entre os dois em alguns pontos que vale ressaltar:

violência contra mulheres como crime e enquanto denúncia; violência contra mulheres e o mundo dos esportes; violência contra mulheres e a cultura do estupro; violência contra mulheres e Poder Judiciário; violência contra as mulheres e saúde mental; violência contra mulheres e exploração sexual e violência contra as mulheres na visibilidade estatística. Estas categorias analíticas são colocadas em interculturalidade e intertextualidade, pois são intercambiáveis, estão entrecruzadas e explicitam um campo de vieses da produção jornalística impressa estudada.

Tais categorias de análise são interligadas, todavia são distintas, o que sinaliza para os aspectos de poder, de ideologia, de polissemia e polifonia discursiva. As categorias dão visibilidade para algumas abordagens da violência contra as mulheres pelos dois jornais analisados. A ideologia apareceu na maneira como a *Folha de São Paulo* abordou a questão especificamente enviesada de como homens ricos, empresários e de profissões hegemônicas tiveram suas atitudes de violência suavizadas e até mesmo parcialmente legitimadas no modo em que o referido jornal abordou algumas matérias de mulheres vítimas de homens empresários.

O poder no discurso ganhou materialidade na forma como mulheres vítimas de violência foram descritas como violentadas por resistirem às práticas de submissão, opressão e coisificação por homens, neste caso, descritas e analisadas nos dois jornais. A polissemia pode ganhar materialidade na linguagem múltipla em que as matérias eram narradas, as fotos apresentadas, o enquadramento e a edição dos jornais. A polifonia se deu na escuta de diversas vozes, inclusive, de mulheres de vários lugares e classes sociais, de várias etnias e religiões, em enfim, com perspectivas complexas.

A interculturalidade e intertextualidade também foram trazidas na análise do discurso, na medida em que os jornais estudados foram recortados, manejados, analisados, pensados, articulados a partir de perguntas-problema e de critérios de divulgação das notícias. O engajamento de ambos os jornais ficou patente e trouxe à tona a gravidade das realidades vividas pelas mulheres no país. Pensar uma agenda

programática de enfrentamento à violência contra a mulher foi uma preocupação permanente dos dois jornais, porém, com mais ênfase em complexidade pelo jornal *Público*.

A intertextualidade, a polissemia e a polifonia no discurso apareceram bem mais presentes no jornal *Público* do que no jornal *Folha de São Paulo*, na abordagem do acontecimento violência contra as mulheres. A complexidade na análise e a compreensão sócio-econômica, política e subjetiva sobre a violência contra as mulheres esteve materializada nas fotos, nas manchetes, no desenvolvimento das notícias e nos múltiplos aspectos abordados no jornal *Público*. O jornal *Folha de São Paulo* foi mais ideológico em prol da visão policial e criminal da violência e abordou bem menos o tema da violência de gênero e do sexismo a partir de um crivo multidimensional. As categorias elencadas estavam bem delimitadas em ambos os jornais.

Assim, compreendemos que a singularidade da história jornalística, da região e o leitor a qual ela se dirige é parte da seletividade da produção dos discursos fomentados pelos jornais, a citar o título, a imagem a posição da matéria ocupada no jornal, são objetos na formação do percurso no que se refere aos lugares de fala e as lentes com as quais analisa o fenômeno da violência contra a mulher. Vale salientar que a relação de um pesquisador com as suas fontes nunca é neutra nem imparcial e quem olha, o faz de um ângulo específico, buscando as entrelinhas no processo de análise.

O fato dos jornais analisados nesta tese serem escritos no mesmo idioma não os faz serem próximos com relação a sua perspectiva de análise dos fatos, pois o que observou-se foi que há diferença no estilo e nas preferências do *Público* e da *Folha*. A primeira delas é a aposta nos títulos, enquanto o jornal português costuma ser mais tradicional, tentando oferecer ao leitor a mais clara e a maior quantidade de informações possíveis logo no título, o brasileiro opta pela criatividade e pela estética das páginas, tendo muitas vezes a curiosidade como trunfo.

Esta tese traz de novo para o campo da Comunicação e dos estudos sobre mulheres uma relação analítica dialógica entre dois jornais de grande porte de um país latino-americano e outro europeu, especialmente, *Folha de São Paulo*, no Brasil e *Público*, de Portugal a respeito da abordagem da violência contra as mulheres. Como evidência disto, ficou patente a importância de os dois jornais aprofundarem e desenvolverem mais um texto e narrações críticas à violência contra a mulher na redação das matérias. As notícias são mais descritivas e não trazem elementos analíticos com a complexidade necessária. Os jornais apresentam a temática da violência contra a mulher, com discurso, no caso da *Folha de São Paulo* de uma visão policial e criminalizada da violência contra a mulher e, no caso do Jornal *Público*, uma vertente mais complexa, porém, sem tocar efetivamente no eixo central da violência, qual seja: o sexismo, o patriarcado, machismo, a violência de gênero, a discriminação de classe social, o racismo e a o capitalismo. A violência contra a mulher é problematizada e interrogada, parcialmente pelos jornais. Ambos os jornais impressos trouxeram demonstrações de repúdio à mesma e cobraram respostas e soluções das autoridades do Estado e da sociedade. É explícita a pressão que os dois jornais exerceram sobre as diferentes instâncias governamentais para que construam ações efetivas no enfrentamento à violência contra as mulheres

Todavia, ficou patente a importância de os dois jornais aprofundarem e desenvolverem mais um texto e narrações críticas à violência contra a mulher na redação das matérias. As notícias são mais descritivas e não trazem elementos analíticos com a complexidade necessária. Os jornais apresentam a temática da violência contra a mulher, realizada por homens com discurso, no caso da *Folha de São Paulo* de uma visão policial e criminalizada da violência contra a mulher e, no caso do Jornal *Público*, uma vertente mais complexa, porém, sem tocar efetivamente no eixo central da violência, qual seja: o sexismo, o patriarcado, machismo, a violência de gênero, a discriminação de classe social, o racismo e a o capitalismo.

A violência contra a mulher é problematizada e interrogada, parcialmente pelos jornais. Ambos os jornais impressos trouxeram demonstrações de repúdio à mesma e cobraram respostas e soluções das autoridades do Estado e da sociedade. É explícita a pressão que os dois jornais exerceram sobre as diferentes instâncias governamentais para que construam ações efetivas no enfrentamento à violência contra as mulheres.

O jornal *Público* (Porto) denunciou e explicitou situações complexas e específicas de violência contra as mulheres a partir, especialmente, no esporte, de modo contundente nos clubes de futebol em que mulheres são as esportistas e sofrem assédios constantes de técnicos, diretores dos clubes, empresários financiadores dos times e vivem o medo, receio de denunciar, que são silenciadas pelo machismo vigente, pela omissão de quem é cúmplice das inúmeras violências vivenciadas pelas mulheres em Portugal. O jornal citado deixa demarcado que casos semelhantes acontecem em outros países e pouco há repercussão da realidade cruel e brutal sofrida por mulheres.

O jornal *Folha de São Paulo* descreve várias situações de violência sofridas pelas mulheres praticadas por homens. Porém, pouco desenvolveu as matérias para além das descrições das providências jurídico-criminais e policiais a respeito das violências denunciadas. Raramente, as violências contra as mulheres eram enfrentadas com a coragem de tocar nos pontos mais sensíveis e estruturais, sobretudo, desmanchando ideologias e processos de dominação históricos. O jornalismo da *Folha* cumpre importante papel, não se nega a isso, apenas se evidencia que não o faz até as últimas consequências, ou seja, com intuito de provocar mudanças sociais.

Vale ressaltar que, apesar dos pontos delicados que ambos os jornais estudados tocaram se tornam frágeis em alguns aspectos das denúncias, ainda assim, cumpriram papel relevante na notícia de situação aviltante no mundo inteiro e que a difusão

nacional dos dois jornais abre um espaço para a ampliação das pautas, aprofundamento das mesmas e justificam o quanto é preciso trazer a violência de gênero para as mídias e veículos de comunicação. Logo, o papel social e de cidadania dos dois foi e é fundamental em uma sociedade que ainda silencia e cala a violência de homens contra mulheres.

Entre as conclusões desta tese, é possível afirmar que as duas hipóteses foram confirmadas, tanto a hipótese 1 (Tratando-se a violência contra as mulheres um problema relevante no Brasil e em Portugal), o tema é abordado nos jornais de qualidade de ambos os países, pois estes procuram refletir as preocupações da sociedade com relação a violência que as mulheres sofrem diariamente, quanto a hipótese 2 (O discurso dos jornais de qualidade apresenta as mulheres como vítimas e condena a violência de gênero e machista), o que é o caso da *Folha de São Paulo* e do jornal *Público*. Isto fica evidente no excerto do jornal *Público* onde se percebe na matéria do dia 30.10.2021, **“É melhor ficares calada antes que algo de pior aconteça”**. No relato de uma das vítimas, o jornal faz a reflexão que a permissividade ao toque que esta engendrado em nossa sociedade, são normalizados através do discurso machista e misógeno, ao ponto que a vítima nem reconhece como violência em primeiro momento. Tal qual no texto jornalístico de 05.10.2021 da *Folha de São Paulo* com o título **“Atletas do futebol feminino dos EUA paralisam liga e lutam contra o assédio”**, na reportagem o jornal destaca que a violência contra a mulher também é uma questão de poder, onde o corpo é objeto do desejo e de propriedade do homem, apoiado na cultura da violência e do estupro, reproduzido no cotidiano por um discurso patriarcal e heteronormativo.

Retomando ao problema de pesquisa: como os jornais impressos produzem discursos e as difundem reiterando ou não a banalização da violência contra mulheres e em que aspecto produzem resistências a esta banalização? Pode-se inferir que os elementos históricos, sociais, econômicos e políticos circundantes a organização dos

jornais tem seus rebatimentos sobre sua produção/reprodução, ou melhor, a (in)visibilidade da violência contra as mulheres e/ou sua banalização expressa nos textos jornalísticos em tela tem seus reflexos na sociedade e a sobre a formatação de ações governamentais sobre seu enfrentamento.

Portanto, é possível concluir que a tese tem limites, mas cumpriu seus objetivos e se torna um trabalho importante para o enfrentamento à violência contra as mulheres, sobretudo, a partir do campo da comunicação social e das políticas públicas intersetoriais, integrais e no campo transdisciplinar da ciência com contribuições efetivas à sociedade contemporânea.

Outros trabalhos de pesquisa são necessários com os jornais e outras mídias, com mais perspectivas de áreas e saberes, metodologias e coberturas temporais diferenciadas, diversas e que permitam ampliar as lentes e, simultaneamente, afunilá-las em visões aprofundadas do fenômeno da violência contra as mulheres. Destarte, indicamos a demanda de mais estudos, dissertações e teses a respeito do tema, de maneira comprometida com a ética na pesquisa e que venha a corroborar com a difusão de um conhecimento mais crítico e transformador sobre as realidades sociais estudadas e vividas.

Sob este prisma, indica-se que outras pesquisas possam analisar o fenômeno com ampliação das fontes, tais como: adoção de novos jornais e temporalidades. Sendo relevante abordar o tema a partir de novas metodologias e por meio de diferentes aportes teóricos, pois nenhuma metodologia nem teoria consegue problematizar totalmente a complexidade do objeto e as políticas de enfrentamento à violência contra a mulher. As representações sociais permitem uma compreensão crítica e materialista do objeto, na medida em que propicia acessar aspectos forjados coletivamente pela sociedade.

Concluimos que, o manejo dos documentos, o recorte do objeto, a formulação do problema e da tese, a escolha das metodologias, a maneira de escrever e a seleção das mídias e dos recortes, tem relação com as implicações da história de vida da pesquisadora e do currículo e a sociedade que a performaram. Não há como dissociar o estudo e a sua proposição de um plano histórico, cultural, subjetivo, econômico, político e social em que a tese é realizada e a pesquisadora é constituída na relação com o trabalho materializado.

O discurso da imprensa portuguesa e brasileira sobre a violência contra as mulheres: um estudo dos diários *Público* (Portugal) e *Folha de São Paulo* (Brasil) no final de 2021

---

## BIBLIOGRAFIA

- Almeida, Maria Emília Souza. (1992). *Pelo avesso da cultura: o feminino*. Insight Psicoterapia, 17, 12-15.
- Andrade, Vera Regina Pereira de. Sistema penal máximo x cidadania mínima: códigos da violência na era da globalização. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.
- Araújo, Daniela. (2006). *As palavras e seus efeitos: o sexismo na publicidade*. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do RS, Porto Alegre, 122p.
- Araújo, Maria de Fatima. (2008). *Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação*. Psicologia para América Latina, (14), 0-0.
- Arendt, Hanna. (2004). *Da Violência*. RJ. Vozes.
- Avelar, Lúcia., & Rangel, Patricia. (2017). *Como as mulheres se representam na política? Os casos de Argentina e Brasil*. AVELAR, Lúcia; BLAY, Eva A.(Orgs.), 50.
- Bakhtin, Mikhail. (2009). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006. Problemas da poética de Dostoievski, 5.
- Bakhtin, Mikhail. 1979. *Os gêneros do discurso*. In: Estética da criação verbal. (trad. M. E. G. G. Pereira) São Paulo: Martins Fontes, 1979. p.279-326.
- Bandeira, Lourdes Maria. (2014). *Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação*. *Sociedade e Estado*, 29, 449-469.
- Bandeira, Lourdes Maria., Oliveira, Eleonora M. (1990). *Trajetória da produção acadêmica sobre as relações de gênero nas ciências sociais*. Caxambu: ANPOCS.
- Barthes, Roland. (1998). *Rumor da língua-a morte do autor*. São Paulo: Brasiliense.

Bellotto, Heloísa Liberalli. (2005). *Arquivos permanentes: tratamento documental*. – 3ª ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV.

Biroli, Flávia. (2018). *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. Boitempo Editorial.

Blay, Eva Alterman. Avelar, Lúcia (orgs.) 50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile. São Paulo: EdUSP, Pp 227-254.

Bosi, Ecléa. (1993). *A pesquisa em memória social*. Psicologia USP, 4(1-2), 277-284.

Bourdieu, Pierre., Chartier, Roger. (2015). *The sociologist and the historian*. John Wiley & Sons.

Brandão, M. H. N. (1993). *Introdução à análise do discurso*. ed. 2ª. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

Bray, Eva. *Dossiê feminismos*. In: *Revista USP*. São Paulo, n. 122, pp. 63-70, julho/agosto/setembro 2019.

Butler, J. (2015). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?*.

Butler, J. (2015). *Relatar a si mesmo*. Autêntica.

Butler, J. (2019). *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Autêntica Business.

Butler, Judith. (2010). *Problemas de gênero. Feminismo e subversão de identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Cabette, Eduardo Luiz Santos; Paula, Verônica Magalhães de Paula. (2013). *Crime de estupro: até quando julgaremos as vítimas?*. Jus Navigandi, Teresina, ano 18, n. 3614, 24.

Campos, Camem. Hein de., et alii. (2017). *Cultura do estupro ou cultura antiestupro?*. Revista direito GV, 13, 981-1006.

Carvalho, José Murilo de. (2005). *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Revista de Sociologia e Política, (27).

Castells, Manuel. (1999). *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.

Castro, Celso. (2008). *Pesquisando em arquivos*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.

Cerqueira, Carla Preciosa Braga (2012). Quando elas (não) são notícia: mudanças, persistências e reconfigurações na cobertura jornalística sobre o Dia Internacional da Mulher em Portugal (1975-2007).

Chartier, Roger. (1995). *Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico*. Revista Estudos Históricos, 8(16), 179-192.

Chartier, Roger. (2009). *A História ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Colling, Ana. Maria. (2014). *Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história*. Universidade Federal da Grande Dourados. MS: Ed. UFGD, 2014. 114 p.

Collins, Patria. Hill., Bilge, S. (2021). *Interseccionalidade*. Boitempo Editorial.

Contrera, Malena Segura. (2002). *Mídia e pânico: saturação da informação, violência e crise cultural na mídia*. São Paulo: Annablume/FAPESP.

Damasceno, Marcelo.; Chiachiri, Roberto. (2021). *Pandemia e violência contra a mulher na imprensa paulista: a abordagem do site da Folha de S. Paulo*. SCIAS. Direitos Humanos e Educação, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 156–175. [Em linha]. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/sciasdireitoshumanoseducacao/article/view/5501>. [Consultado em: 24/01/2023].

De Certeau, Michel. (2011). *La historia, ciencia y ficción. Historia y psicoanálisis*. Entre ciencia y ficción, 1-22.

De Simões, Rita Joana Basilio. (2011). Crime, castigo e gênero nas sociedades mediatizadas: Políticas de (In) justiça no discurso dos media. Universidade de Coimbra (Portugal).

Deleuze, Gilles. (1992). *Conversações: 1972-1990*. Rio de Janeiro: Ed. 34. *Coleção Trans*.

Deleuze, Gilles., Guattari, Félix. (2004). *Micropolítica e segmentaridade*. In G. Deleuze & F. Guattari, Mil Platôs (Vol. 3, pp. 83-115). Rio de Janeiro, RJ: Editora 34.

Drezett, Jefferson. (2003). *Violência sexual contra a mulher e impacto sobre a saúde sexual e reprodutiva*. Revista de Psicologia da UNESP, 2(1), 15-15.

Duarte, Constância Lima. (2019). *Feminismo: uma história a ser contada*. In: Hollanda, Heloísa Buarque de (orga.). Pensamento feminista brasileiro. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo. pp. 25-47.

Faúndes, Anibal., Osis, Maria José Duarte., e Pádua, Karla Simônia de. (2012). *Perfil do atendimento à violência sexual no Brasil*. Femina, 301-306.

Ferreira, Norma Sandra de Almeida. (2002). *As pesquisas denominadas "estado da arte"*. Educação & sociedade, 23, 257-272.

Fiorin, José Luiz. (2006). *Os gêneros do discurso*. Fiorin, JL *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 60-76.

Folha De São Paulo. (2018). *Manual da Redação*. 21ª. Ed. São Paulo: Publifolha.

Foucault, Michel. (1978). *História da loucura* São Paulo: Perspectiva.

Foucault, Michel. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Foucault, Michel. (1995). *O sujeito e o poder*. In: DREYFUS, H. & RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, Michel. (1999.a). *Vigiar e punir: a história da violência nas prisões*. Petrópolis/RJ: Vozes.

Foucault, Michel. (1999.b). *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, Michel. (2004). *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola.

Foucault, Michel. (2008.a). *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, Michel. (2008.b). *A Arqueologia do saber* Rio de Janeiro: Forense.

Foucault, Michel. (2008.c). *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, Michel. (2010). *A Hermenêutica do Sujeito*. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, Michel. (2011). *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. 21 ed. Rio de Janeiro: Graal.

Freire, Paulo. (1983). *Comunicação e extensão*. Rio de Janeiro: Paz & Terra.

Garcia, Leila Posenato. (2016). *A magnitude invisível da violência contra a mulher*. Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, v. 25, n. 3, p. 451-454, set.

Giard, Luce. (1995). *A invenção do possível. CERTEAU MC A cultura no plural*. Tradução Enid Abreu Dobránszky. Campinas: Papirus, 7-16.

Giddens, Anthony. (1993). *A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas*. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.

Giffin, Karen. (1994). *Violência de gênero, sexualidade e saúde*. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 10, supl. 1, p. S146-S155. [Em linha] Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X1994000500010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1994000500010&lng=en&nrm=iso)>. [Consultado em 07/06/2020].

Gil, Antônio Carlos. (2008).. *Métodos e técnicas de pesquisa social. 6ed.* São Paulo: Atlas, 111-128.

Goellner, Silvana Vilodre. (2003). *A produção cultural do corpo*. In: Louro, Guacira Lopes.; Neckel, Jane Felipe.; Goellner, Silvana. (Orgs.) *Corpo gênero e sexualidade: um debate contemporâneo*. Petrópolis, Vozes.

Goellner, Silvana Vilodre. (2015). *Corpo*. In: *Dicionário Crítico de Gênero*. Dourados: UFGD, p. 135.

Gonzalez, Lélia. (2019). *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. In: Hollanda, Heloísa Buarque de (orga.). *Pensamento feminista brasileiro*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, pp. 237-258.

Grillo, Karla Coelho. (2006). *A imagem da mulher como argumento de venda na publicidade*. Dissertação ao curso de mestrado em Ciências da Linguagem. Universidade do Sul de Santa Catarina. [Em linha]. Disponível em: <[http://busca.unisul.br/pdf/84907\\_Karla.pdf](http://busca.unisul.br/pdf/84907_Karla.pdf)>. [Consultado em 18/03/2022].

Guareschi, Pedrinho A. (2013). *Direito humano à comunicação: pela democratização da mídia*. Petrópolis/RJ: Vozes.

Hossoé, Hayleno Santos. (2012). *A política de reordenação do sistema público de TV brasileiro e o processo de implementação da TV Brasil*. São Luís.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2014.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2010.

Kanno, Mário; Brandão, Renato. (1998). *Manual de Infografia da Folha de S. Paulo*. São Paulo.

Kilomba, Grada. (2021). *Plantation memories: episodes of everyday racism*. Between the Lines.

Leandro, Maiara. (2020). *Representações sociais da violência doméstica contra a mulher na mídia e para profissionais da segurança pública*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGP-UFSC).

Lemos, Flávia Cristina Silveira, *et alii*. (2017). *UNESCO, mulheres e biopoder no Brasil: alguns apontamentos*. *Fractal: Revista de Psicologia*, 29, 224-230.

Louro, Guacira Lopes. (1997). *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós estruturalista*. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

Louro, Guacira Lopes. (2008). *Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas*. In: *Pró-Posições*, Campinas - SP, v. 19, n. 02, p. 17-23, mai./ago. 2008.

Lugones, Maria. (2014). *Rumo a um feminismo descolonial*. *Revista Estudos Feministas*, 22, 935-952.

Machado, Roberto. (1988). *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Graal.

Madeira, Felícia Reicher. (1997). *Quem mandou nascer mulher?* Rio de Janeiro: Record.

Magalhães, Livia. (2014). *A relevância dos dados do IPEA quanto à responsabilização da mulher vítima de estupro*. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 19, n. 4038, 22 jul.

Maingueneau, Dominique. (1993). *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes; Unicamp.

Malcher, Maria Ataíde. *Et alii*. (2011). Amaral Filho, Otacílio (Orgs.). *Comunicação midiaticizada na e da Amazônia*. Belém: FADESP.

Maldonado-Torres, N. (2008). *A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade*. *Revista crítica de ciências sociais*, (80), 71-114.

Matos, Maria Izilda S. (1998). *Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea*. Cadernos Pagu, (11), 67-75.

Michaud, Yves. (1989). *A violência*. São Paulo: Ática.

Montenegro, Marília. (2015). *Lei Maria da Penha: uma análise criminológico-crítica*. Editora Revan.

Moreira, Jacqueline de Oliveira. (2010). *Mídia e Psicologia: considerações sobre a influência da internet na subjetividade*. Psicol. Am. Lat, México, n. 20.

Mota, Célia. (2012). *Jornalismo: discurso, narrativa e cultura*. In: Pereira, Fábio; Moura, Dione; Adghirni, Zélia (Org.). *Jornalismo e sociedade: teorias e metodologias*. Florianópolis: Insular, p. 205-217.

Nielsson, Joyce Graciele; Wermuth, Maiquel Ângelo Derzoli. (2018). *A carne mais barata do mercado: uma análise biopolítica da cultura do estupro no Brasil*. RFD - Revista da Faculdade de Direito da UERJ - Rio de Janeiro, n. 34, dez, pp. 170-200.

Nobre, Guilherme. (2020). Artificial Intelligence (AI) in communications: Journalism, public relations, advertising, and propaganda.

Nora, Pierre. (1993). *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, 10.

Oliveira, Ana Flávia Teodoro de Mendonça., Araújo, Clarissa Martins de. (2016). *A representação cultural da deficiência nos discursos midiáticos do Portal do Professor do MEC*. Revista Brasileira de Educação Especial, 22, 65-78.

Paes, Marilena Leite. (2005) *Arquivo. Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: FGV.

Pasinato, Wânia. (2005). *Delegacias de Defesa da Mulher e Juizados Especiais Criminais: mulheres, violência e acesso à justiça*. In: Plural – Revista de Ciências Sociais. N. 12, pp. 79-104.

Pfeiffer, Luci; Salvagni, Edila P. (2005). *Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência*. *Jornal de Pediatria*, 81 (Supl.5), p. 197-204.

Pires, Vera Lúcia. (1999). *Discurso e relações de gênero: sob o signo da contradição, o rompimento com o senso comum e a instauração do sentido-outro*. 1999. 188 f. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Postmann, Neil. (1999). *O desaparecimento da infância*. Rio de Janeiro: Graphia.

Público. *PÚBLICO é o jornal com mais leitores online em Portugal*. Público, Lisboa, 11 jul. 2019. [Em linha] Disponível em: <<https://www.publico.pt/2019/07/11/sociedade/noticia/publico-jornalleitores-on-line-portugal-1879588>>. [Consultado em 19/06/2022].

Rago, Margareth. (1985). *Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista - Brasil 1890-1930*. São Paulo: Paz & Terra.

Robaldo José Carlos de Oliveira. (2009). *Crime sexual: mudança no Código Penal*. Versão 15.

Saffioti, Helieth Iara Bongiovani (1999). *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Samara, Eny de. Tupy, Ismênia Spínola Silveira Truzzi. (2010). *História, Documento e metodologia de pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica.

Santaella, Lucia. (2003). *Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura*. São Paulo: Paulus.

Santos, José Vicente Tavares dos. (2009). *Violências e conflitualidades*. Porto Alegre: Tomo.

Savietto, Daniele. (2015). *Mulheres e mídia global: uma análise internacional da perspectiva das mulheres sobre suas representações midiáticas* (Doctoral dissertation).

Sodré, Muniz. (2014). *A ciência do comum: notas para o método comunicacional*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Sommacal, Clariana Leal; Tagliari, Priscila de Azambuja. (2017). *A cultura do estupro: o arcabouço da desigualdade, da tolerância à violência, da objetificação da mulher e da culpabilização da vítima*. In: Themis. Revista da ESMEC. Ceará, V. 24, N. 30. pp. 245-268

Sorj, Bila. (2019). *O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade*. In: Hollanda, Heloísa Buarque de (orga.). *Pensamento feminista brasileiro*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo. pp. 99-108.

Sousa, Renata Floriano De. (2017). *Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres*. *Rev. Estud. Fem.* [online], vol.25, n.1, pp.9-29.

Spivak, Gayatri Chakravorty. (2010). *Pode o subalterno falar*. UFMG.

Tomás, Renata Nobre. (2021). *A violência contra a mulher nas tramas dialógicas dos comentários on-line da Folha de São Paulo*. 239 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Touraine, Alain. (1996). *O que é democracia?* trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis/RJ: Vozes.

Veyne, Paul. (1998). *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. Brasília: Ed. da UNB.

Vigarello, Georges. (1998). *A história do estupro: Violência sexual nos séculos XVI e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Wacquant, Loic. (2002). *Corpo e alma. Notas etnográficas de um aprendiz de boxe*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 294.

Zaluar, Alba., & Leal, Maria Cristina. (2001). *Violência extra e intramuros*. Revista brasileira de ciências sociais, 16, 145-164.

Zambenedetti, Gustavo., Da Silva, Rosane Azevedo Neves. (2011). *Cartografia e Genealogia: aproximações possíveis para a pesquisa em psicologia social*. Revista Psicologia & Sociedade 23 (3), p,454-463.

O discurso da imprensa portuguesa e brasileira sobre a violência contra as mulheres: um estudo dos diários *Público* (Portugal) e *Folha de São Paulo* (Brasil) no final de 2021

---



